

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Lola Cristina da Luz Rodrigues

**CIDADE EDUCADORA**  
**Um estudo sobre a experiência do Município de Esteio / RS**

São Leopoldo

2008

Lola Cristina da Luz Rodrigues

CIDADE EDUCADORA.

Um estudo sobre a experiência de Esteio

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Rosane Maria Kreuzburg Molina

São Leopoldo

2008

*Dedico esse Trabalho aos meus filhos  
Julia, Gabriel e Tiago....  
energia constante em minha caminhada!*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e pela força interior para realizar este trabalho!  
À Professora Rosane, pelo carinho e apoio constante na orientação desse estudo. Pela  
demonstração do significado educadora e pelas aprendizagens éticas!  
Professor Jaime, por ter apresentado-me essa temática tão fascinante!  
Professora Beatriz, pela presença num momento de ansiedade!  
Coordenação do PPGEDU, pela sensibilidade em momento de preocupação!  
Loi e Saionara, pelo carinho, amizade e profissionalismo!  
SMEE de Esteio, por ter permitido a realização dessa pesquisa!  
Alessandra, Cíntia, Fernanda e Rodrigo, que com seus conhecimentos técnicos auxiliaram  
na estruturação dessa Dissertação!  
Amiga Gisele, irmã que eu não tive!  
Meus pais Dilceu e Sônia, a quem devo a vida e o que sou!  
Meu marido Julio, apoio, incentivo e força em todas as etapas dessa travessia que se  
chama Mestrado!  
Meus filhos Julia, Gabriel e Tiago: amor e vida que me impulsionam a buscar e acreditar  
cada vez mais!

## RESUMO

A dissertação analisa o Programa Cidade Educadora, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Esteio, cidade que integra a Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE-. A investigação, de desenho qualitativo, objetiva compreender os processos educativos decorrentes do Programa Cidade Educadora, estudando as articulações produzidas entre gestores, professores e pais dos estudantes matriculados nas escolas da Rede Municipal. Também investiga os impactos que o Programa está produzindo na qualidade de vida dessa coletividade, na perspectiva dos atores colaboradores com esse estudo. A educação é processo que ocorre por meio das experiências vivenciadas em todos os espaços da cidade e pela ação do conjunto das organizações governamentais e não - governamentais. Assim, o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura embasada e articulada na solidariedade entre os indivíduos, grupos e sociedade. Sob esse enfoque tão presente nos princípios da Cidade Educadora, pesquisei o Programa Cidade Educadora desenvolvido nas Escolas de Rede Municipal de Esteio, por meio da Editora Aymar. Faço uma análise da sua repercussão junto  comunidade e do processo de desenvolvimento emancipatório dos cidadãos, dele decorrentes. Os resultados dos estudos estão organizados em duas categorias: as concepes e o engajamento dos envolvidos no programa Cidade Educadora. Em diálogo com pesquisadores, que deram sustento teórica ao tema e às decisões metodológicas, evidencio os impactos produzidos pelo Programa na perspectiva dos colaboradores com o estudo, bem como, as perspectivas emancipatórias que esse grupo afirma vislumbrar para a comunidade de Esteio.

Palavras-chave: Educao, Cidade Educadora, Esteio/RS

## ABSTRACT

The study analyzes the Educating City Program co-ordinated by the City Department of Education and Sport of Esteio, which integrates the International Association of Educating Cities – AICE – The investigation of qualitative drawing tries to understand the educative processes decurrent of the Educating City Program, studying the articulation produced among managers, teachers and parents of the students registered in the schools of the Municipal Education Net. It also investigates the impacts the Program is producing in the quality of life of this collectivity, in the perspective of the actors who are collaborating with this study. The education is a process that occurs through the experiences lived in all spaces of the city and by the actions of the governmental and not – governmental organizations. Thus, in an articulated way, the public power and the society carry out their education function, with the objective of construction a culture based and articulated in the solidarity among the individuals, groups and society. Under this so present approach in the principles of the Educating City, I researched the Educating City Program developed in the Schools of the Municipal Net of Esteio, through the Aymar Publishing. I make an analysis of its repercussion in the community and of the emancipatory development process of the citizens. The results of the studies are organized in two categories: the conceptions and the engagement of the involved people in the the Educating City Program. In dialogue with researchers who had given theoretical sustentation to the subject and to the methodological decisions, I make evident the impacts produced by the Program in the perspective of the collaborators with the study, as well as, the emancipatory perspectives this group affirms to vislumbrate for the community of Esteio.

Keywords: Education, Educating City, Esteio/RS

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – Atores Colaboradores .....	16
TABELA 2 – Publicações sobre o tema Cidade Educadora .....	58
TABELA 3 – Observação dos Conselhos de Classe participativos .....	78
TABELA 4 – Entrevistas Semi-estruturadas .....	79
TABELA 5 – Síntese do movimento metodológico .....	80

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2. REVISITANDO MINHA HISTÓRIA, JUSTIFICANDO ESTA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E APRESENTANDO OS INTERLOCUTORES .....</b>	<b>12</b>
<b>3. APRESENTANDO O CAMPO DE PESQUISA E SITUANDO OS QUESTIONAMENTOS.....</b>	<b>17</b>
3.1. ESTEIO: CIDADE CONTEXTO DO ESTUDO .....	17
3.2. DAS SESMARIAS À VILA DE ESTEIO.....	20
3.3. ESTEIO : PROGRAMA CIDADE EDUCADORA .....	25
3.4. O PROGRAMA CIDADE EDUCADORA DESENVOLVIDO EM ESTEIO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO .....	32
<b>4. OS MARCOS TEÓRICOS DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>37</b>
4.1. A CRISE DAS CIDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO .....	37
4.2. DESAFIOS DE UM PROJETO URBANO .....	39
4.3. A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ .....	42
4.4. CIDADE EDUCADORA: UMA APOSTA DA EDUCAÇÃO PERMANENTE .....	43
4.5. CIDADE E EDUCAÇÃO .....	48
4.6. CIDADE EDUCADORA: UMA POSSIBILIDADE .....	52
4.7. CIDADE EDUCADORA - FUNDAMENTOS CONCEITUAIS .....	54
4.7.1. AICE – Associação Internacional de Cidades Educadoras .....	57
4.8. CIDADE EDUCADORA E UMA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL .....	59
<b>5. EVIDÊNCIAS A RESPEITO DO PROGRAMA CIDADE EDUCADORA NA PERSPECTIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>63</b>
5.1. CONCEPÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA SOBRE O IDEÁRIO DE CIDADE EDUCADORA .....	64
5.2. ESTEIO CIDADE EDUCADORA : UM PLANO DE GOVERNO OU UM PROJETO DE CIDADE? .....	67
5.3. APRESENTADO O PROGRAMA CIDADE EDUCADORA AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ESTEIO.....	69

5.4. ENGAJAMENTO DOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA CIDADE EDUCADORA .....	70
5.5 CAMINHO METODOLÓGICO .....	74
5.5.1. Apresentado os Interlocutores .....	74
5.5.2. Os Procedimentos e Instrumentos da Pesquisa .....	76
6.3. QUADRO SÍNTESE DO MOVIMENTO METODOLÓGICO .....	80
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>83</b>
REFERÊNCIAS .....	89
OBRAS CONSULTADAS .....	92
DOCUMENTOS ANALISADOS .....	93
APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista Semi-estruturada com a Coordenadora do Programa Cidade Educadora de Esteio .....	94
APÊNDICE B - Roteiro da Entrevista Semi-estruturada com a Equipe Diretiva das escolas da Rede Municipal de Esteio .....	95
APÊNDICE C - Roteiro da Entrevista Semi-estruturada com os professores das escolas da Rede Municipal de Esteio .....	96
APÊNDICE D – Roteiro da Análise de Documentos .....	97
ANEXOS .....	98

## 1 INTRODUÇÃO

A temática desse trabalho é *CIDADE EDUCADORA - Um estudo sobre a experiência de Esteio*. Nessa perspectiva, faço uma análise do Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Esteio e suas articulações junto aos gestores, professores, pais e estudantes das escolas da Rede Municipal deste município.

Este trabalho foi construído a partir do meu interesse em compreender com mais profundidade os processos de aprendizagens que experiências vividas no contexto da cidade proporcionam às pessoas que nela habitam, e quais os impactos que produzem na promoção da qualidade de vida de uma coletividade.

Elaborei minhas análises e pesquisa, buscando entender como Esteio pretende consolidar o seu ideário de Cidade Educadora, a partir dos seguintes objetivos do estudo: compreender a concepção de Cidade Educadora no que tange ao desafio de, nas pautas sociais do século XXI, ser um lugar, como definem Gadotti, Padilha e Cabezado (2004), “que promova em cada indivíduo a capacidade de sentir-se membro de uma sociedade dialogante e solidária na construção da justiça, da convivência harmônica e da paz coletiva” (p.12); identificar os princípios do ideário do Projeto Cidade Educadora, relacionando-os com a experiência do Programa de Cidade Educadora em implantação pela secretaria Municipal de Educação e Esporte de Esteio; analisar o programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte junto às escolas municipais da cidade de Esteio, identificando as articulações previstas no sentido de atender demandas com a participação comunitária, na perspectiva de consolidar um Projeto de Cidade Educadora; analisar os objetivos do Programa Cidade Educadora em implantação pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, na perspectiva do desenvolvimento do Projeto de Cidade Educadora, idealizada pela administração municipal para a cidade de Esteio, e como ocorrem os processos de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas, programas e projetos educativos.

Início apresentando a minha história e justificando aos leitores o significado que essa pesquisa tem para a minha caminhada pessoal e profissional. A fim de situar os leitores nos contextos histórico, político e cultural que fazem parte deste cenário abordo, no terceiro capítulo, o Programa Cidade Educadora que vem sendo desenvolvido pela Secretaria

Municipal de Educação e Esporte, de Esteio, na tentativa de implantação do ideário de um Projeto de Cidade Educadora.

Os marcos teóricos utilizados como referência de estudo são apresentados no quarto capítulo. Ampliam a compreensão em relação à temática “Cidade Educadora”, trazendo à luz o pensamento de vários autores que estudam, pesquisam e publicam sobre esta temática. Nesse sentido, refleti sobre o papel da educação no contexto social: “a educação é uma forma de intervenção no mundo[...] aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.[...]” (FREIRE, 1998, p.110, 77). O conceito central do meu estudo é Cidade Educadora, cuja concepção me imprime forte incentivo para trabalhar o tema por concordar que

a Cidade Educadora é, com certeza, uma utopia que permite às cidades superarem o estigma com que o mundo urbano foi atingido, pois encerra um convite à superação da rotina, do consumismo, da solidão e da violência, em favor da criatividade, da participação e da comunidade pela via do reconhecimento da educação como contexto e como um projeto (CARVALHO, 2004).

No quinto capítulo, apresento o Programa Cidade Educadora na perspectiva da Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Esteio - Diretoria de Educação, fazendo uma análise das *concepções* dos gestores, professores e pais envolvidos neste programa, bem como, o *engajamento* evidenciado por esses colaboradores nesse Programa. Parto do pressuposto, entre outros, de que “a cidade, o município, é o lugar onde acontece a vida e é o lugar onde pode e deve acontecer o desenvolvimento humano em condições de igualdade de oportunidades” (GADOTTI, PADILHA e CABEZUDO, 2004, p.92), para justificar a importância dessas categorias de análise na abordagem temática em foco.

Apresento, no sexto capítulo, as opções metodológicas que fiz, as estratégias e os instrumentos que utilizei na coleta de dados, os interlocutores do campo empírico e o quadro síntese do movimento metodológico. Este trabalho se inscreve na Linha da Pesquisa Educação, História e Políticas, identificando-me como alguém que crê na educação e nela aposta como “a mais avançada tarefa social emancipatória” (ASSMANN, 2000, p.14).

Finalizo esta dissertação, revisitando novamente a minha história e dialogando com alguns autores, na tentativa de identificar as convergências, os limites e as possibilidades nas ações que o Programa Cidade Educadora, desenvolvido pela Secretaria de Educação e Esporte de Esteio- Diretoria de Educação, vem realizando, no momento em que procura implantar o ideário de Cidade Educadora neste município. Procuro, com essa pesquisa,

reafirmar a importância da participação dos cidadãos nos processos de transformação da sociedade que, conforme Freire (1998):

Nenhuma teoria de transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da história e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção. Seres éticos, mesmo capazes de transgredir a ética indispensável, algo de que tenho insistentemente “falado”. [...] Tenho afirmado e reafirmado o quanto realmente me alegra saber-me um ser condicionado, mas capaz de ultrapassar o próprio condicionamento (p.145,146).

## 2 REVISITANDO MINHA HISTÓRIA, JUSTIFICANDO ESTA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E APRESENTANDO OS INTERLOCUTORES

Minha história principia em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, a maior cidade em extensão territorial: Alegrete<sup>1</sup>. Nessa cidade cresci e construí meu mundo de questionamentos e certezas, respaldada por meus pais, pessoas que sempre estiveram ao meu lado acarinhando, protegendo e impondo limites.

Minha mãe, sempre presente e amiga, apesar de trabalhar durante o dia fora de casa, parecia ter um radar, pois sempre descobria, ao chegar em casa, aquele segredo que eu e meu irmão havíamos ocultado. Os problemas sempre eram, inicialmente, administrados por ela que, com muita sutileza e perspicácia, fazia com que a verdade aparecesse. Sempre foi uma batalhadora e devo o que sou a ela. Meu pai, mesmo sendo muito carinhoso, sempre preferiu que os problemas não chegassem até ele, optava por não discutir muito, tinha as respostas precisas, era o limite quando minha mãe não conseguia administrar os conflitos ocorridos entre meu irmão e eu.

Na infância muito livre e ativa, pude brincar na rua de esconde-esconde, subir em árvores, correr e andar de bicicleta. Muitas vezes era a única menina brincando entre vários meninos, afinal, tinha um irmão menor, seus amigos e nossos primos. Corríamos, livremente, sem medo e com muito espaço para explorar, as ruas eram uma extensão da minha casa. Na cidade de Alegrete construí uma história de vida muito bonita, lá pude viver uma meninice alegre e uma adolescência cheia de amigos e amores.

Cresci e fui fazer o Magistério, pois sempre quis ser uma professora. Como graduação fiz Pedagogia e, aos 22 anos já era Orientadora Educacional. Trabalhei em escolas das redes privada e pública durante dez anos. Mas chegou um momento em que aquele espaço já estava pequeno, queria buscar novos horizontes, novas descobertas.

---

<sup>1</sup> **Alegrete** é o maior município do estado do Rio Grande do Sul em extensão territorial (7.803 km<sup>2</sup>) e sua população estimada é de 88.000 habitantes (2006 - IBGE). No processo de criação dos municípios do Rio Grande do Sul, Alegrete ocupa o oitavo lugar, desmembrado do município de Cachoeira do Sul que, por sua vez, originou-se do município de Rio Pardo, em 1819. Do grande município de **Alegrete** surgiram os municípios de Uruguaiana, Livramento, Departamento de Artigas (no Uruguai), Quaraí, parte de Rosário do Sul, parte de Bagé e parte de Manoel Viana.

O município tem como riqueza, nos últimos 200 anos, a criação extensiva de gado (rebanho bovino= 536.636 cabeças, o maior do estado; rebanho ovino= 423.446 cabeças) e, nos últimos 50 anos, a lavoura orizícola (45.000 ha).

No ano de 1993 vim morar em Esteio com o objetivo de fazer uma especialização e perseguir novos desafios profissionais. Nesse lugar conheci o pai dos meus filhos, casei e hoje continuo a construção da minha história com novos personagens, que muito têm contribuído para a construção dessa dissertação: meu marido, que viveu sua infância nesta cidade, e meus três filhos, que nela estão crescendo e construindo as suas próprias histórias.

No contexto dessa localidade, venho fazendo minhas indagações em relação às influências que uma cidade tem sobre o modo de ser de uma comunidade e sobre seus habitantes. Esteio é um Município que hoje usa como *slogan* a seguinte expressão: “Esteio – Cidade Educadora”. A partir desta “marca” passei a indagar-me: as pessoas aprendem só na escola? O que se ensina e o que se aprende no cotidiano da cidade? O que, com quem e como se aprende nas múltiplas experiências urbanas?

Com essas, entre outras indagações relacionadas às interferências da cidade no desenvolvimento da sociedade, ingressei no Mestrado em Educação. Na verdade, retornar à academia foi a alternativa que elegi para compreender essas questões e aprofundar meus estudos em relação a esta temática.

Ao ingressar no Mestrado em Educação, através dos seminários, dos debates em sala de aula e das leituras, fui entendendo, com maior propriedade, os processos que hoje influenciam o desenvolvimento pessoal e coletivo dos sujeitos que vivem numa comunidade urbana. Assim, organizei minhas inquietações ligadas aos programas desenvolvidos na cidade de Esteio, nos anos de 2006 e 2007, como proposta de Gestão Pública do Município.

Analisando o desenvolvimento social e principalmente a participação dos cidadãos nos processos que fazem parte da organização e gestão dos espaços em que estão inseridos, fiz um recorte específico: compreender o Programa Cidade Educadora, desenvolvido pela Secretaria Municipal da Educação e Esporte – Diretoria de Educação, justamente pelo fato de que a Cidade de Esteio usa o termo “Esteio – Cidade Educadora” como *slogan* dessa administração, desde 2006.

O *slogan* divulgado traz sempre a expressão: “Esteio – Cidade Educadora”, mas, ao observar os programas desenvolvidos pela Administração Municipal, a partir de 2006, surgem muitos questionamentos e dúvidas sobre esta afirmação: será que esse município pode, realmente, ser chamado assim? Ao apropriar-me das produções científicas, realizando uma revisão bibliográfica temática, meus questionamentos sobre a pertinência do uso do termo

“Cidade Educadora” ficaram ainda mais fortalecidos. Segundo a Carta das Cidades Educadoras, elaborada no I Congresso Internacional, realizado em Barcelona, em 1990, e revisado em 1994,

a cidade educadora é um sistema complexo em permanente evolução e pode ter expressões diversas, dando prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente de sua população (3º parágrafo da Carta das cidades Educadoras).

É importante destacar que o *slogan* “Cidade Educadora” representa um projeto político muito recente e, com isso, justifica os esforços de aprofundamento do estudo. Nesse sentido, minha pesquisa tem também o objetivo de produzir conhecimentos que contribuam para com o poder público do município, no novo desafio a que a gestão atual se propõe.

Compreender o programa Cidade Educadora, experiência iniciada em Esteio no ano de 2007, exige estudos para situar o contexto político contemporâneo mais amplo, como por exemplo, as concepções sociais, culturais e políticas que estão presentes nos cenários locais e globais, nesse tempo histórico. Para essa abordagem, recorro à obra de Carlos (2005) intitulada A Cidade, na qual a autora faz a seguinte análise:

Aqui nos propomos a analisar o espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução da sociedade, o que nos leva necessariamente a discutir o papel do homem enquanto sujeito, percorrendo sua vida, valores, cultura, lutas, ansiedades e projetos, portanto o homem agindo. Logo, pensar o urbano significa pensar a dimensão do humano (2005, p.49).

Analisando a abordagem destacada pela autora vejo que é de grande relevância aprofundar meus estudos sobre o tema Cidade Educadora e, a partir destes, buscar entender com mais propriedade o Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria de Educação e Esporte – Diretoria de Educação de Esteio.

Em novembro de 2006, participei da Conferência da Cidade Educadora, organizada pela Secretaria da Comunicação Social do município. O evento ocorreu na Casa de Cultura e tinha como objetivo apresentar para a cidade o programa Cidade Educadora. Na ocasião, ficou muito evidente o quanto a implantação do programa ainda estava em seu princípio.

A cidade foi informada de que o ano de 2007 seria marcado pelo início das articulações entre as diversas Secretarias participantes da Administração. Entretanto, ficou evidente, a relevância que a Gestão Municipal de Esteio confere ao Programa Cidade Educadora, assim como, a vontade política de transformar a cidade em agente educativo, onde todos os espaços possam se tornar ambiente de troca, convivência e aprendizagem. A

conferência constituiu o marco de referência, tanto para a cidade como para a estrutura municipal. Entretanto, se sabe que para executar uma proposta de gestão com essas dimensões, são necessários muitos esforços e recursos teóricos, materiais e humanos, para que o programa se concretize no período planejado.

A iniciativa da Administração Municipal é muito importante, mas requer do poder público um novo olhar sobre a estrutura da cidade. Zainko (1997) ilustra o que refiro:

Todas las ciudades, mucho o poco, bien o mal educan. Y educan no solo en tanto que en ellas hay escuelas y otros determinados agentes educativos, sino en tanto que la ciudad – cada ciudad - constituye una estructura, un sistema. Y ya se sabe que un sistema siempre es más que la suma de sus elementos. Por lo tanto las ciudades, todas las ciudades, educan y educan como un todo (p. 18).

Hoje, Esteio, por meio do *slogan*: “Esteio – Cidade Educadora”, implanta vários programas<sup>2</sup>. Para fins dessa pesquisa, tomo as ações da Secretaria Municipal de Educação e Esporte – Diretoria de Educação e junto às escolas que constituem a Rede Municipal de Ensino.

Por meio desta dissertação, busco aprofundar conhecimentos e concepções em princípios educativos que construí ao longo da minha formação e vida profissional. Entender como os gestores municipais de Esteio implementam o Programa Cidade Educadora, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Esporte – Diretoria de Educação, em conjunto com suas obrigações com a educação escolar, quais os interesses que são considerados do conjunto das demandas sociais e educativas da cidade, foi o que me levou a pesquisar esta temática.

Os atores colaboradores dessa pesquisa são dois gestores municipais, incluindo a Secretária Municipal de Educação e Esporte, duas Supervisoras Educacionais, dois professores e dois pais presidentes do Conselho Escolar da Rede Municipal de Esteio.

---

<sup>2</sup> No decorrer desta Dissertação descrevo alguns dos programas que hoje são desenvolvidos por algumas secretarias da rede municipal de Esteio.

TABELA 1 – Atores Colaboradores

<b>Nome</b>	<b>Funções</b>	<b>Escola</b>
Maria	Conselheiro Escolar	A
Pedro	Conselheiro Escolar	B
Paula	Secretaria de Educação	Gestora
Vera	Coordenadora do Programa Cidade Educadora	Gestora
Ana	Supervisora Escolar	A
Laura	Supervisora Escolar	B
Lúcia	Professora	A
Laís	Professora	B

### 3 APRESENTANDO O CAMPO DE PESQUISA E SITUANDO OS QUESTIONAMENTOS

#### 3.1 ESTEIO: CIDADE CONTEXTO DO ESTUDO

Esteio se localiza a 22 km de Porto Alegre, compõe a Região Metropolitana, conta com o sistema público metroviário Trensurb e é cortada pela BR 116, próximo das rodovias BR 386 e RS 118. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – censo 2004), a cidade tem 87.087 habitantes e está na 4ª posição no *ranking* das cidades com maior renda *per capita* da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Segundo dados do IBGE<sup>3</sup>, o número de escolas que atende o Ensino Fundamental é de 41, sendo 07 da rede privada, 12 da rede pública estadual e 22 da rede pública municipal. O total de matrículas para o Ensino Fundamental, segundo o mesmo censo, é de 13.332 estudantes, sendo 1.505 na rede privada, 4.118 na rede estadual e 7.709 na rede municipal. Quanto à Educação Infantil, do total de 26 escolas, a rede privada possui 04, o Estado 03 e o Município 19. O número de crianças matriculadas nesse nível de ensino corresponde a 116 matrículas para a rede privada, 135 na rede estadual e 1.086 na rede municipal. O número de professores, segundo informação do censo de 2004 (IBGE) era de 106 na rede privada, 192 na rede pública estadual e 373 na rede pública do município<sup>4</sup>.

A atual administração municipal, no governo desde 2002, pertence à coligação PSB/PT, na governança do município desde 1997. Foi na atual gestão a implantação do “Programa Cidade Educadora”. A sede da prefeitura, logo após a emancipação do município, funcionou nas dependências do Cine Imperial, que era de propriedade de Luiz Alécio Frainer, primeiro prefeito. O prédio onde se situa atualmente a Prefeitura, inaugurado em novembro de 1971, fica à Rua Engenheiro Hener de Souza Nunes – nº 150.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, a prefeitura garante acesso aos serviços básicos como água, energia elétrica e coleta de lixo a 98,9% da população. É considerado um município alfabetizado por ter 98,98% da população, acima de 15 anos, com

---

<sup>3</sup> Fonte: IBGE, censo Educacional 2004

<sup>4</sup> Não há nenhuma escola federal no município em nenhum dos níveis de ensino.

o processo de alfabetização concluído. Possui 22 Escolas Municipais, três Escolas de Educação Infantil comunitárias, um Hospital Público e nove Postos de Saúde.

Segundo Luz (2005), as primeiras escolas Municipais fundadas em Esteio surgiram no governo do prefeito Luiz Alécio Frainer<sup>5</sup>. Localizada na Avenida Salgado Filho, 2004, a primeira escola foi oficializada por decreto do vice-prefeito em exercício, na época, Sr. Artur Dossena, em 22 de março de 1956. De acordo com o referido decreto, foi no dia 24 do mesmo mês a instalação dessa instituição de ensino, que levou o nome de Grupo Escolar Vitorina Fabre, em homenagem à orientadora de ensino Vitorina Fabre<sup>6</sup> pelos seus serviços prestados ao então Distrito de Esteio.

Em 24 de março de 1956, conforme relata Luz (2005), por decreto assinado pelo prefeito Luiz Frainer, foi criada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Edwirges Fogaça que teve, inicialmente, a denominação de Grupo Escolar. Em 26 de março de 1956, foi criada a Escola Municipal Dulce de Moraes. Relatadas essas primeiras iniciativas político-administrativas da gestão do município, registro, também, algumas informações sobre a estrutura e a gestão na atualidade.

Pelo decreto nº 3.461, de 22 de janeiro de 2007, assinado pela Prefeita Municipal, as Secretarias participantes da estrutura administrativa estão assim nominadas no Gabinete da Prefeita: GP - estruturada pelos cargos de Chefe de Gabinete, Sub-Chefe de Gabinete, Oficial de Gabinete e Chefe da Equipe Administrativa. A Secretaria Municipal de Governo e Coordenação Política - SMGCP - constituída pelos cargos de Secretário Municipal de Governo, Diretor de Ação Política e Controle e Coordenador de Assuntos Comunitários, Coordenador de Apoio Legislativo e Projetos e Assessor Administrativo. A Secretaria Municipal de Comunicação Social – SMCS – é formada pelo Secretário Municipal de Comunicação Social, Diretor de Comunicação Social, Supervisor de Cerimonial e Protocolo e Supervisor de Equipe de Jornalismo e a Secretaria relacionada à Consultoria Jurídica – CJ – é formada pelo Consultor-Chefe, Consultor-Coordenador Administrativo, Consultor-Coordenador Judicial Cível, Consultor-Coordenador Judicial Trabalhista, Consultor-

---

<sup>5</sup> Luiz Alécio Frainer – nasceu em 22 de novembro de 1906, na cidade de Guaporé, filho de Anselmo Frainer e Carolina Tomazetto Frainer (LUZ, 2005, p.346).

<sup>6</sup> Vitorina Fabre ocupou o cargo de orientadora quando Esteio ainda era distrito. Nascida em Porto Alegre, no dia 17 de agosto de 1913, era filha de Hipólito e Marina Fabre. Formada em Letras pela Escola Complementar de Porto Alegre, lecionou em várias escolas do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1950 estava desempenhando suas funções no Grupo Escolar 1º de Maio, de Porto Alegre, quando faleceu tragicamente num acidente aéreo no Moro do Chapéu em Sapucaia do Sul.

Coordenador Judicial Tributário, Consultor- Coordenador da Assistência Judiciária Gratuita e Chefe de Expediente da Consultoria Jurídica. As Secretarias que respaldam os serviços administrativo-financeiros são duas: A Secretaria Municipal de Administração – SMAD - formada pelo Secretário Municipal da Administração, Diretor de Administração e Coordenador de Modernização e Recursos Humanos, bem como, a Secretaria Municipal da Fazenda – SMF – formada pelo Secretário Municipal da Fazenda, Diretor Geral, Diretor de Compras e Patrimônio e Coordenador de Arrecadação e Fiscalização Tributário.

Parte dos processos educacionais não-escolares e todos os processos de escolarização estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Esporte – SMEE – coordenada pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, Diretor de Educação, Diretor de Esportes, Assessor de Inclusão e Saúde do Escolar, Assessor de Esportes, Supervisor da Equipe Administrativa, Assessor da Equipe de Projetos e Obras, Agente de Editoração e Coordenador de Esportes e a Secretaria Municipal de Artes e Cultura – SMAC – composta pelo Secretário Municipal de Artes e Cultura, Diretor, Coordenador de Políticas Culturais descentralizadas, Coordenador de Artes e Coordenador de eventos e projetos culturais.

Pela gestão dos interesses e propósitos que dizem respeito ao desenvolvimento econômico, social, habitação e urbanismo da cidade são responsáveis as seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – SMDDES – composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, Coordenador Geral, Supervisor de Gestão, Trabalho e Renda e Supervisor de Empresas. A Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB - formada pelo Secretário Municipal de Habitação, Coordenador de Programas e Regularização Fundiária e Chefe de Equipe Comunitário e Organização Social. A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SMPU - constituída pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano, Coordenador do Departamento de Urbanismo, Coordenador do Departamento de Captação de Recursos e Projetos e Supervisor de Gestão e Cadastro.

Administrando a Assistência Social e Saúde da Comunidade no Município, encontra-se a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social – SMCAS – composta pelo Secretário Municipal de Cidadania e Assistência Social, Diretor Técnico Administrativo e Coordenador de Cadastro e Programas Sociais. Por fim, nesse bloco, também está a Secretaria Municipal de Saúde – SMS – composta pelo Secretário Municipal de Saúde, Diretor Administrativo, Diretor Técnico, Coordenador Odontológico, Supervisor Geral de Programas

de Saúde, Chefe de Equipe de Serviços e Ações de Saúde e o Chefe de Equipe do Setor de Controle e Doenças Crônico/Degenerativas.

Desenvolvendo o trabalho no âmbito do Meio Ambiente encontra-se a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA- formada pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, Diretor Técnico Operacional e o Supervisor Técnico de Meio Ambiente.

Cuidando da manutenção, melhoria e infra-estrutura da cidade, encontra-se a Secretaria Municipal de Obras Viárias e Serviços Urbanos - SMOV - constituída pelo Secretário Municipal de Obras Viárias e Serviços Urbanos, Diretor de Obras, Diretor de Limpeza Urbana, Coordenador Técnico, Supervisor Administrativo, Chefe da Equipe de Manutenção de Equipamentos, Chefe da Equipe de Materiais e Controle, Chefe da Equipe de Iluminação Pública e Manutenção de Vias Urbanas, Chefe da Equipe de Manutenção de Prédios Públicos, Chefe da Equipe de Praças e Jardins e Assessor Administrativo. Também nesse âmbito trabalha a Secretaria Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito – SMASPT - composta pelo Secretário Municipal de Ações de Segurança Pública e Trânsito, Diretor de Segurança Pública, Diretor de Trânsito e Transporte, Diretor da Junta de Serviços Militar, Coordenador do Departamento de Prevenção e Ações de Segurança e o Chefe do Departamento de Prevenção e Ações de Segurança.

Informo, com esse conjunto de dados, como estão estruturadas as secretarias municipais de Esteio na atual gestão, mas para esse estudo, minha análise está restrita ao âmbito das ações da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, especificamente no que diz respeito à Diretoria de Educação no que tange ao programa Cidade Educadora. Meu interesse pelo tema, bem como as justificativas que me impulsionaram e motivaram à realização dessa dissertação, nesse contexto e nesses marcos políticos e conceituais, já foram expressos no capítulo I por isso não os retomo nesta parte do texto.

### 3.2 DAS SESMARIAS À VILA DE ESTEIO

A história de Esteio, segundo os relatos de Luz (2005), iniciou em 20 de maio de 1740, quando Francisco Pinto Bandeira recebeu a Sesmaria, com uma légua de frente (N/S) da margem direita do Rio Gravataí, com três léguas de fundos (S/O), a começar nas terras

doadas em 1781 à freguesia Nossa Senhora Madre de Deus, isto é, a foz do Rio Gravataí. Nessa época, século XVII, concediam-se no Rio Grande do Sul, terras públicas a quem requeresse, mediante o pagamento de “Sema”, pequena quantia correspondente a sexta parte dos frutos, daí o nome “Sesmaria”, dado a tais concessões.

Os povoadores das sesmarias, na época, optaram pela simples ocupação das terras, sem maiores formalidades e sem interferência das autoridades públicas. Não é de admirar que houvesse de se inibir os naturais abusos. Nesse particular, conforme a carta de Gomes Freire, expedida em 21 de março de 1740, a André Ribeiro Coutinho, então no comando militar do Rio Grande do Sul, e transcrito pelo mesmo historiador General Borges Fortes (1740) em seu estudo sobre a fundação do Rio Grande do Sul, diz o seguinte, segundo Luz (2005):

A meu ver consta que algumas pessoas entraram a cultivar e desfrutar terras nesse novo estabelecimento, apossando-se delas sem tirarem cartas de sesmarias, expedidas pela secretaria deste governo. Na forma de ordens, serão excluídas da dita posse e se poderão dar as terras por devoltas a quem as pedir, e para que não continue essa deformidade de se apossarem de terras sem título, a nenhuma pessoa, daqui em diante, seja permitido, data alguma, apossar-se dessas terras sem apresentarem sesmaria, pela qual lhe conceba (p.28).

Também relata Luz (2005) que Francisco Pinto Bandeira foi uns dos primeiros povoadores a formar posição nas terras. Montou instalações plantando, criando gado e povoando as terras que viriam a ser a sua propriedade. Das sesmarias que fixava ao solo, definitivamente, surgiram das de Francisco Pinto Bandeira as atuais cidades de Canoas e Esteio, que foi desanexada de Sapucaia, 7º Distrito de São Leopoldo.

Os primeiros habitantes dessa região foram os índios Tapes, grupo descendente de uma subdivisão dos Guaranis, a quem os primitivos exploradores deram aquele nome. É lógico concluir, diz o autor, sem margem de erro, que dessa mesma origem eram os primeiros habitantes da selva sapucaense e de Esteio. Embora próxima de São Leopoldo, onde existia a grande colônia alemã da Feitoria, Esteio não sofreu a menor influência dessa cultura estrangeira e manteve, através do tempo, as características e costumes, como na própria toponímia<sup>7</sup> local, onde dificilmente se encontrará um só nome alemão designativo de suas origens.

Essa região era uma área lamacenta, onde existiam jacarés e abundância de caças, sendo, por esse motivo, muito procurada pelos caçadores de Porto Alegre e arredores. Difícil seria, hoje, reconhecer em Esteio aquele campo, testemunha de grandes caçadas de capivaras

---

<sup>7</sup> Toponímia – nome próprio do local.

e perdizes. Além disso, essa região servia de espaço aos feitores, que a usavam para castigos dos elementos indesejados por suas ações. Transportando-os para cá, sabiam, pois, que era quase impossível o seu retorno, devido ao lamaçal e as inúmeras ciladas criadas pela natureza. Conta o autor, que tropas de animais desapareciam nos sumidores.

Pinto Bandeira escolheu e firmou posição nas terras ao longo do Rio dos Sinos e imediatamente montou instalações. A administração, criada em torno de 1733, ficava em terras que pertenciam a Canoas, hoje bairro Mathias Velho. Com a morte de Pinto Bandeira, suas terras e instalações foram herdadas por sua viúva, Dona Josefina Eulália de Azevedo, muito conhecida como “Brigadeira”. Todas essas terras somente foram declaradas como oficialmente doadas a Pinto Bandeira, em 1740.

Foi em 1795, quando Dona Josefina e sua filha Rafaela foram morar em Porto Alegre, próximo à Santa Casa, que praticamente começou o fracionamento da propriedade. Diversos povoados surgiram em suas terras, entre eles, Canoas, Gravataí e Esteio. Serafim Pereira Vargas, inteligente e de situação financeira estável, comprou várias frações de terras e instalou sua fazenda. Abrangendo um total superior a 15 milhões de metros quadrados, limitava-se, ao norte, com terras de Manoel José Silveira, ao sul, com o Arroio Sapucaia, ao leste, com Felisbina Nunes Mesquita, e a oeste com o Rio dos Sinos. Com mais de duas mil cabeças de gados, transformou as terras em campos pastáveis. O Coronel Serafim passou grande parte de sua vida nessas terras, falecendo em 20 de julho de 1916.

Até o ano de 1935, Esteio não passava de um território praticamente desabitado, sem cativar nenhuma simpatia para atrair mais moradores, muito menos investidores. Mesmo com a rede ferroviária cortando o município, não passava de poucas casas ao longo dos trilhos do trem, principalmente junto à estação e na “parada<sup>8</sup>”, na então Praça da Bandeira, hoje Praça Irmão Egydio Justo.

Dois fatores, no entanto, influenciaram decisivamente para que as terras esteienses se transformassem, em pouco tempo, em lugarejo habitado e com vida originalmente própria: a construção da rodovia estadual, em 1929, ligando São Leopoldo a Porto Alegre e o loteamento da Fazenda, do chamado Coronel Jangão, pela firma Dahne & Conceição Cia. A construção da rodovia trouxe para Esteio muitos operários. Esses, porém, não tinham residência fixa, deslocando-se periodicamente de um lugar para outro, como era sugerido,

---

<sup>8</sup> Parada – nome dado ao local de embarque e desembarque de passageiros.

pela comodidade de estar mais perto do local de trabalho. Era uma população móvel, seminômade. O loteamento também teve de enfrentar sérios revezes, pois o solo não apresentava características de praticidade. Apesar dos contratemplos, Esteio veio surgindo lentamente.

No ano de 1934, já contava com aproximadamente 1.000 habitantes. Foi nessa época que se instalou a primeira casa comercial, um pequeno armazém, de propriedade de Luiz Francisco Ghizoni. Montado à beira da faixa, hoje Avenida Presidente Vargas, o armazém destinava-se, principalmente, à venda de produtos alimentícios aos operários que trabalhavam na rodovia. Concluída a “faixinha<sup>9</sup>”, em 1934, muitas famílias se animaram em adquirir lotes de terra e vieram residir em Esteio. Daquele período em diante, foi crescendo, continuamente, o número de habitantes e a importância de Esteio como núcleo residencial. Alguns moradores da capital também adquiriram terrenos transformando-os em sítios de lazer, mais tarde em residências definitivas.

O crescimento da pequena Esteio era visível. Naquele momento tomou proporções significativas uma campanha do “sim” pela emancipação. No dia 27 de novembro de 1952 foi realizada a primeira reunião e o movimento de emancipação foi oficialmente comunicado ao prefeito de São Leopoldo e à Liga Dois Amigos de Sapucaia. As primeiras contribuições ao movimento vieram por parte do professor José Grimberg, agente de Estatística de São Leopoldo, o qual, com abundância de dados e em um elaborado estudo, justificou as possibilidades objetivas de Esteio para se tornar um Município. A comissão multiplicou-se em esforços para que tudo corresse conforme era desejo do povo esteiense. Aproximando-se o dia da votação do “sim” ou “não”, alguns ainda duvidavam do sucesso do movimento, ou tentavam resistir à tendência dos fatos. A maioria da população era a favor da emancipação, a vitória já era inquestionável. A campanha ocorreu dentro de um entusiasmo que já era esperado, e os resultados foram compensadores, para os que desejavam a emancipação. A votação ocorreu em 8 de dezembro de 1953, e o povo decidiu que Esteio seria Município. Em 1954, prosseguiram-se os trabalhos com o mesmo entusiasmo, não só da comissão, mas de toda comunidade. Por fim, com a Lei 2.520, de 15 de dezembro de 1954, o sonho tornara-se realidade. Passeatas, jogos, churrascos, tudo para festejar o início de uma vida no município. A sede da prefeitura, logo após a emancipação, funcionou nas dependências do Cine Imperial

---

<sup>9</sup> Faxinha – Nome dado a Rua Principal da cidade hoje chamada Avenida Presidente Vargas.

que era de propriedade de Luiz Alécio Frainer, primeiro prefeito de Esteio. O prédio atual foi inaugurado em 06 de novembro de 1971.

Localizado a 22 quilômetros da capital gaúcha e situado entre os municípios de Canoas, Sapucaia do Sul, Gravataí, Cachoeirinha e Nova Santa Rita, Esteio é considerado um município pequeno devido a sua extensão de 27,5 quilômetros quadrados. Ao Noroeste é banhado pelo Rio dos Sinos, que no princípio do povoamento da região de São Leopoldo foi a principal via de acesso ao comércio entre a pequena colônia alemã e a província de São Pedro, hoje Porto Alegre. Atualmente o Rio dos Sinos não é mais o principal meio de acesso, decorrente da constituição da BR 116 e o sistema Público metroviário trensub. A cidade também tem transporte ferroviário de cargas, inclusive frigorificada e transporte público articulado na região. O município é cortado pela BR 116, próximo das rodovias BR 386 e RS 118.

É importante ressaltar que Esteio passou a ter projeção internacional após a transferência do Parque de Exposição Assis Brasil do bairro Menino Deus - em Porto Alegre - para o município. A Expointer<sup>10</sup> é um evento que ocorre no Parque de Exposições Assis Brasil, congregando expositores de pecuária e agricultura de todo o Brasil e de outros países.

Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), através dos resultados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)<sup>11</sup> dos municípios, do ano de 2003, o Município de Esteio ocupa a terceira colocação, no Rio Grande do Sul, no quesito *desenvolvimento socioeconômico*. O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE)<sup>12</sup> registrou uma população de 87.087 habitantes, por isso, ocupa a 4ª posição no ranking das cidades com maior renda per capita da região metropolitana de Porto Alegre.

O ano de 1933 marca a chegada da primeira indústria ao município e pode-se afirmar que, a partir de então, há um crescimento considerável neste setor, processo que ocorreu, também, em nível nacional. Hoje Esteio possui indústrias geradoras de importantes postos de trabalho agregando trabalhadores da região metropolitana de Porto Alegre.

---

<sup>10</sup>O Parque de Exposições faz parte do município desde 1969 quando o Governador do Estado Walter Peracchi de Barcelos transferiu a sede do Bairro Menino Deus, em Porto Alegre, para a fazenda Kroeff em Esteio.

<sup>11</sup> Resultado divulgado em 08 de agosto de 2006 pela FEE.

<sup>12</sup> Fonte: IBGE, censo 2000.

### 3.3 ESTEIO: PROGRAMA CIDADE EDUCADORA

A Lei Orgânica Municipal de Esteio, atualizada em 2005, tem como proposta para a cidade “promover a vida digna aos seus habitantes e ser administrada com base nos seguintes objetivos e compromissos fundamentais” (art. 3º):

I.garantir, no âmbito de sua competência, a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa humana;

II.colaborar com os governos federal e estadual na constituição de uma sociedade livre, justa e fraterna;

III.transparência pública de seus atos;

IV.moralidade administrativa;

V.participação popular nas decisões;

VI.descentralização político-administrativa.

Para essa pesquisa, o campo investigado está delimitado às ações da Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Esteio, no que tange à Diretoria de Educação e, especificamente, ao “Programa Cidade Educadora”.

Um dos documentos de referência que utilizo é o Relatório de Gestão 2007, divulgado amplamente para toda a comunidade esteiense no mês de julho do ano de 2007. Esse destaca as ações desenvolvidas no município, no período entre os anos 2002 e 2007, objetivando implantar o Programa Cidade Educadora. Segundo ele, “transformar Esteio numa cidade educadora é uma das metas do programa desenvolvido pelo Governo Municipal em prol da comunidade” (p.07).

O trabalho desenvolvido com a comunidade busca efetivar o processo educativo de permanente troca e democratização do conhecimento, contagiando a sociedade esteiense com um sentimento de pertencimento ao constatar que todos os espaços da cidade podem se tornar uma sala de aula (p.03).

Para operacionalizar essas metas, vários projetos, programas e ações vêm sendo implementados à esfera da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, portanto, de interesse direto ao problema e aos objetivos dessa pesquisa.

Dentre os programas desenvolvidos elenco alguns, cuja pertinência de destaque se justifica pela relação direta com a Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Esteio no que se refere à Gestão político-pedagógica, sem descuidar o alinhamento político com o Projeto Municipal Cidade Educadora.

É importante destacar que faço apenas uma breve referência a tais projetos/programas, objetivando dar uma visão mais ampla do campo do meu projeto de pesquisa. Não pretendo fazer uma análise conjuntural sobre tais projetos/programas, visto que meu objetivo de pesquisa são as ações especificamente relacionadas ao Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte - Diretoria de Educação.

a) Projeto parceria com as Escolas Comunitárias: trata-se de um convênio firmado entre a Prefeitura de Esteio e três escolas comunitárias de Educação Infantil, que prevê o repasse de parcelas<sup>13</sup> mensais para as escolas Criança Esperança, Nossa Senhora das Graças e Novo Lar Sestilha Anna Toniolo, para atenderem crianças de zero a cinco anos, oriundas de famílias de baixa renda.

b) Programa incentivo à formação dos educadores: tem como objetivo qualificar professores da Rede Municipal de Ensino. O auxílio formação é de 50% do valor dos cursos de Licenciatura Plena, para todos os funcionários que solicitam o apoio.

c) Programa Escola de Fábrica que conta com três cursos: Iniciação Básica na Indústria Metal-Mecânica - desenvolvido nas empresas ASM - Usinagem Industrial de Precisão Ltda e Artestampo - Indústria Metalúrgica; Curso Básico de operação de Máquinas de Conversão na indústria de Papel - desenvolvido na empresa Três Portos S/A indústria de Papel e o Curso de Gestão de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Centros de Triagem, desenvolvido pela Associação dos Recicladores e Catadores do Município de Esteio – ARCA.

É importante salientar, ainda, que a Escola de Fábrica é um programa do Governo Federal, viabilizado por meio do Ministério de Educação e da Secretaria de Educação

---

<sup>13</sup> Não foi destacado no relatório o valor e nem a quantia de parcelas que são repassadas.

Profissional e Tecnológica. Tem como principal objetivo, a inclusão de jovens estudantes de baixa renda, por meio da formação profissional, em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas, aproximando o setor produtivo dos processos educativos. É desenvolvido em parceria com a Unidade de Sapucaia do Sul<sup>14</sup>, do CEFET, instituição co-gestora do projeto, e empresas privadas que proporcionam espaço para a realização dos referidos cursos. A Prefeitura de Esteio disponibiliza funcionários públicos para supervisionar as atividades desenvolvidas.

d) Projeto “Volta às Aulas com Segurança”: integra uma série de ações para orientação de pedestres e motoristas nas imediações de Escolas Municipais, Estaduais e Particulares. Inclui ações de reestruturação da sinalização viária, faixa de pedestres, placas e semáforos, bem como blitz educativa e programas de educação no trânsito para as crianças e os adolescentes matriculados nas escolas. Todas as operações são supervisionadas por agentes municipais de trânsito e integrantes do Programa Jovem Cidadão Consciente<sup>15</sup>.

e) Programa Escola Aberta: programa do Governo Federal desenvolvido em parceria com os Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego, Esporte e Cultura e com a UNESCO. Propõe às Escolas da Rede Municipal de Ensino que queiram aderir ao programa abrirem nos finais de semana, oferecendo atividades diferenciadas, culturais e de lazer a toda a comunidade.

f) Programa Primeira Infância Melhor (PIM): objetiva orientar as famílias, considerando suas culturas e experiências, no que tange à educação em saúde de gestantes e crianças na faixa etária de zero a cinco anos. Desde maio de 2006, a Prefeitura de Esteio realiza o PIM no município, coordenado pelas Secretarias Municipais de Educação e Esporte (SMEE), pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS). Até o momento 225 famílias e 313 crianças, na faixa etária de 0 a 5 anos, que não têm acesso ou atendimento na área de educação infantil, são beneficiadas.

g) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Esteio, inaugurado em fevereiro de 2006. A implantação do CRAS ampara programas sociais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Apoio Sócio Educativo Familiar (ASEF) dos

---

<sup>14</sup> Sapucaia do Sul – município vizinho ao norte de Esteio.

<sup>15</sup> O Programa Jovem Cidadão Consciente visa preparar adolescentes dispensados do Serviço Militar para prestarem serviços à comunidade, atuando em campanhas sociais, no apoio à Guarda Municipal, no auxílio aos idosos, fornecendo orientações turísticas e ajudando a zelar pelos bens patrimoniais. Cada integrante recebe uma bolsa-auxílio de R\$ 200,00 mensais.

adolescentes e da família por meio de serviços continuados com acompanhamento assistencial para famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

h) Buscando mobilizar a comunidade de Esteio e preparando jovens para levar adiante as ações de proteção à natureza, projetos e programas de educação para a responsabilidade ambiental também estão sendo implementados. Exemplo dessa iniciativa é a ação da Associação de Recicladores e Catadores de Esteio (ARCA), sediada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) deste município, que vem realizando a coleta de resíduos secos em eventos, prédios públicos e nos bairros Novo Esteio, Três Portos e Vila Osório, Escolas de Rede Municipal, assim como em condomínios residenciais. Outra iniciativa que merece destaque nesse âmbito, desde 2002, é a do Viveiro Municipal, o qual cultiva as mudas que ornamentam a cidade. A maioria das espécies é parte do Termo de Compromisso de Plantio (TCP), assumido quando o contribuinte solicita a retirada de alguma espécie vegetal da cidade.

Por sua parte, as Instituições de Ensino Municipais, Estaduais e Particulares que participam da Rede Municipal de Educação Ambiental (RMEA), integram o Projeto Monitores Ecológicos. Cada grupo de monitores ecológicos participa de diferentes atividades, entre elas, campanhas para separação do lixo, preservação de praças e Projeto Peixe Dourado<sup>16</sup>. Outra ação importante de proteção à natureza é a limpeza no Arroio de Esteio que é realizada pela Secretaria Municipal de Obras (SMOVT), sistematicamente. O desassoreamento do arroio é realizado por um braço valetador<sup>17</sup> adquirido pela Prefeitura Municipal, em 2006, especialmente para este trabalho.

i) O cenário da saúde pública no Município está sendo qualificado por meio da aplicação de recursos públicos e de parcerias com a iniciativa privada. A prefeitura vem aumentando investimentos na manutenção e na ampliação das estruturas básicas, como reforma de Consultório Odontológico e do prédio do Novo Esteio<sup>18</sup> e o início da construção da Unidade de Saúde, no Bairro Votorantim. Também, em 2006, um imóvel foi locado para a instalação do Serviço de Saúde Mental e outro para abrigar o serviço de Vigilância da Saúde. No que se refere ao Programa de Saúde da Família (PSF), equipes multiprofissionais

---

<sup>16</sup> O Projeto Peixe Dourado é um programa desenvolvido em parceria com a UNISINOS e visa desenvolver programas de mobilização e conscientização em relação à poluição, preservação e limpeza de arroios da região, despoluindo-os.

<sup>17</sup> Equipamento usado para a limpeza dos arroios.

<sup>18</sup> Novo Esteio – Bairro localizado à oeste da cidade de Esteio, entre o Rio dos Sinos e a BR 116.

promovem a reorientação das práticas e ações de saúde de forma contínua, por meio de visitas domiciliares. No caso de Esteio, o município tem garantido maior cobertura no atendimento, com indicativos de melhora na qualidade de vida da população.

Para Tonucci (1997), entre outros autores, os administradores da cidade são os responsáveis, muitas vezes, pelas perversas transformações das características da vida urbana, e devem recuperar, de algum modo, o consenso dos cidadãos na definição das ações prioritárias em atendimento às demandas sociais identificadas, com a participação popular em Fóruns organizados para esse fim.

Considerando os objetivos do meu estudo, analisei, com muita atenção e cuidado, as iniciativas desenvolvidas a partir de 2002 pelo poder público da cidade, bem como a intencionalidade de tais ações no que infere à implantação do Programa Cidade Educadora. Obviamente, não bastou fazer uma análise somente dos documentos, pois a materialidade documental de um conjunto de programas não garante a sua operacionalização e o alcance de resultados que converjam em efeitos de qualidade de vida para uma comunidade. Neste sentido, recorro a Zitkoski (2005) para reafirmar sobre a importância da participação e engajamento dos cidadãos nos programas implantados pela administração, para a obtenção de resultados que possam contribuir para o desenvolvimento da cidade:

Na perspectiva da Cidade Educadora é fundamental discutirmos quais são os caminhos para educar o cidadão. É necessário educar para a vida na cidade, para a autonomia da pessoa poder conviver de modo livre e integrado nos diferentes espaços que, por natureza, têm um potencial educativo: as ruas, as calçadas, praças, bibliotecas, parques, mu seus, etc.

Mas, para que essas alternativas possam se concretizar em uma cidade efetivamente torna-se indispensável desenvolver projetos coletivos que mobilizem a população da cidade e, através da participação ativa de cada cidadão, seja possível envolver os diferentes setores sociais numa obra coletiva, que se traduz em movimento em prol de uma Cidade Educadora, mais bela, humanizada e feliz para se viver (p.3).

Dentre os programas destacados no Relatório de Gestão 2007, elegi os Programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Diretoria de Educação, vinculados ao Programa Cidade Educadora e desenvolvidos em todas as escolas da Rede Municipal, como referência de análise.

Minha opção pela análise das ações diretamente vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Diretoria de Educação, não elimina a possibilidade de considerar as interfaces que tais ações tenham efetivado com outras Secretarias, desde que se justifiquem por requisito da demanda coordenada pela Diretoria de Educação dessa Secretaria Municipal.

Significa dizer que não me restringi às ações intramuros, mas também às ações que exigiram articulações com a comunidade, pois, na perspectiva da concepção de uma Cidade Educadora, Bernet (1993), Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004), entre outros, relatam que a participação dos cidadãos é condição fundamental. Conforme Zitkoski (2006):

O ser humano não só está no mundo, pois não é um ser passivo totalmente adequado a ele, mas um ser que faz escolhas, que toma decisões e que, por isso mesmo, se tornou uma presença no mundo que tem um modo especial de ser. Ou seja, a autenticidade da existência humana está diretamente relacionada ao fato de que o ser humano não só está no mundo, mas intervém nele, transforma-o, toma decisões, rompe com o já feito, avalia, contata e também sonha com um mundo diferente (p.58).

Analisando o Plano de Governo<sup>19</sup>, da atual gestão<sup>20</sup>, foram destacadas como ações propostas para esta administração: “Fortalecimento do Processo da cidade educadora” e “Ampliação gradativa do tempo do aluno na Escola, através de políticas de educação, cultura e lazer”. A proposta apresentada na ocasião pela atual Gestão destacava o seguinte compromisso:

A Frente Popular tem como compromisso básico manter as portas do governo abertas à participação da comunidade. É a nossa marca: Trabalhar em conjunto com o cidadão, administrando com transparência os bens públicos.  
As ações de governo são planejadas e os esforços são coordenados para que não haja desperdício de energias e de recursos públicos (dinheiro do cidadão-contribuinte).  
A administração trabalha na perspectiva de conscientizar as pessoas de seu papel na sociedade, buscando a promoção do coletivo, sendo o Orçamento Participativo, os Conselhos Municipais e a Sociedade Civil organizada ou não, instrumentos de mobilização social (2005/2008, p.03).

Analisando o Plano de Governo elaborado pela atual administração, observam-se alternativas que podem contribuir para um desenvolvimento participativo da comunidade. Nesta dissertação referencio as ações que vêm sendo desenvolvidas nas escolas da Rede Municipal de Esteio, pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte – Diretoria de Educação, por meio do Programa Cidade Educadora e analiso o quanto essas ações aproximam-se ou não do ideário do Projeto Cidade Educadora.

Foram analisados, também, dois informativos divulgados amplamente à comunidade local, nos meses de junho e dezembro de 2007 (anexos nº6 e nº7), contendo muitas informações sobre o Programa Cidade Educadora e sua articulação com as escolas municipais. O material foi elaborado com uma excelente qualidade de impressão, usando

<sup>19</sup> O Plano de Governo encontra-se anexo nesta dissertação ( Anexo nº2).

<sup>20</sup> (A atual Gestão é uma coligação do PT – PSB e PCdoB e refere-se ao período entre os anos 2005/2008).

imagens dos alunos e professores da Rede Municipal e fotos da coleção Aymar<sup>21</sup>. Todos estes materiais foram distribuídos aos estudantes matriculados nas escolas municipais.

Durante entrevista com um dos pais representantes do Conselho Escolar, o mesmo referiu-se ao informativo citado (anexos nº6 e nº7), dizendo que teria recebido o material em uma reunião junto à Prefeitura Municipal mas que, na ocasião, o informativo foi apenas entregue aos presentes, sem tempo para analisar e discutir. Em sua entrevista relata:

*“Eles apenas distribuíram o material, nós saímos de lá sem explicações sobre o que é realmente uma Cidade Educadora”* (12/05/2008 – Maria, representante do Conselho Escolar da escola A).

A participação e a reflexão para posterior definição das ações são imprescindíveis na elaboração de propostas como as que esta Administração Municipal propõe em seu plano de Governo, é passível de questionamento o fato de um representante do Conselho Escolar haver vivenciado a experiência pouco esclarecedora e pouco participativa como a que relatou.

Favero, Horta e Frogotto (1992) fundamentam a importância da democracia e da participação da comunidade, em um projeto como o da Cidade Educadora, da seguinte forma:

A democracia alimenta-se de um tecido social que demanda capacidade de análise e, sobre tudo, de organização. A elevação do nível educacional e cultural constitui condição necessária para o efetivo desenvolvimento de processos democráticos em todos os âmbitos da sociedade (p.13).

Ainda, sobre a importância da participação, do diálogo e da interação dos cidadãos no processo de desenvolvimento, cito Zitkoski (2006) para complementar e justificar essa pertinência num processo que tem como objetivo um Projeto de Cidade Educadora:

A vida humana é uma abertura ativa ao mundo porque a essência da consciência do homem são atividade, intencionalidade e a relação com os outros e com as diferentes realidades existentes. Portanto, somente na comunicação tem sentido a vida humana, porque é por meio da relação dialógica que quem se comunica que é possível o verdadeiro conviver, ser com os outros e humanizar-se em comunhão. Ou seja, o diálogo que alimenta a comunicação e alavanca o verdadeiro processo educativo do ser humano (p.26).

---

<sup>21</sup> Apresento a editora Aymar<sup>21</sup> nas páginas 32-34).

Em palavras de Ferreira (1993), “o Ser social do homem não é um dado estável com que cada geração conta ao nascer. É um processo que alicerça e acompanha a vida de cada nova geração, em uma dada estrutura social” (p.8).

#### 3.4 O PROGRAMA CIDADE EDUCADORA DESENVOLVIDO EM ESTEIO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

O Programa Cidade Educadora desenvolvido em Esteio pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Diretoria de Educação, vem sendo desenvolvido a partir de um projeto da Editora Aymar e Tecnologia Ltda<sup>22</sup> junto às escolas Municipais de Esteio, com Coordenao da Diretoria de Educao. A escolha deste programa foi definida pela Secretaria Municipal de Educao e Esporte e apresentada aos professores da Rede Municipal nos Seminários de Incio do Ano Letivo 2007.

A Secretária de Educao e Desporto argumenta que a decisão pela escolha deste Programa foi da administrao municipal, por acreditar que lhe cabe fazer a opo política que atenda aos objetivos teóricos e pedagógicos da Secretaria de Educao e Desporto para a educao da rede municipal. Destaca, também, que a Secretaria Municipal não está submetida ao gerenciamento da Editora Aymar: *“Não estamos submetidos a um gerenciamento da Aymar, quem gerencia esse processo somos nós”* (06/06/2008 – Paula, Secretaria de Educao).

A Coordenadora do Programa Cidade Educadora relata que a escolha deste material para o desenvolvimento do programa surgiu a partir dos resultados da avaliao externa<sup>23</sup>, onde foi evidenciado que os alunos da rede municipal de Educao de Esteio obtiveram um baixo rendimento:

---

<sup>22</sup> Segundo registro no material didático oferecido aos professores, a *editora Aymar faz parte da Sagarana – holding criada com o intuito de gerir empreendimentos educacionais com seriedade e competência – e conta com a experiência de profissionais, especialistas e colaboradores que, com uma visão integradora, vêm buscando expandir sua atuao de maneira sria e consistente para todo o Brasil. A sede da editora situa-se em Curitiba, Salvador e Brasília.*

<sup>23</sup> Refere-se  Provinha Brasil - um instrumento de avaliao da alfabetizao elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), autarquia do MEC, com o objetivo de possibilitar a realizao de

“Em 2005 a rede municipal de ensino passou por uma avaliação externa e verificou-se uma defasagem em relação à leitura e a escrita. Não alcançamos os índices que esperávamos alcançar. Então, dentro do programa surgiu um desafio, melhorar estes índices, melhorar e qualificar os processos de leitura e escrita. Foi aí que surgiu então a coleção *Cidade Educadora*” (Vera, Coordenadora do Programa Cidade Educadora, 09/05/2008).

As informações e os posicionamentos da Coordenadora do Programa Cidade Educadora justificam o uso da Coleção Cidade Educadora como uma “ferramenta<sup>24</sup>” para o trabalho do professor, tendo em vista que a coleção trabalha questões relacionadas à cidadania, saúde e ambiente, de forma criativa e usando a literatura como base de estudo.

Analisando os materiais didáticos disponibilizados aos alunos, pela editora Aymar<sup>25</sup>, constata-se a seguinte justificativa para a concepção de Cidade Educadora e para os objetivos do material didático: “a transformação de uma cidade começa pelas pessoas, assim iniciou o Programa Cidade Educadora”. É responsabilidade da Editora a distribuição do material didático aos professores e aos estudantes matriculados na rede municipal. Os temas abordados privilegiam enfoques na direção da cidadania, da ética, do respeito às diferenças e acessibilidade. Segundo a editora, o projeto gráfico da Coleção Cidade Educadora foi concebido a partir de pesquisa, criatividade e flexibilidade, aliadas a uma concepção artística e às especificidades da faixa etária das crianças para quem se destinam os livros.

Na análise do material, constata-se o seguinte ideário:

Para o Programa a base da transformação é a escola e a base do programa é a Coleção Cidade Educadora. É por meio dela que tem início a transformação do Município. O material é único e inovador. Foge do conceito tradicional de materiais didáticos (livros didáticos e sistemas de ensino). Além disso, parte da literatura para abordar conteúdos essenciais e os Temas Transversais, o que possibilita discutir a realidade da escola, da família, da comunidade e do município, inaugurando um novo conceito: o livro Transdidático<sup>26</sup> (2007, p.3-4)

---

um diagnóstico do nível de alfabetização das crianças das redes públicas de ensino, após um ano de escolaridade. <http://provinhabrasil.inep.gov.br/>

<sup>24</sup> Uso o termo “ferramenta” buscando fazer uma referência aos recursos didáticos de trabalhos para o professor.

<sup>25</sup> As informações, neste Projeto de Pesquisa, sobre a Editora Aymar<sup>25</sup>, foram retiradas do Manual de Orientação para os professores, oferecido pela própria editora, denominado “Educação de Qualidade e desenvolvimento para o seu município”.

<sup>26</sup> Transdidático – Segundo editora Aymar<sup>26</sup>, devido ao caráter inédito da coleção cidade educadora, criou-se um neologismo para definir esse gênero de obra didática: o transdidático. O prefixo *trans* vem do latim e quer dizer “movimento para além de”, o que traduz perfeitamente a proposta da coleção de ir além do livro didático tradicional, pois transita entre o didático tradicional e o para didático. Há também uma aproximação com as palavras *transdisciplinar* e *transversal*. Transdisciplinar porque evita a compartimentalização do conhecimento

Didaticamente, o material está assim organizado: os livros dos estudantes apresentam espaços para realização das atividades que possibilitam diferentes formas de registro. O *Livro das Histórias e Idéias*, por exemplo, parte da literatura para trabalhar os temas transversais e propicia uma abordagem transdisciplinar dos conhecimentos curriculares correspondentes ao ano de escolarização. Já o livro denominado “*Diário de Bordo*”, tem por finalidade desafiá-los a registrarem suas trajetórias no contexto do ano letivo em curso.

Para o professor é oferecido um livro igual ao dos estudantes, acrescido de orientações e sugestões de trabalho didático, além de um manual com perguntas e respostas sobre a coleção e um material especial sobre projetos didáticos<sup>27</sup>, com sugestões de projetos elaborados, especialmente, com base nas histórias de cada volume. Por exemplo, o material dirigido às 3<sup>as</sup> séries do Ensino Fundamental tem o seguinte: “Um bicho para todo mundo”, “Cadê o bicho que estava aqui?”, “Eu você e mais alguém”, “Um bicho só para mim.” Todos os temas procuram fazer uma relação com os espaços de convivência que os estudantes têm: cidade, família e meio social.

Durante a entrevista, a Coordenadora do Programa destacou que durante o ano de 2007, em fase experimental, foram escolhidas apenas as turmas dos 2<sup>os</sup> e 3<sup>os</sup> anos iniciais, mas, neste ano, 2008, já foram envolvidas no programa as turmas da 4<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

O Programa Cidade Educadora, na forma como está sendo concebida sua implantação, ou seja, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Diretoria de Educação e em articulação direta com os professores e estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ilustra o que Redim, Zitkoski e Würdig (2003) referem ao criticarem as formas mais freqüentes de formulação e implantação de políticas educacionais.

Outro aspecto de grande importância para a necessária reestruturação das políticas educacionais em nosso país diz respeito ao papel da educação em termos de formação humana. Ou seja, na ótica de quem sempre se pensou e planejou educação? Normalmente a educação é planejada na ótica do adulto e, mais ainda, adultos considerados “os profissionais da Educação”, que têm a responsabilidade de definir os projetos das escolas que as crianças, adolescentes e jovens devem ter. Os educandos, que são razão de ser nossas escolas, não são consultados na definição e na execução das políticas educacionais (p.124).

---

em áreas. Transversal porque os Temas Transversais estão presentes na concepção da Coleção Cidade Educadora. Os temas transversais estão relacionados aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

<sup>27</sup> O manual oferecido pela Editora Aymará sugere temas de projetos que poderão ser desenvolvidos com os estudantes.

### Um Projeto de Cidade Educadora, segundo Borja (1999),

é um direito da cidade e um dever político, e deve ser, “cidade sobre a cidade” para todas as pessoas, onde estas encontram neste lugar, um espaço de trocas. Deve-se repensar a idéia de uma pedagogia que se apóie na cidade e por uma cidade como pedagogia. Esse processo constitui um autêntico objetivo para se conseguir atingir realmente um Projeto de Cidade Educadora (p. 41).

Ou seja, pensar um Projeto de Cidade Educadora requer conceber a cidade como um espaço de construção e de experiências de aprendizagens. Como o programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Diretoria da Educação, do Município de Esteio, está contribuindo para a implantação no município do Projeto de Cidade Educadora? Como a Administração Municipal justifica a concepção do slogan “Esteio – Cidade Educadora”, considerando a forma de implantação, adotada pela atual gestão?

Apoiando-me na abordagem de Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004), recupero, concordando com os autores, o sentido e o significado do Projeto Cidade Educadora para a comunidade que a constitui:

A cidade só será educadora quando reconhecer, exercitar e desenvolver, além de suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços), uma função educadora, quando assumir a intenção e responsabilidade cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens. Devem buscar as razões que justificam essa nova função nas motivações de ordem social, econômica e política, assim como, e sobretudo, nos movimentos de ordem cultural e formativa. É o grande desafio do século XXI: investir na educação, em cada pessoa, de maneira que esta seja cada vez mais capaz de expressar, afirmar e desenvolver seu próprio potencial humano, com sua singularidade: construtividade, criatividade e responsabilidade (p.146).

Apresentando a forma como está sendo desenvolvido o Programa Cidade Educadora pela Secretaria de Educação e Esporte – Diretoria de Educação de Esteio, escolhi um sentimento para definir o que sinto neste momento: curiosidade. Sim, curiosidade para entender qual o resultado que este programa pode vir a ter junto à comunidade e, principalmente, ao sistema de ensino de Esteio.

### Uso palavras de Freire (1998) para complementar tal afirmação:

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impaciente diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos (p.35).

Nesse sentido, vejo relevância no meu propósito de analisar as ações desenvolvidas pelo Programa Cidade Educadora em implantação no Município de Esteio. Zitkoski (2006), ao afirmar que “Hoje vivemos muito mais como *peças de um sistema* do que como sujeitos de nossa própria existência” (pg 8), reforça essa relevância.

Sabendo-se que muitas ações - no caso de Esteio evidenciadas por meio das entrevistas - foram definidas pela administração municipal, fortalece a importância de pesquisar as convergências e as possibilidades de esse programa desencadear um Projeto de Cidade Educadora, na perspectiva dos gestores, pais e professores municipais. Nesse sentido, para que este projeto seja de fato efetivado, é preciso que os governos locais possuam o que GADOTTI, PADILHA e CABEZUDO (2004), defendem: “os mecanismos institucionais adequados que dêem a um número representativo de cidadãos a possibilidade de intervir no planejamento urbano da cidade presente e futura” (p.33).

## 4 OS MARCOS TEÓRICOS DE REFERÊNCIA

### 4.1 A CRISE DAS CIDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Hoje, enfrentamos muitos obstáculos, tais como, a exclusão social, a violência, a fragmentação territorial, o desemprego, a poluição, a solidão e o individualismo, a cada dia, aumentando e apoderando-se das cidades. Analisando a crise das cidades, Redim, Zitkoski e Würdig (2003) nos falam que “a cidade no mundo contemporâneo enfrenta grandes impasses, pois vem sendo pensada na lógica do mercado e do comércio, o que é a tendência hegemônica do contexto da cidade contemporânea” (p.127).

Tais desafios, entre outros problemas sociais da contemporaneidade, impõem à sociedade e aos gestores municipais, um envolvimento efetivo na construção de políticas públicas capazes de dar respostas aos problemas que enfrentam. Além de tudo é importante que a política educativa possibilite formar uma cultura que produza hábitos e espaços de interação social para uma convivência coletiva mais humanizada.

Zainko (1997) recorre a Tonucci (1997) para lembrar as últimas cinco décadas do século XX, referindo-se ao tempo em que se tinha medo dos bosques, dos lobos, em que sentíamos-nos seguros em casa, na cidade, na vizinha. Passados poucos decênios, tudo mudou e a cidade tornou-se perigosa. Por outro lado, o autor destaca que é nesse período que os ambientalistas, os que amam e protegem a natureza, adquirem visibilidade, pregando justamente o verde. O bosque tornou-se famoso, luminoso, objeto de sonho e desejo, ao mesmo tempo em que, em palavras do autor, a cidade foi tornando-se horrível, cinzenta, agressiva, perigosa, monstruosa. Além disso, afirma que, na atualidade como no passado, as pessoas sentem-se seguras em suas casas, entre seus vizinhos, onde buscam seus companheiros e encontram-se para jogar e brincar juntos. Esse espaço é o lugar escolhido para “receber suas visitas” e “guardar seus tesouros”. Baseados em seus próprios princípios, “elaboram seus planos e projetam o futuro para este mundo”. Tonucci (1997, apud ZAINKO, 1997), destaca a grande transformação que houve na sociedade e nas últimas décadas, mais especialmente nos últimos cinquenta anos do século XX: a cidade, nascida como “um lugar de encontros e intercâmbio”, foi transformada em um espaço de “comércio e benefícios e, por

isso, muitos espaços culturais transformaram-se em lugares com oficinas, bancos e restaurantes de comidas rápidas”; ao anoitecer o centro da cidade se esvazia e torna-se perigoso, “as pessoas sentem medo de andar sozinhas pelas ruas, temendo os drogados, ladrões e marginais”.

As cidades são hoje lugares onde os cidadãos se encontram para vender e comprar. Tonucci (1997, apud ZAINKO, 1997) destaca também que as cidades, ao longo da segunda metade do século XX, voltaram ao modelo medieval: um centro histórico rico e pouco habitado, rodeado de uma periferia pobre e às vezes miserável, que depende dos centros ricos para sobreviver. Afirma que a cidade deixou de ser um lugar de encontro e intercâmbios, tornando-se um lugar de distanciamento com novos critérios de progresso: lugares diferentes para pessoas diferentes, espaços distintos para as diferentes gerações da cidade.

Quanto aos espaços de lazer para crianças e adolescentes, comenta Tonucci (1997, apud ZAINKO, 1997), estão mais restritos às escolas de educação infantil, *playground* em *shopping* ou parques fechados. A transformação da cidade é uma das manifestações sociais dos tempos atuais. A instituição familiar também vem sofrendo grandes transformações: muitos casais já não têm filhos, levam seus pais para casas de repouso, fazendo com que a interação entre as diferentes gerações sofra modificações, cujos impactos se expressam nos processos de subjetivação e, portanto, nos “modos de ser e viver” de todos os sujeitos desse tempo. Por exemplo, nas cidades contemporâneas também a busca por segurança e proteção tornou as residências cada vez mais isoladas e fechadas. Os muros baixos que possibilitavam a conversa e interação com os vizinhos foram substituídos por muros altos e portões seguros. Buscando segurança e proteção, as famílias cada vez mais se fecham em suas residências e tornam-se isoladas em suas próprias ruas e cidades. A cidade cada vez menos é vista como um bonito lugar onde as famílias podem passear juntas e usufruir das belezas naturais e urbanas que possui.

Estudar a vida urbana é também pensar na contribuição que a cidade tem dado aos processos civilizatórios dos cidadãos, e no quanto contribui ou o quanto pode contribuir nos processos educativos dos mesmos. As cidades, como afirmam Granell e Vila (2001) e outros autores, são espaços culturalmente ricos e podem contribuir para aprendizagens que conferem qualidade à vida por serem profundamente educativos.

## 4.2 DESAFIOS DE UM PROJETO URBANO

Um projeto urbano, na visão de Borja (1999), deve fazer parte de um projeto global da cidade, construído socialmente e validado culturalmente. Para que um território seja assim articulado, as cidades precisam se reinventar e a gestão pública precisa ter cuidado de optar por um urbanismo de integração e não de exclusão. Ou seja, a gestão precisa ocupar-se por ações que tenham no horizonte a liberdade urbana.

Em alguns casos, os gestores públicos tomam decisões setoriais, sem conhecer e sem preocupar-se com os efeitos dessas decisões para o tecido urbano. O autor argumenta que os debates na cidade têm que estar orientados por objetivos políticos, valores culturais e interesses sociais explícitos. Os administradores públicos, em especial, têm a responsabilidade de regular e impulsionar as transformações, buscando propor um debate prévio, adequando as decisões às necessidades observadas, tomando o cuidado para não seguir apenas as imposições do mercado.

Ainda, considerando as abordagens de Borja (1999), a qualidade do urbanismo atual se verifica a partir da análise dos espaços públicos na medida em que se compatibilizam com as demandas sociais identificadas coletivamente por meio de processos participativos. A rápida mudança da caracterização da vida urbana e o esvaziamento de sua história e tradição são fatores que têm influenciado o funcionamento e a estrutura das cidades contemporâneas. Por isso, passa a ser de responsabilidade dos administradores da cidade resgatar a caracterização da vida urbana e, de alguma forma, oportunizar a participação dos cidadãos nos processos de formulação das políticas públicas, sobretudo, as políticas sociais, sem medo de perder o poder. Os administradores são atores políticos que podem, a partir de processos democráticos de gestão, potencializar movimentos sociais de preservação dos espaços públicos e de criação de espaços de lazer e de desenvolvimento cultural.

Embora a perspectiva de muitos gestores públicos seja sempre otimista, nem sempre essas mudanças ocorrem. Os projetos dos governos municipais são, em geral, breves e imediatistas, decorrentes de períodos curtos de mandato (quatro anos). Grandes projetos requerem tempo e processo de elaboração por parte dos cidadãos e, assim mesmo, não são garantia de fatos. Entretanto, em se tratando de gestão pública das cidades, geralmente os governos optam por projetos que em curto prazo aparecem e mostram resultados imediatos,

mesmo que não sejam duradouros e não enraízem processos de mudanças culturais na perspectiva da emancipação social. Vale lembrar que, na sua maioria, os projetos políticos apresentados para as cidades são elaborados em gabinetes e com pouca participação ou contribuição da sociedade. Tais projetos, em muitos casos, atendem apenas a interesses políticos de parcelas ou, às vezes de pequenos grupos com poderes econômicos que, ao contrário, não estão interessados com a promoção social e a emancipação política dos cidadãos.

Recentemente, em fevereiro de 2008, por ocasião da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento das Cidades, realizada em Porto Alegre, vários relatos reforçaram a importância da criação de uma relação intersetorial entre as diferentes secretarias que fazem parte da administração pública. Foi destacado, também, que o currículo oculto da cidade deve ser observado, buscando mobilizar tal aspecto com vistas a uma perspectiva emancipatória. Para que se consiga o desenvolvimento de um projeto de Cidade Educadora, deve haver uma mudança em termos culturais, valores, crenças e educação, uma política de revitalização, objetivando o exercício da cidadania pela população que dela faz parte. Ações que podem minimizar o impacto da globalização que ampliou a imaginação e possibilitou acelerar a mundialização das atividades, trouxe mais oportunidades de desenvolvimento social, político e cultural e problemas de ordem social e econômico para a cidade, tornando-a indiferente à vida humana.

As articulações que hoje existem entre os cidadãos em prol do atendimento ou da resolução dos problemas coletivos, têm se demonstrado precárias e de pouca influência nos processos de gestão das cidades. Uma das alternativas que poderia potencializar as articulações sociais, é, concordando com Bernet (1993), entre outros autores, a implementação de ações e experiências de educação, sobretudo, em âmbitos não escolares, para potencializar efeitos de promoção social. Nessa perspectiva, o Projeto Cidade Educadora se apresenta como uma experiência promissora.

Planejar e implantar o Projeto Cidade Educadora é, sem dúvida, um processo complexo e desafiador. Segundo Varón (2004, p.1), “um sistema complexo, abrangente, em evolução constante, que dá prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente de sua população”. Ou seja, a implantação do Projeto Cidade Educadora poderá ser efetiva a partir de muito envolvimento e inúmeras inter-relações entre as pessoas e as instituições comunitárias que fazem parte da cidade, no sentido de serem escutadas e suas

agendas consideradas na gestão das demandas públicas identificadas. É a partir das inter-relações que o ser humano incide na construção da sociedade.

É importante o que afirma Faria (2002, p.48): “são as relações sociais de produção econômica que estabelecem as estruturas da sociedade e a base sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica, política e as formas de consciência social”. Não é apenas a sociedade que é constituída pelas relações de produção, mas também o Estado, enquanto poder legitimador dos direitos e das leis, mesmo que esteja permanentemente atravessado por contradições e conflitos sociais. Estas relações sofrem com os interesses heterogêneos da sociedade, fazendo o Estado exercer o papel político de coordenador da dinâmica social e, conseqüentemente, interferindo nas mais diversas áreas da vida comunitária, dentre elas a que diz respeito à gestão da infra-estrutura urbana e social que influencia sobremaneira, a organização da vida coletiva. Ao fazer essa referência à organização da vida coletiva, cabe destacar a responsabilidade que o Estado tem no que se refere à garantia da educação enquanto direito social. Mas é de responsabilidade das administrações locais, o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o desenvolvimento social de sua comunidade.

Para ilustrar essa afirmação, recorro novamente a Faria (2002): “uma Cidade Educadora, constituída pelas relações que fundam sua própria responsabilidade e a do Estado, é a que estabelece que a produção e a transmissão do conhecimento, base sobre a qual se organiza a formação cidadã, não se esgota nas instituições de ensino” (p.142). Por isso, entendo que uma cidade que educa, é aquela cujos governantes reconhecem a importância dos processos educativos para além dos processos escolarizantes. Dito de outra forma, ocupam-se da estruturação e da legitimação de espaços de promoção da participação da comunidade, reconhecendo como legítimos seus argumentos e suas formas de participação na gestão da cidade. Portanto, uma sociedade que exclui, discrimina e não proporciona espaço de participação, não poderá contar com as contribuições de sua comunidade para a elaboração de suas propostas políticas. Em palavras de Faria (2002) “a cidade que educa é aquela que garante a que seus habitantes sejam, antes de mais nada, cidadãos de direito e de fato” (p.142). Na verdade, uma proposta de gestão pública, cujo Projeto Político pretenda atender de forma mais coerente e concreta os interesses da comunidade, é aquela que coincide com o que Faria (2002) afirma e reafirma:

A cidade que não gera cidadão é aquela que, afirmando seu caráter perverso, encontra-se impedida de se estabelecer como espaço da produção, da organização e da transformação de um ser social relevante, de desenvolver relações e da transmissão de um saber social relevante, de desenvolver relações transformadoras, de promover o trabalho e de garantir as condições que permitam às pessoas estabelecer, entre si, laços afetivos. Não é mais admissível que continuemos preocupados demais com o rigor da forma e de menos com a falta de soluções criativas e ousadas.

É preciso assumir o paradigma no qual a cidade educadora é aquela que, pelo menos, democratiza as relações políticas e faz do cidadão um gestor participante de seu destino (p.143).

### 4.3 A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A participação cidadã é característica identitária de um Projeto Cidade Educadora, portanto, constitui-se em compromisso de governo de uma administração local que tenha esse objetivo como plataforma política. No decorrer da implantação, o projeto deve transformar-se, sobretudo, em um projeto coletivo da cidade, contando com a co-responsabilidade da cidadania e dos diversos agentes educativos, sociais e culturais que compõem a comunidade.

Um projeto desta natureza terá uma maior qualidade, se também puder contar com a participação de entidades, associações, sindicatos, empresários, universidades, etc. Quanto maior forem os espaços de diálogo entre os cidadãos, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento e emancipação destes. Zitkoski (2006) referindo-se à natureza da espécie humana a partir do pensamento freireano nos brinda com uma citação que é ilustrativa à minha afirmação:

A natureza da espécie humana, para Freire (1997), está programada a partir de uma característica essencial de nossa vida, que compreende a dialogicidade como base para a construção de uma *cultura biófila*, amorosa, esperançosa, crítica, criativa e solidária. Esse traço é o que caracteriza a *vocação ontológica* do ser humano. Potanto, um comportamento, atitude de vida, ou prática social que nega ou atrofia o potencial dialógico da existência humana não constitui outra vocação do homem, mas a sua própria negação (p.68-69).

A participação e o comprometimento dos cidadãos supõem-se ser além de livre, consciente e constante, quando se trata de desenvolver um projeto de Cidade Educadora. Aos gestores, nesse caso, impõe-se que concordem com Granell e Vila (2001):

é imprescindível que, além de participar do processo de elaboração das propostas, as principais entidades e instituições da cidade as negociem e aceitem o compromisso de levá-las à prática. Um Projeto Educativo de Cidade não pode ser unicamente um

processo participativo e reflexivo. Deve ter um componente essencial de compromisso com a ação (p.32).

Todas as propostas, incluídas num projeto de Cidade Educadora, requerem processos de planejamento que avaliem permanentemente as viabilidades econômicas preservando os imperativos sociais. O envolvimento e a participação dos cidadãos geram expectativas, que, se não atendidas, levam a grandes frustrações e, muitas vezes, também produzem processos de desmobilização.

É imprescindível para o Projeto Cidade Educadora a articulação entre as diferentes Secretarias de um Governo Municipal, no que se refere à coordenação das Políticas Públicas para a Cidade. A gestão da cidade, pelo princípio da intersetorialidade, é fundamental quando as secretarias têm, entre si, objetivos comuns em prol do projeto maior da gestão da cidade: torná-la educadora. Os desafios de uma gestão intersetorial se justificam pelo ideário da Cidade Educadora. Nesse sentido, Esteio ainda deixa a desejar, pois há somente uma secretaria, a de Educação e Esporte, envolvida na implantação do Programa Cidade Educadora.

#### 4.4 CIDADE EDUCADORA: UMA APOSTA NA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Uma das características da natureza humana é a capacidade de desenvolver sua aprendizagem, a partir das vivências e das experiências ao longo da vida. Em muitas sociedades o que mais impacta a sua cultura, em muitos casos, são os resultados das vivências e experiências dos cidadãos. Por esse motivo, é importante para cada pessoa e para a coletividade que a cidade seja um espaço de experiências e de aprendizagens positivas para constituir-se rico em condições favoráveis para o desenvolvimento de sua comunidade.

Em palavras de Faria (2002),

a cidade que educa tem que ser plenamente responsável por prover as condições externas do educar: [...] deve ser patrocinadora, de igualdade de direitos e oportunidades, de respeito à liberdade de idéias e convicções, de exercício da ação política, de acesso aos bens públicos e à dignidade humana em todos os sentidos (p.12).

Essa citação, além de reafirmar o papel da cidade na construção das aprendizagens dos cidadãos lhe confere também a responsabilidade de oportunizar, aos que nela vivem,

experiências democráticas, por entender que através de nossas vivências construímos grande parte das concepções que permeiam nossa forma de ser e estar no mundo.

A partir desse entendimento sobre os impactos da cidade na vida dos sujeitos, espera-se que os processos de construção de aprendizagem que ocorrem numa Cidade Educadora emergem de concepções emancipatórias e garantam, como nos lembra Faria (2002), “que seus habitantes sejam, antes de mais nada, cidadãos de direito e de fato” (p.142). Explicitando de forma mais detalhada a concepção de Cidade Educadora, Bernet (1990) faz um desdobramento conceitual para destacar a função da cidade em duas dimensões:

- A cidade como conectora de recursos educativos;
- A cidade como agente de educação.

Em relação à primeira dimensão: cidade como conectora de recursos educativos, afirma que todas as cidades educam, muito ou pouco, bem ou mal, mas educam. A cidade é constituída de agentes que contribuem para os processos de educação, tornando concreta a existência e as ações que fazem parte desse espaço. Essa afirmação faz sentido comparando-a às afirmações de Gadotti, Padilha e Cabezado (2004, p. 39), quando se referem ao que chamam de recursos do entorno urbano<sup>28</sup> :

- Oficinas de bairros promovidos pelos municípios;
- Bibliotecas populares;
- Museus;
- Sindicatos;
- Partidos Políticos;
- Organizações não governamentais;
- Oficinas direcionadas aos diferentes grupos etários do meio ambiente, ecologia, jornalismo, arte, educação do trânsito, entre outras;

---

<sup>28</sup> Segundo GADOTTI, PADILHA e CABEZUDO (2004, p.59) – o termo entorno urbano, parafraseia a idéia elaborada no artigo “A pedagogia urbana, marco conceitual da cidade educadora”, de Antoni Colom Cañelas. In: Documento “A cidade educadora”.Op.cit.

- Associações de bairros;
- Campanhas de prevenção promovidas pela área da saúde;
- Igrejas (na América Latina, as comunidades eclesiais de base possuem uma grande força no desenvolvimento de atividades que englobam diversos campos, como a da promoção de saúde, da transmissão cultural, da alfabetização, da formação para o emprego, etc.);
- A alfabetização;
- As ruas.

Ao reconhecer a importância desses espaços para os processos de educação, nem os autores, nem eu, estamos destituindo a importância e o direito das crianças e dos adolescentes, de também estarem frequentando os espaços institucionais de educação que chamamos de escola. Ao contrário, a dimensão da cidade como conectora de recursos educativos repensa a sua função como espaço que educa, visando aperfeiçoar seu projeto de educação e perspectivas para este fim. Bernet (1990) identifica essa dimensão ao descrever sobre o ato de “*aprender na cidade*” como refiro na página 50 desse trabalho. Nessa perspectiva, a cidade pode ser explorada e usada como um recurso de aprendizagem para as crianças e para os adolescentes que estão nas escolas, assim como as temáticas discutidas em sala de aula podem ter como referência contextual os espaços disponíveis na cidade, seja como história, seja como acontecimento. Pensar o meio urbano nessa perspectiva é reconhecê-lo como um contexto de acontecimentos educativos, é conferir à cidade a função conectora de múltiplas e diversas ações educativas, positivas ou negativas, disseminadas pela maioria de seus espaços.

Os espaços educativos que fazem parte da cidade constituem-se em âmbitos escolares e não-escolares. As redes educacionais que asseguram a escolarização da educação infantil ao ensino superior, incluídas as instituições educacionais para jovens e adultos, compõem o grande âmbito escolar. O não-escolar é o que está constituído pelos centros cívicos, museus, zoológicos, bibliotecas públicas, associações culturais, entre tantos outros espaços. São agentes que têm significado pedagógico na configuração de uma cidade educadora e, também, têm intencionalidades educativas, traduzidas por um grande leque de aprendizagens sociais que produzem influência educativa junto aos cidadãos cujos efeitos sociais se manifestam nos processos de gestão da cidade.

No contexto dessa concepção, de agentes educativos e de sujeitos, o Projeto Cidade Educadora exige dos gestores e da população em geral a manutenção de um espaço contínuo e permanente de encontros e vivências educativas planejadas. Os acontecimentos surgidos na sociedade são sempre objetos de influência para a Cidade Educadora. Nesse sentido, há necessidade permanentemente de haver comunicação entre as diversas instituições educativas por que os espaços educativos não escolares em articulação com os espaços escolares, aliados aos acontecimentos extraordinários que são produzidos nos encontros urbanos garantem a continuidade das cidades, objetivadas no cotidiano da população. Bernet (1990) traduz magistralmente esse processo, em nível projetivo, nomeando cinco perspectivas que influenciam os processos educativos da cidade:

1. Um espaço multiplicador;
2. Um espaço reutilizador;
3. Um espaço organizador;
4. Um espaço evolutivo;
5. Um espaço compensatório.

Como um espaço multiplicador, cabe analisar os diversos recursos educativos que uma cidade pode ter. Quanto maior for a gama de recursos educativos oferecidos pela cidade, maior será a influência que ela exercerá no desenvolvimento da educação dos cidadãos.

Os processos educativos também são influenciados por uma perspectiva de cidade como um espaço reutilizador. Dessa forma, torna-se importante aproveitar os recursos já existentes e intensificar suas contribuições para o desenvolvimento educativo da cidade, além de promover o aproveitamento educativo de empresas e serviços com os quais a cidade conta. Destaca-se, ainda, o capital humano que faz parte da cidade e que contribui para o seu desenvolvimento, podendo ser capacitado através de programas de educação continuada, em relação ao seu papel como agente educativo, multiplicador de ações de formação humana. Acrescentam-se os serviços públicos ou privados disponíveis na cidade, os quais podem ser espaços de aproveitamento educativo, oferecendo aos estudantes lugares para uma formação prática profissional.

No que diz respeito a um espaço organizador, o autor se refere aos programas de intervenção educativa, garantindo um processo educativo e uma formação contínua de profissionais da educação. A centralidade e a falta de comunicação entre os diversos setores que fazem parte da cidade podem gerar um aglomerado de ofertas cujos objetivos, em muitos casos, são os mesmos.

Considerando que a educação é um processo evolutivo e constante, a perspectiva de um espaço educador evolutivo será concretizado quando for capaz de gerar trocas. Portanto, proporcionar uma formação continuada entre os educadores, facilitando para que possam permutar com profissionais de outras localidades, são projetos que exemplificam e contribuem para a formação de uma cidade educadora. Outro aspecto a ser considerado quando se destaca sua função evolutiva, é a capacidade de se adaptar à multiculturalização que se apresenta, assim como o respeito e a adequação às realidades sociais existentes.

Cabe analisar, ainda, a perspectiva da cidade como espaço compensatório, proposta por Bernet (1990) por meio de duas indagações: todos os cidadãos têm o mesmo acesso aos recursos em relação à educação, saúde e lazer na forma como estão sendo distribuídos os recursos econômicos? Os cidadãos com menos condições econômicas, culturalmente discriminados, e com limitações físicas ou emocionais, podem desfrutar de todos os recursos oferecidos?

Reflexões e abordagens destacadas por Bernet, em relação à dimensão da cidade como conectora de recursos educativos, evidenciam que uma gestão pública municipal que imprima esforços para articular escola, comunidade e projetos sociais está apostando que os efeitos dessa articulação política incidem de forma qualitativa, na identificação e nas possibilidades de soluções dos problemas sociais.

Retomando o desdobramento conceitual da concepção de Cidade Educadora, formulado por Bernet (1990), citado à página 54, a segunda dimensão refere-se à cidade como “agente de educação”, ou seja, a cidade como locus facilitador de aprendizagens. Nessa dimensão, segundo o autor, a cidade ensina diretamente a partir de seus elementos de cultura, formas de vida, valores e contra valores, tradições, costumes e expectativas criadas pelos cidadãos. Pensar a “cidade como agente de educação” é pensá-la como um conjunto de espaços que, além de fazerem parte, são canais repletos de significados e grandes emissores

de informações culturais, que podem identificá-la socialmente como agente de educação permanente.

Segundo a Carta da Declaração de Barcelona (1990):

A cidade será educadora quando reconhecer, exercitar e desenvolver, além de suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços), uma função educadora, quando assumir a intencionalidade e a responsabilidade cujo objetivo seja a formação e o desenvolvimento de todos os seus habitantes.

Zitkoski (2006) magistralmente articula as possibilidades de aprender na e com a cidade a partir da própria experiência histórica de cada sujeito:

A natureza humana não é simplesmente o inato nem somente o adquirido, mas a interação permanente entre ambos. O processo histórico e sociocultural da existência do homem consiste na permanente articulação entre a dimensão inata de vida humana (que compreende as estruturas hereditárias, os genes ou as potencialidades constitutivas de cada indivíduo) e o processo de aprendizagem, que ocorre através da experiência histórica (p.75).

#### 4.5 CIDADE E EDUCAÇÃO

Cidade e Educação, concordando uma vez mais com Bernet (1993), são dois fenômenos imbricados. A cidade como um contexto de acontecimentos urbanos e educativos é conectora de educação múltipla e diversa, positiva e negativa, dispersa na maioria dos espaços. Ao considerar a cidade como contexto de uma diversidade de incidências educativas, o autor faz considerações que destaco a seguir. Afirma que a projeção educativa de uma cidade pode se contemplar como um resultado de influências educativas do meio urbano e o produto dos diversos processos que dela emergem. Os processos educativos, em algumas vezes, reforçam e influenciam positivamente as ações que acontecem na cidade e, em alguns casos, se contradizem, levando os acontecimentos a resultados nem sempre positivos.

Se pudéssemos medir o grau de educatividade de uma cidade, seria possível dizer a capacidade e a potência educativa que ela reúne. Indicadores como a quantidade e a qualidade das escolas e, também, as demais instituições que geram formação, e, sobretudo, como esses indicadores influenciam os diferentes atores que fazem parte da cidade - se fossem todos quantificáveis - poderiam nos facilitar essa busca. Entretanto, considerando que não são indicadores quantificáveis, curiosidades epistemológicas assim dimensionadas, impõem a

necessidade de exercitar uma rigorosa e complexa análise qualitativa das evidências que indicam a potência educativa de uma cidade.

Bernet (1993), pesquisando e publicando sobre os anos 80, do século XX, considera que, para se analisar a relação entre cidade e educação, é necessário incluir uma análise do planejamento que ocorre no interior de todas as instituições educativas, identificando-as primeiramente no âmbito da cidade contexto. Recomenda analisar os sistemas que essas adotam em seus processos de desenvolvimento, ou seja, como ocorrem os processos de planejamento, execução e avaliação das políticas, programas e projetos educativos. A análise dos sistemas que envolvem os processos educativos torna-se importante, pois se sabe que todos os sistemas, quando em funcionamento e em ação, sofrem alterações decorrentes das formas como sujeitos, gestores e população em geral agem e reagem ao que está sendo proposto como resposta às demandas sociais identificadas e priorizadas, a cada tempo histórico.

Ainda, de acordo com Bernet (1993), a cidade, vista como um simples espaço urbano, é um amontoamento de instituições, programas e intervenções educativas desconectadas entre si. Ao contrário, na cidade educadora as instituições com suas políticas, programas e projetos fazem sentido porque articulam suas diferentes ações educativas. Não se trata de unificar uma ação, mas articular programas que, respeitando o desenho político de cada bairro, espaço e instituição, promovam à cidade um contexto educativo. O autor defende que a cidade é um entorno educativo e também uma frente geradora de formação e socialização. Neste processo de integração entre comunidade e cidade podem ocorrer processos nos quais a cidade assume diferentes papéis, proporcionando experiências por meio das quais a comunidade *aprende da cidade, aprende na cidade e aprende com a cidade*.

No seu entendimento, *aprender da cidade* é uma possibilidade mais acessível para sujeitos que vivem em cidades pequenas. Nas metrópoles, as pessoas normalmente vivem alheias à própria cidade, devido a uma crescente insegurança nas ruas, que se torna uma ameaça constante. Por exemplo, o transporte escolar leva o aluno para a escola e da escola para casa. No caso da classe média, cada vez temos menos adolescentes andando sozinhos – Normalmente, eles estão em lugares fechados, como por exemplo, *shoppings centers*, casas de jogos eletrônicos, em casa, ou então, nas escolas. No caso das classes sociais economicamente mais pobres, crianças e adolescentes têm pouco aonde ir além das opções ofertadas pela escola e pela televisão. Ao reconhecer as possibilidades que os *cidadãos têm de aprender da*

*cidade*, Bernet (1993) reafirma que o meio urbano é um denso e mutante emissor de informações e culturas. A cidade é uma espessa rede de relações humanas e de cultura que pode inspirar processos socializadores e educativos. Entretanto, esse ideal está sempre ameaçado pelo aumento do tráfego motorizado, pelo crescimento selvagem, pela especulação do solo, pela poluição, entre outras evidências e fatos, cada vez mais produtores de insegurança social.

Hoje, as cidades de porte médio e grande são cenários que nos assustam pelas evidências de exclusão: desemprego, prostituição, trabalho infantil, mendicância, etc. Certamente podemos “*aprender da cidade*” também a partir dessas marcas desumanas, perversas e não-inclusivas, pois aprendemos por meio das experiências positivas, mas também negativas. Ou seja, “*aprender da cidade*” requer sensibilidade e conhecimento daquilo que nela se expressa como agressividade, marginalização, insegurança, consumismo e indiferença. Ou, ao contrário, daquilo que nela se expressa como acolhimento, inclusão, segurança, solidariedade e humanização.

Por tudo isso, as intervenções urbanísticas, na perspectiva do Projeto Cidade Educadora, têm por objetivo sanear a cidade, incrementar a segurança, o cuidado, enfim, construir o tecido urbano participativo e aconchegante para os cidadãos. Outro aspecto a ser observado nas aprendizagens que realizamos *da cidade* é o que se refere a sua rotina diária. Nesse sentido, pode-se observar que ela está composta de muitas cidades objetivas, e subjetivamente diferenciadas, como por exemplo, a cidade dos jovens, dos idosos, das crianças, dos trabalhadores, dos excluídos, entre outros grupos populacionais, cada um com suas necessidades e percepções.

Apesar de categorizar as experiências de vida como possibilidades de aprender-se *da, com e na cidade*, Bernet (1993) afirma que se aprende *da cidade* e, simultaneamente, *na cidade*, pois os cidadãos têm *na cidade* oportunidades de aprendizagem. Aprendem-se muitas coisas que resultam em utilidades necessárias e valiosas para a vida, sem interferência de educadores profissionais e instituições pedagógicas, são aprendizagens a partir de processos de vivência. Vale lembrar que nessas possibilidades estão incluídas aprendizagens simples, como por exemplo, o uso diário e automático de recursos da cidade, não decodificando suas gêneses nem suas prospecções.

Considerando esses argumentos e, portanto, concordando com o autor, é possível entender a importância educativa que as experiências da cidade oferecem. Passo seguinte é compreender por que vivê-las com mais intensidade pode nos ajudar a entender determinados fatos que ocorrem. Aprender a ler a cidade, descobrir as relações que nela aparecem, é muito importante para a qualificação deste espaço urbano e, conseqüentemente para potencializar a qualidade de vida dos sujeitos.

A cidade, na forma como define o autor, é um espaço estático em um sistema dinâmico e evolutivo. Desde a perspectiva da educação, é importante que os espaços educativos, escolares e não-escolares, preparem, sobretudo, as crianças e os adolescentes, para usufruírem e conhecerem os recursos e as possibilidades educativas da localidade. É muito importante proporcionar espaços onde as pessoas possam ampliar os horizontes das vivências imediatas e do cotidiano do próprio entorno urbano. Toda cidade tem subcidades, por isso, na perspectiva da concepção de Cidade Educadora, é importante o conhecimento dos itinerários seletivos e discriminatórios que fazem parte do espaço urbano, tanto para os gestores quanto para os moradores. Os bairros têm funções distintas, e estão socialmente diferenciados, porque a cidade reflete a cultura da sociedade.

Referindo-me, ainda, às aprendizagens que acontecem *com a cidade*, apoiada em Bernet (1993), cabe destacar os processos que ocorrem nas interações realizadas nos diferentes espaços. Aprender com a cidade é também aprender a lê-la criticamente e ter conhecimento de suas deficiências, suas funcionalidades, suas desigualdades e os propósitos dos gestores. É essencial ter uma atitude crítica e promover, também, uma atitude participativa, uma vez que a cidade é um objeto possível de conhecimento externo e de produção de aprendizagens subjetivas nos cidadãos que com ela, de alguma forma, se implicam.

Aprender *com a cidade* é, finalmente, aprender a participar de sua construção. As interações que tornam a cidade um agente de processos de aprendizagem podem auxiliar no desenvolvimento de seus moradores, sejam eles crianças, jovens ou adultos. Aproveito, ainda, Bernet (1993), ao dizer que há possibilidade de dialetizar três imagens de sua cidade. A primeira é uma imagem subjetiva, formada por cada um espontaneamente. A segunda é uma imagem objetiva, global e profunda das próprias instituições educativas que irão contribuir para configurar a imagem coletiva a partir da anterior. E, finalmente, a terceira imagem é

aquela forjada com materiais prospectivos que podem ser contrastados com a cidade real e, por isso, podem orientar a participação dos cidadãos para edificar uma cidade ainda melhor.

Segundo Borja (1999), a cidade é o produto cultural mais completo e regado de significados que temos concebido em toda a história. A cidade não é só um espaço, e sim, um conjunto de pessoas que vivem em comunidade oportunizando contatos e trocas. É um lugar de oportunidades, de iniciativas, incluindo também, a liberdade, a individualidade e a coletividade. É um lugar de privacidade, mas também, de participação política. Para o autor, as pessoas podem usar as oportunidades oferecidas em relação à formação e informação, trabalho e cultura, fazendo deste lugar um espaço pedagógico de permanente aprendizagem. Assim, requer pensar projetos que possam influenciar no seu desenvolvimento e, principalmente, na forma de participação dos cidadãos que nela vivem, convivem, agem e interagem.

#### 4.6 CIDADE EDUCADORA: UMA POSSIBILIDADE

A concepção de Cidade Educadora encerra um convite à superação de rotinas, do consumismo, da solidão e da violência, em favor da criatividade, da comunicação pela via da participação e emancipação social. Para melhor entendimento da concepção de Cidade Educadora, busco apoio em Bernet (1990) para quem o termo “educadora” substitui o termo “Cidade Educativa”. Para o autor, “educativa” sugere que a cidade tem um mero papel educacional, enquanto que o adjetivo “educadora” confere a ela um caráter de agente. Esse último termo ressalta a função formadora que devem assumir as cidades.

As contribuições de Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004, p.30) também são importantes. Na visão desses autores, o “Projeto Cidades Educadoras sustenta que toda a cidade é educativa, não educadora. Isso implica uma passagem que se leva adiante a partir da vontade política, da participação cidadã e da construção de uma estratégia coletiva”.

O uso do termo “educadora” foi reafirmado a partir, principalmente, do Congresso Internacional das Cidades Educadoras, ocorrido em Barcelona, em novembro de 1990,

quando foi aprovada a “Carta das Cidades Educadoras”<sup>29</sup>. Vale destacar que os sucessivos congressos realizados, posteriormente, em contextos de redes nacionais e internacionais, divulgam estudos e reflexões que indicaram a expressão “educadora” como sendo indicativa de uma linguagem pedagógica.

As análises feitas por Bernet (1990), Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004), Zitkoski (2006), entre outros autores, sobre essa terminologia, consideram que “Cidade Educadora”, mais do que uma categoria, precisa ser uma idéia que cause mudanças de comportamento, atitudes e ações, por outro lado, pode indicar um sentido puramente descritivo, um lema, um slogan. Nesse sentido, Bernet (1990) afirma que

como slogan proporciona uma imagem mais adequada e complexa em relação aos aspectos educativos que a cidade pode proporcionar. A educação não ocorre separada nos espaços da cidade, é um processo muito mais amplo e difuso nos vários espaços que fazem parte da cidade (p.14-15).

Para o autor, o tema “Cidade Educadora” tem também a função de sensibilizar os cidadãos em relação às diversas dimensões educativas que uma cidade pode ter, e as responsabilidades compartilhadas que eles têm em seu dia a dia. A responsabilidade dos governos e gestores municipais em relação às suas ações é também analisada pelo autor, quando destaca o papel formador desses órgãos em suas funções administrativas. Afirma, ainda, Bernet (1990) que a “Cidade Educadora tem, também, algo de muita utopia, uma utopia arraigada de um pensamento pedagógico que consiste em aspirações que buscam construir meios educativos mais completos que pudessem atingir todos os espaços da cidade” (p.16).

O slogan e o projeto “Cidade Educadora”, em determinados usos e contextos, não adquirem uma função clara e o resultado converte-se em ações sociais de pouca relevância e discursos vazios da intencionalidade pedagógica que a caracteriza e, por isso, perde significado para as instituições políticas e os organismos internacionais. “O slogan Cidade Educadora muitas vezes sugere tanto que compromete muito pouco” (BERNET, 1990, p. 16).

Destaco também que o valor semântico da concepção “Cidade Educadora” tem raízes nos princípios do discurso pedagógico sociopolítico e, por isso, tem conferido, muitas vezes, sentido e significado de educação permanente. Na concepção de “Cidade Educadora”,

---

<sup>29</sup> Anexo A

segundo a UNESCO<sup>30</sup>, todo o indivíduo tem direito de ter uma educação permanente que lhe possibilite aprender durante toda a vida. Nesse sentido, a educação permanente, também, pode ser identificada como idéia-chave da concepção de “Cidade Educadora”.

#### 4.7 CIDADE EDUCADORA – FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

As diretrizes do Projeto Cidade Educadora, com as quais se trabalha na atualidade, foram sistematizadas em Barcelona. De lá, a experiência já está em andamento em mais de 200 cidades, em 34 países, na perspectiva da educação para a cidadania, buscando desenvolver uma cidadania diferente da perspectiva liberal, ou neoliberal: uma cidadania emancipatória, principalmente nestes tempos neoliberais que vivemos, sobretudo a partir dos anos 80 e toda a década de 90, aprofundando a crise social. Por isso, 1990 é o marco na discussão da temática da Cidade Educadora<sup>31</sup>.

Segundo Granell e Vila (2001),

Barcelona, promotora da Carta de Cidades Educadoras no ano de 1990<sup>32</sup>, estava por muitas razões bem situada para realizar um projeto ambicioso e rigoroso para converter a educação em um dos eixos estratégicos do desenvolvimento da cidade. Por um lado, a cidade é depositária de uma grande tradição educativa que fez ser reconhecida em muitos momentos da história como referencial educativo no plano nacional e internacional; e, por outro, Barcelona, nos últimos anos, soube construir um modelo equilibrado entre crescimento econômico, transformação urbanística e bem-estar, coesão social e participação cidadã. E isso em parte foi possível por sua capacidade de projetar o futuro a partir de uma análise rigorosa da realidade (p.44).

Dando continuidade a esse processo complexo, Barcelona considerou, em primeiro lugar, que esse fosse um verdadeiro processo de inovação, reflexão e análise capaz de detectar os desafios que as cidades apresentam na nova sociedade do conhecimento e da informação e, de desvendar qual deve ser o papel da educação. Nessas

---

<sup>30</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>31</sup> No Brasil, a rede de cidades educadoras reúne Belo Horizonte, Caxias do Sul, Cuiabá, Pilar (Paraíba), Porto Alegre e Esteio (RS). <http://www.urbansystems.com.br/urbanview/urbanismo/cidadeeduca.php> - acesso em 01/07/08)

<sup>32</sup> A partir de um profundo redimensionamento na compreensão do papel e da importância da cidade como “agente educador” para os desafios de contemporaneidade celebra-se em Barcelona, no início dos anos 90 o evento do qual origina a primeira versão da Carta das Cidades Educadoras a partir da qual organiza-se a Associação Internacional das cidades Educadoras sediadas em Barcelona (GRANELL, 2001.p.44).

mudanças queriam passar definitivamente de uma “pedagogia da cidade” para idéia de “cidade como pedagogia” (GRANELL e VILA, 2001. p.45).

Nessa visão de “cidade como pedagogia”, instituições como empresas, museus, meios de comunicação, famílias, associações, urbanismos, entre outras, assumem responsabilidades educativas. Algumas instituições, muitas vezes, (ONGS, associações, entidades filantrópicas, etc...) organizam projetos ricos, mas com um planejamento, sem vínculo e sem identificação com as demandas locais<sup>33</sup> e sem articulações entre si.

Um segundo aspecto analisado em Barcelona foi a elaboração de um Plano Educativo de Cidade, um projeto que fosse coletivo. Segundo Granell e Vila (2001) “o modelo de Barcelona, é o de uma cidade capaz de combinar desenvolvimento econômico e urbanístico com o bem-estar e coesão social” (p.45). Sabe-se que, para a construção de um projeto que busque a participação e o envolvimento de todos, é exigido mais engajamento e participação dos cidadãos.

A partir desses aspectos, Barcelona iniciou seus estudos e discussões na direção do Projeto Cidade Educadora. São que mostram o quanto esta temática requer posicionamentos esperançosos e políticas públicas que busquem uma vida humana em sociedade com maiores e melhores perspectivas. Acredito que a esperança é um sentimento fundamental quando se pensa em mudanças e

por tudo isso me parece uma enorme contradição que uma pessoa progressista, que não teme a novidade, que se sente mal com as injustiças, que se ofende com as discriminações, que se bate pela decência, que luta contra a impunidade, que recusa o fatalismo cínico e imobilizante, não seja criticamente esperançosa (FREIRE, 1998, p.81).

O trabalho de Barcelona impulsionou um modelo de cidade apta a combinar desenvolvimento econômico e urbanismo com bem-estar e coesão social. As propostas reuniram a comunidade como um todo, considerando seus interesses e necessidades, buscando a participação de entidades, associações e instituições, tendo como fator marcante neste processo de mudança “a capacidade social de reflexão” (GRANELL e VILA, 2001, p.46).

Nos dois princípios, o guia metodológico foi um trabalho de dois anos. No que se refere ao primeiro, a colaboração de mais de 400 profissionais de todos os âmbitos trouxe documentos, estudos, trabalhos de grupos, etc.; e no que se refere ao segundo, um grande

---

<sup>33</sup> Quando faço referência a demandas locais, quero destacar necessidades específicas das cidades, bairros, ruas, comunidades, etc...

processo de debate cidadão, usando diferentes instrumentos de participação (questionários, reuniões, entrevistas com entidades e associações de bairros), buscando definir um modelo educativo de cidade. Foram momentos envolvendo profissionais do mundo da cultura, da educação, do urbanismo, da sociologia, do ócio, etc. que colaboraram na elaboração de documentos com enfoques bem diversos e que se relacionavam ao tema Cidade Educadora.

A partir dos documentos anteriormente citados, foram feitos estudos, culminando com a apresentação de 79 propostas de atuação para melhorar a educação em Barcelona (encontrado no volume AA. VV.1999 b) e 7 estratégias. As estratégias são voltadas ao

aprofundamento da dimensão social e comunitária da educação promovendo um compromisso estável dos agentes sociais em distritos e bairros; Desenvolver as ações adequadas para melhorar a igualdade de oportunidades diante das mudanças tecnológicas, econômicas, sociais, culturais e institucionais; Adequar as diversas formas de formação profissional às necessidades do ambiente produtivo de região metropolitana de Barcelona; Promover uma cidadania ativa, crítica, responsável e aberta à diversidade; Formar a cidadania no uso sustentável dos recursos e promover um ecossistema urbano integrado que melhore a qualidade de vida das pessoas; Capacitar as pessoas para a inovação e para a gestão dos conhecimentos em todos os campos das ciências, da cultura e das tecnologias; Aproveitar as oportunidades oferecidas pela Carta Municipal para melhorar a gestão, o planejamento e a qualificação do sistema educativo<sup>34</sup> (GRANELL e VILA, 2001. p.47)

No ideário do Projeto Cidade Educadora a **educação** é considerada como um projeto coletivo, social, consciente e intencional, com vistas a um futuro melhor, que só será viável com a participação de todos enquanto dimensão-chave do projeto educativo de uma cidade. Parte daí a razão pela qual o Projeto Educativo de Barcelona e, por extensão de qualquer outra cidade, ser “*um acordo social, comunitário e cidadão a favor da educação*” (GRANELL e VILA, 2001. p.54). Mas as incertezas e preocupações das famílias em relação à educação e à qualidade do sistema educativo escolarizante, provocados pelas rápidas mudanças produzidas diante de nossos olhos parece indiscutível. Essas inseguranças justificaram o trabalho para aumentar a qualidade, a adequação e a inovação da oferta educativa na cidade. Segundo Granell e Vila (2001), a concretização desses e outros aspectos requer “*um maior poder político da cidade sobre a educação*” (p.54).

---

<sup>34</sup> A Carta Municipal é uma lei especial para Barcelona que prevê, entre outras coisas, colocar em funcionamento um mecanismo de decisão e de gestão do sistema educativo entre o governo estadual da Catalunha – que tem hoje as competências em matéria educativa - e a Prefeitura de Barcelona (GRANELL, 2001, p.48)

Ainda, reportando-me às abordagens de Granell e Vila (2001), sobre os desafios da implantação do projeto Cidade Educadora e o futuro da educação, pode-se afirmar:

O Projeto Educativo da cidade de Barcelona não é uma obra de ninguém, mas uma obra de muitas pessoas. Não é um projeto da prefeitura, mas o projeto de toda a cidade, um pacto para transformar a educação na chave do conhecimento e da convivência. Um projeto que também pretende gerar uma reflexão que ultrapasse o âmbito específico da cidade de Barcelona e que inclua elementos de validade universais em relação à reflexão sobre o papel educativo das cidades diante dos desafios que apresentam as sociedades atuais e futuras” (p.55).

#### 4.7.1 AICE - Associação Internacional de Cidades Educadoras

Cidades Educadoras é uma nova dimensão de educação e é fruto de um movimento que iniciou em 1990 com o I Congresso de Cidades Educadoras. O Município de Lisboa, através do Departamento de Educação e Juventude, é membro fundador da Associação Internacional das Cidades Educadoras – **AICE** – e, desde o 1º Congresso Internacional, realizado em Barcelona, em 1990, tem procurado trabalhar esta grande temática.

A "Carta das Cidades Educadoras" - **Declaração de Barcelona de 1990 e Declaração de Génova de 2004** ocupa-se da proposição de reflexão e aplicabilidade de vivências e princípios coletivos na gestão da cidade. **Para além de educativa, a cidade deve ser educadora**, o que implica uma intencionalidade, uma conscientização e um trabalho transversal, coordenado ao nível dos vários agentes educadores da cidade, espaço apropriado, recriado por todos os seus cidadãos, sendo, por isso, um espaço de cidadania e formação ao longo da vida.

O I Congresso ocorreu em **Barcelona, em 1990**, com o tema “A Cidade Educadora para Crianças e Jovens”. Pouco depois, ocorreu o II Congresso Internacional, em **Gotemburgo – 1992** - com o tema “A Educação Permanente”. O III Congresso Internacional teve lugar em **Bolonha, em 1994**, subordinado à temática “O Multiculturalismo: Reconhecer-se para uma Nova Geografia das Identidades”. **Chicago** foi a anfitriã do IV Congresso Internacional, em **1996**, intitulado “As Artes e as Humanidades como Agentes de intercâmbio Social”. Em **1999**, o **V Congresso Internacional de Jerusalém** trabalhou a temática “**Levar o Legado e a História ao Futuro**”. O **VI Congresso Internacional** foi organizado por

**Lisboa, em Novembro de 2000, sob o tema “A Cidade, Espaço Educativo no Novo Milénio”, no Centro Cultural de Belém. Em 2002, Tampere** organizou o VII Congresso Internacional sob o tema **“O Futuro da Educação”**. O VIII Congresso Internacional realizou-se em Novembro de **2004, em Génova**, sob o tema **“Outra Cidade é possível. O Futuro da Cidade como Projecto Colectivo”**. Em Setembro de **2006** (de 14 a 17), a cidade de **Lyon** organizou o IX Congresso Internacional, cujo tema foi **"O Lugar das Pessoas na Cidade"**.<sup>35</sup>

A temática precisa ser mais explorada, pois ainda são poucas as pesquisas feitas. “O repensar a cidade sob um olhar humanizador dos espaços e tempos, implica repensar a cidade em função das pessoas que nela vivem” (ZITKOSKI, 2005, p.80). Nesse sentido, cito alguns artigos, resenhas e teses dos últimos sete anos, para exemplificar minhas afirmativas em relação a grande necessidade de se pesquisar e discutir a relevância social do tema.

TABELA 2 – Publicações sobre o tema Cidade Educadora

Artigos Publicados que fazem referência a temática “Cidade Educadora”			
Mês/ Ano	Dados sobre a Publicação	Título do Artigo	Dados do Autor
Agosto 2004	Revista Movimento, Porto Alegre - RS, v.10,n.2,p.11-37.	A Participação Cidadã nos Marcos das Políticas de Lazer: implicações e protagonismos. O caso do Projeto Centro da Comunidade, na cidade de Porto Alegre	MOLINA, Rosane Maria Kreuzbur- Profa. Doutora em Ciências da Educação, Professora de Graduação e Pós-Graduação na UNISINOS.
Dez. 2004	ECCOS - Revista Científica Uninove, São Paulo, v.6,n.2,p.39-65.	A Educação Não-Formal e a Relação Escola Comunidade	GOHN- Maria da Glória Marcondes- Profa. Doutora em Ciências Políticas – FFLCH-USP; Pós Doutorado em Sociologia NEW SCHOL (New York)
2004	Texto Publicado em Ciclo na Escola, Tempos na Vida- criando possibilidades, Porto Alegre - RS, ARTMED.	Escola Cidadã Estruturada por Ciclos de Formação: Estruturação, implantação e desdobramento do Projeto	MOLL-Jaqueline (org.)- Profa. Doutora da Faculdade de Educação UFRGS
Julho 2005	Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”, São Leopoldo- RS, Ano1,n.1.	Escola Cidadã e Políticas Públicas para a Cidade Educadora: desafios para repensar a vida em nossas cidades desde a	REDIM- Euclides Prof. Doutor ZITKOSKI- Jaime José, Prof. Dr. / Professor de Graduação e Pós-

<sup>35</sup> Dados encontrados em [http://www.cm-lisboa.pt/?id\\_categoria=91&id\\_item=4188](http://www.cm-lisboa.pt/?id_categoria=91&id_item=4188).

		perspectiva da infância .	Graduação da UFRGS. WÜRDIG- Rogério Costa, Prof. Ms. Assistente da UFPEL.
Junho 2004	ECCOS- Científica, São Paulo, v.6,n.1,p.103- 117	Revista UNINOVE, O Fórum Mundial de Educação e a Reinvenção da Cidadania	GADOTTI- Moacir, Membro do Conselho Internacional do Fórum Mundial de Educação, Doutor em Ciências da Educação, Professor Titular da Universidade de São Paulo, Diretor do Instituto Paulo Freire.
<b>Fórum que apresentou publicação referente à temática “Cidade Educadora”</b>			
Outubro 2001	Fórum Mundial de Educação, Educação & Sociedade, Porto Alegre- RS, ano XXIII, n.78	As Crianças e os Direitos de Cidadania : A Cidade como comunidade Educadora	FUSARI- Andrea, Secretário de Educação da Prefeitura de Pistóia (Toscana- Itália)
<b>Dissertação que apresentou publicação referente à temática “Cidade Educadora”</b>			
2006	Curso de Mestrado Interinstitucional URI/UNISINOS, São Leopoldo-RS, 150 pg. Orientador: Prof. Dr. Jaime José Zitkoski	Dissertação de Mestrado Educação e Cidadania na Perspectiva da Cidade Educadora: Um estudo a partir de Frederico Westphalen	PAETZOLD, Ophélia S. Buzatto, Mestre em Educação
<b>Resenha que apresentou publicação referente à temática “Cidade Educadora”</b>			
Novembro 2003	Revista Brasileira de Educação, Petrópolis: Vozes,2003, 180p., n.24	Juventudes e Cidades Educadoras	PEREGRINO- Mônica, Prof. Ms.da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e doutoranda da UFF.

#### 4.8 CIDADE EDUCADORA E UMA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Pensar educação num processo vinculado à Cidade Educadora é estar, também, muito atento para as profundas e rápidas mudanças nos setores econômicos e culturais da sociedade que afetam, direta e significativamente, o contexto urbano dos grandes e pequenos aglomerados humanos. É muito relevante poder analisar, nestes contextos, as possibilidades que os cidadãos têm nos espaços nos quais convivem, pois se sabe que são diferentes os espaços de convivências e oportunidades de uma mesma sociedade.

As novas teorias educacionais trouxeram novas conotações à educação, abandonando teorias tradicionais e assumindo posições mais críticas e inseridas nos dramas sociais e nas demandas coletivas, objeto com o qual me ocupo nessa pesquisa, no âmbito do município de Esteio.

Entretanto, essas mudanças - que, a princípio, deveriam facilitar o desenvolvimento humano - geraram conflitos que precisam ser enfrentados pelas famílias e pela escola, instituições movidas por processos educativos, bem como pelos gestores públicos das cidades. Estes, muitas vezes adotam ou constroem modelos de gestão das cidades sem significado para os cidadãos que nelas vivem.

A família, apegada às suas raízes e costumes, com frequência, tenta incutir e vivenciar uma educação mais rígida e formal, enquanto os filhos, vivendo em um novo contexto, procuram libertar-se e almejam uma educação emancipatória, cujos processos têm cabido a formas mais adequadas e atualizadas de convivência. Neste contexto de idéias, surgem crises e preocupações quanto à educação de valores. Já não são os mesmos valores que a família quer e projeta nos filhos e nem são os que eles desejam.

A escola, por outro lado, encontra sérias dificuldades na significação do seu lugar, procurando adaptar-se ao contexto social e às novas teorias educacionais.

Em meio a tantas mudanças, é de fundamental importância pensar no papel da educação. Usando palavras de Romão (apud ZITKOSKI, 2008), da obra Dicionário Paulo Freire:

A educação, para Paulo Freire, é ainda práxis, isto é, uma profunda interação necessária entre prática e teoria, nesta ordem. E, em decorrência da relação entre a dimensão política e a dimensão gnosiológica da relação pedagógica, a prática precede e se constitui como princípio fundante da teoria. Esta, por sua vez, dialeticamente, dá novo sentido à prática, especialmente se for uma teoria crítica, ou seja, resultante, de uma leitura consciente do mundo e de suas relações naturais e sociais (p.152).

O desenvolvimento integral dos cidadãos é tarefa da educação, e a responsabilidade desta tarefa não é exclusivamente da escola, pois todos espaços que fazem parte da vida dos cidadãos também são espaços de aprendizagem.

Segundo Carlos (2005),

A sociedade urbana contém o virtual, isto é, o cotidiano está no centro do acontecer histórico: contém a vida cotidiana e a vida do indivíduo, o ser particular e o

genérico. O homem participa e produz a vida em todos os seus aspectos, nela também coloca em funcionamento seus sentidos e sua capacidade intelectual (p.71).

Os impactos que os processos de desenvolvimento causam nos cidadãos, as transformações da sociedade e a importância da educação neste contexto são alguns dos aspectos elencados por Granell e Vila (2001), na análise das realidades urbanas:

A passagem de uma sociedade tradicional para uma nova sociedade baseada na informação e na comunicação representa uma mudança de paradigma que provocará transformações sociais tão importantes como as representadas pelo aparecimento da imprensa. [...] Nessa sociedade globalizada<sup>36</sup> e interconectada o bem mais considerado será o conhecimento, mas um outro tipo de conhecimento, um conhecimento que, diferente de épocas anteriores, não consistirá tanto no acúmulo e na memorização dos conteúdos, mas na capacidade de selecionar a informação e transformá-la em conhecimento (p.19-20).

Frente a tantos desafios,

a educação deve qualificar os cidadãos e as cidadãs para que vivam nesse mundo, deve combater o analfabetismo científico e promover o interesse pelas novas orientações científicas, pelas últimas linhas de aplicação tecnológica e pelas recentes mudanças acontecidas no campo do conhecimento social. A cidade deve construir o âmbito de contato, de debate e de acesso ao conhecimento para toda a cidadania (GRANELL e VILA, 2001. p.21).

Segundo Freire (1998, p.110), “a educação é uma forma de intervenção do mundo”, e nessa de reflexão e construção é que se edificam os processos emancipatórios. Concluo, com palavras do autor, para ilustrar a importância da interação e participação nos processos de construção da sociedade:

O conhecimento sobre terremotos desenvolveu toda uma engenharia que nos ajuda a sobreviver a eles. Não podemos eliminá-los mas podemos diminuir os danos que nos causam. Constatando, nos tornamos capazes de interferir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou pior, astutamente neutra de quem estuda, seja físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo de luvas nas mãos constatando apenas (p.86).

Os espaços de interação que fazem parte do desenvolvimento dos cidadãos, contribuem para o seu desenvolvimento e participação na sociedade. Todos os espaços que fazem parte do contexto social causam influências positivas ou negativas nos cidadãos que deles fazem parte, influenciando no seu desenvolvimento pessoal. Por esse motivo, é de grande importância que esse contexto seja composto de influências positivas e construtivas, e

---

<sup>36</sup> Segundo Granell (2001), a globalização foi, sem dúvida, o fenômeno predominante do século XX. O termo “globalização” se baseia na idéia de que, graças, sobretudo, às novas tecnologias de comunicação – os computadores, as comunicações por satélites, a Internet, etc.- temos um mundo interconectado” os estados e as nações perdem importância e cada dia é mais importante a idéia de “rede”. (p.19)

que todos os espaços que fazem parte da sociedade na qual o cidadão é parte, sejam lugares de construção de aprendizagens.

## **5 EVIDÊNCIAS A RESPEITO DO PROGRAMA CIDADE EDUCADORA NA PERSPECTIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO**

O programa Cidade Educadora, na perspectiva da Secretaria de Educação e Esporte – Diretoria de Educação, busca, na educação, promover um espaço de reflexão e transformação social. Segundo Assmann (1998) “A educação é a mais avançada tarefa social emancipatória. [...] A educação terá um papel determinante na criação da sensibilidade social necessária para reorientar a humanidade” (p.26). Mas, ao analisar o programa que vem sendo desenvolvido, ocupei-me em destacar, nessas ações, o que elas apresentam no que tange a convergências, limites e possibilidades, em relação a um Projeto de Cidade Educadora. Existe um programa sendo realizado junto às escolas da Rede Municipal de Esteio, que busca promover a participação de gestores, professores, alunos e pais. Mas é importante destacar que as temáticas que fazem parte dos espaços de discussão e participação são encaminhadas pela administração municipal, através da Secretaria de Educação e Esporte, por meio do material didático usado no Programa Cidade Educadora. Num Projeto de Cidade Educadora, é de fundamental importância a consideração aos interesses e necessidades evidenciadas pelos cidadãos envolvidos no processo de participação social.

Uso palavras de Freire (1999) para exemplificar a importância da cidade ser um espaço de desenvolvimento de cidadania e promoção da participação e emancipação social.

Para nós, a participação não poder ser reduzida a uma colaboração que setores populacionais devessem dar à administração pública.[...] Implica, por parte das classes populares, um “estar presente na História e não simplesmente nela estar representada”. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não do fazer o já programado (p.75).

Nesse sentido, procurei, por meio da análise de documentos, entrevistas e observações, evidenciar as concepções dos envolvidos no Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, no que se refere a um Projeto de Cidade Educadora.

## 5.1 CONCEPÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA SOBRE IDEÁRIO DE CIDADE EDUCADORA

Apóio-me na definição encontrada no dicionário Aurélio para a palavra Concepção: *“Concepção: s.f.1. Ação ou fato de ser concebido ou gerado.2. Faculdade<sup>37</sup> de perceber. 3. Conhecimento, idéia,opinião.”* (p.246)

Partindo dessa definição, cabe perguntar: Em que medida os moradores do município estão envolvidos no Programa Cidade Educadora de Esteio? Os moradores já conceberam a definição de uma Cidade Educadora? Este posicionamento já faz parte do seu processo de vida junto à cidade? Atuam e sistematizam suas ações pautadas pelo ideário do Projeto Cidade Educadora? Ou, têm apenas idéias, opiniões sobre o Programa desenvolvido pela Administração Municipal?

Os Supervisores, nas entrevistas concedidas, argumentam sobre a temática, superficialmente. Relatam sobre a importância do Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto e as contribuições que este poderá aportar ao Município. As argumentações e as justificativas apresentadas podem ser consideradas como de frágil consistência e se evidenciam nos seguintes termos:

A Supervisora da escola A apresentou o seguinte argumento:

*“Eu vejo como um programa positivo. Nós todos temos que ser educadores, não só os professores, mas também os supervisores, os funcionários, os porteiros. Todos devemos educar em todos os momentos, não só conteúdos mas para uma vida”* (Ana, Supervisora da escola A, 13/05/2008).

A Supervisora da escola B relata:

*“No ano passado os pais não se envolviam. Este ano, pais das turmas que trabalharam no livro o ano passado, estão mais envolvidos nos projetos propostos pelas professoras, alguns pais já participam das atividades oferecidas na escola”* (Laura, Supervisora da Escola B, 16/05/2008).

---

<sup>37</sup> Segundo o dicionário Aurélio, Faculdade significa: S.F.1. Poder de efetuar ou de fazer algo.21.Autoridade para definir ou fazer.

Por meio das falas das duas supervisoras referidas fica evidente que, concebendo a Cidade Educadora como “um sistema complexo, abrangente, em evolução constante, que dá prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente da população” (VARÓN, 2004, p.1), muitos serão os desafios para planejar e implantar um projeto de Cidade Educadora em Esteio.

A escola, sobretudo por meio de projetos que possibilitam o envolvimento da família, está proporcionando experiências de cidadania e de formação e valores humanos que são essenciais aos objetivos de educação.

A concepção de Cidade Educadora exige que o processo que a “constrói” seja “vivenciado”, ou seja, só conquistamos mudanças a partir do momento em que construímos espaços para refletir e entender as possibilidades e as condições que nos são oferecidas. Nesse sentido, a adoção do Projeto da Editora Aymarará pela Diretoria de Educação pode ser considerado como uma estratégia pedagógica para, a longo prazo, implantar o ideário do Projeto que hoje ainda se resume num mero *slogan*: Esteio, Cidade Educadora.

Freire (1998) ilustra minha argumentação:

O melhor ponto de partida para estas reflexões é a inconclusão do ser humano de que se tornou consciente. Como vimos, aí radica a nossa educabilidade bem como a nossa inserção num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores, não apenas nos damos conta das coisas mas também delas podemos ter um conhecimento cabal. A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a (p.76).

Na atualidade, já é inquestionável a responsabilidade que temos com o nosso futuro e o das gerações vindouras. Torna-se a cada dia maior o compromisso de cada cidadão para com o espaço do qual faz parte e, principalmente, a sua responsabilidade pela saúde do ambiente do qual é parte integrante. Nesse sentido, tanto a família quanto a escola, cada um a sua maneira, podem contribuir positivamente, trabalhando em parceria.

Segundo Rios (2004),

pode-se dizer, em sentido amplo, que a educação definida como processo de transmissão de cultura, está presente em todas as instituições. Entretanto, em sociedades como a nossa há uma instituição cuja função específica é a transmissão da cultura – esta instituição é a escola. Ela é o espaço de transmissão sistemática do saber historicamente acumulado pela sociedade, com o objetivo de formar os indivíduos, capacitando-os a participar como agentes na construção dessa sociedade (p.34).

Os relatos feitos pelas Supervisoras entrevistadas, evidenciam uma preocupação relacionada à necessidade de desenvolver educação não apenas na escola, mas também nos demais espaços que fazem parte da vida dos estudantes. É abordada também a necessidade e importância da participação da família no ambiente escolar.

A preocupação em relação à ampliação dos processos de educação para além dos espaços escolares e a importância da participação e integração da família no contexto escolar também foram salientadas. Esta posição está de acordo com o comentário de Moll (2002), quando menciona “a compreensão do processo educativo como ação permanente presente na relação dos homens e mulheres e destes com o conjunto de possibilidades que o espaço urbano oferece através das instituições, do mundo do trabalho, da cultura, da natureza, das relações sociais”. Ou seja, para que a concepção de um Projeto de Cidade Educadora seja efetivamente enraizada na comunidade, faz sentido iniciar um processo educativo por meio da comunidade escolar. Essa pode ser uma estratégia acertada. Entretanto, outras ações também precisam ser empreendidas no que tange às demais Secretarias municipais e à sociedade organizada.

Pensando as relações entre educação e a vida social mais ampla, analisando de forma interdisciplinar a perspectiva de um trabalho que promova a emancipação social e tomando como base as fundamentações teóricas que embasam este trabalho, fica evidente, que as concepções dos envolvidos no Programa Cidade Educadora, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte – Diretoria de Educação, ainda precisam ser mais trabalhadas e fundamentadas por meio da ampliação das concepções teóricas e da ampliação das ações públicas intersetoriais.

## 5.2. ESTEIO CIDADE EDUCADORA: UM PLANO DE GOVERNO OU UM PROJETO DE CIDADE?

Esteio.... Um Plano de Governo ou Projeto de Cidade? Esta pergunta acompanhou-me durante a elaboração desta Dissertação! O que relatar de uma administração que em seu Plano de Governo prevê o “*Fortalecimento do Processo da Cidade Educadora*”<sup>38</sup> ?

No município de Esteio, existe uma intencionalidade que é evidenciada através de projetos realizados por diferentes Secretarias e divulgados em *folders* para a comunidade. Há um programa realizado nas escolas da Rede Municipal que usa como recurso teórico metodológico a proposta elaborada por uma editora. Uma Lei Municipal<sup>39</sup> que autoriza firmar convênio com a Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE) e uma Carta de Esteio Cidade Educadora<sup>40</sup>, elaborada em outubro de 2007.

Estas evidências foram constatadas por meio da análise de vários documentos citados nessa dissertação. Mas o que ainda não está claro é se realmente essas intencionalidades se efetivam na prática.

Entrevistando os professores e representantes dos Conselhos Escolares, quando questionados sobre às concepções de Cidade Educadora, obtive os seguintes relatos :

*“Na escola tu ensina não só a disciplina, mas a cidadania. A Cidade Educadora começa num todo”* (Lucia, professora da escola A, 13/05/2008).

*“A maioria dos pais apoiou o programa, Mas claro, isso dentro da escola. Porque quando se fala em Cidade Educadora eu penso num todo, é quando toda a cidade participa e isso eu não vejo. Na semana passada, uma professora estava na porta da sua sala de aula, foi atingida com uma bala perdida! Que cidade educadora é essa !”* (Laís, professora da escola B, 16/05/2008).

*“Na reunião na prefeitura para os Conselheiros, recebi uma carta agradecendo aos conselheiros, não falaram muita coisa, a prefeita agradeceu. Leram a carta da Cidade Educadora, não explicaram o programa. Havia uma representante da cidade onde foi criado*

---

<sup>38</sup> Conforme Plano de Governo (Anexo nº 2).

<sup>39</sup> Lei Municipal Nº 4.368 de 22 de junho de 2007 ( Anexo nº. 3)

<sup>40</sup> A Carta de Esteio Cidade Educadora consta anexo a essa dissertação.

*o projeto que veio para falar sobre a cidade educadora, mas não entendi muito bem”* (Maria, representante do conselho escolar da escola A, 12/05/2008).

*“Eu gosto muito de ajudar e colaborar com a escola. Participo do conselho escolar, mas nunca tivemos nem uma palestra sobre Cidade Educadora. Mas acho importante os pais colaborarem com a escola”* (Pedro, representante do conselho escolar da escola B, 19/05/2008).

Constata-se que há diferentes entendimentos, além de haver distanciamento entre o que as pessoas diretamente implicadas com o Programa sabem e pensam sobre as diretrizes do Projeto Cidade Educadora. Fischer (2002), por exemplo, afirma:

O projeto de uma cidade educadora entendida nessa categoria em seu sentido amplo, inclui um conjunto de iniciativas e de pressupostos que precisam ser, cada vez mais, divulgados para fins de compreensão dos seus significados entre si esses, em relação a uma perspectiva de política pública consistente e coerente com os objetivos de uma ação educativa inovadora, necessária e de qualidade (p.25).

E Granell e Vila (2001), relatando a experiência de Barcelona na elaboração do seu Projeto Educativo de Cidade, dizem:

O Projeto Educativo de Cidade nasceu, portanto, com a vocação de ser um verdadeiro projeto de futuro, um verdadeiro plano estratégico da cidade[...] E isso não é possível sem contar com a participação cidadã. Nos últimos anos, Barcelona impulsionou um modelo de descentralização e participação cidadã com a criação de inúmeros conselhos e plataformas, tanto em nível de cidade como de distrito<sup>41</sup>, que permitem a gestão da cidade dos interesses e das necessidades das pessoas; várias entidades, associações e instituições participam da vida da cidade, contribuindo para incrementar o que a Guiddens<sup>42</sup> destacou como um dos fatores mais importantes de mudança: a capacidade social de reflexão (p.46).

As palavras dos autores nos fazem pensar o quanto as estratégias adotadas pela administração Municipal de Esteio, na implantação do Projeto Cidade Educadora, são ainda iniciativas muito isoladas de uma Secretaria e, portanto, de incipiente impacto na mobilização de uma ação cidadã em prol de um compromisso social com a cidade.

---

<sup>41</sup> N.R.T. Em Barcelona os distritos podem (ou não) coincidir com os bairros e estão configurados para serviço de Prefeitura mais diretos e próximos dos cidadãos. Há um vereador que representa cada distrito ou bairro.

<sup>42</sup> N.R.T. Anthony é professor de sociologia da Universidade britânica de Cambridge.

### 5.3 APRESENTANDO O PROGRAMA CIDADE EDUCADORA AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ESTEIO

A formação de uma cidadania criativa, capaz de transformar a informação em conhecimento que, a partir da diferença, afirme o respeito e a valorização do “próximo”, para, dessa forma, projetarem juntos um futuro comum de convivência ativa e participativa na vida democrática, como lugar privilegiado para **consensuar** objetivos que conciliem os legítimos interesses individuais com os coletivos, é o tipo de educação que a Unesco (1996) definiu como “aprender a ser” (GRANELL e VILA, 2001, p.22).

Afirma o autor que cultivar a cidadania e a participação são fatores básicos quando se pensa um Projeto de Cidade Educadora.

Os professores da Rede Municipal de Esteio informaram que o Programa Cidade Educadora foi apresentado a eles no Seminário do início do ano letivo de 2007. Segundo as Supervisoras, as equipes diretivas foram convidadas, também, apenas para a apresentação do material didático a ser utilizado nas escolas. Quando questionadas sobre os espaços para discussão, análise e compreensão do material, todas relataram que a Secretaria de Educação e Esporte – Diretoria de Educação, não proporcionou espaço de análise do material adquirido através da editora Aymará, o qual foi apresentado às Supervisoras por uma equipe da mesma editora.

A Secretária de Educação, na entrevista, quando questionada a respeito da não participação das equipes diretivas na escolha do material, justificou:

*“A decisão política foi da Secretaria de Educação, estamos no papel de gestão, temos uma série de decisões que nos cabe, mas ficou definido que a avaliação seria das Equipes Diretivas e dos Conselhos Escolares. Acreditamos que não é possível avaliar um processo, antes de ter vivido tal situação”* (Paula, Secretária de Educação, 06/06/2008).

Com essas ações, os gestores municipais reduzem a participação popular a uma ação de colaboração por parte dos professores. As contribuições por parte dos professores das escolas municipais não podem ser reduzidas apenas a uma colaboração. Tais seguimentos devem estar presentes, também, nos processos de decisão e elaboração das propostas feitas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte e não apenas fazer o que já foi programado. A forma como foi apresentado o Programa Cidade Educadora pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Esteio, mostra que não houve um envolvimento de tais

segmentos e sabe-se que a participação é o principal caminho para a realização de um processo democrático.

#### 5.4 ENGAJAMENTO DOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA CIDADE EDUCADORA

Segundo Toledo, Flores e Conzatti (2004),

a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal, mas ela resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da cidade pela ação do conjunto das organizações governamentais ou não. Trabalhamos, portanto, com conceito de Cidade Educadora, na qual o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos nações, que se opõem ao individualismo neoliberal (p.13).

Apoiada nessa citação e na análise das informações coletadas em documentos e entrevistas no contexto desse estudo, observo que o processo e a dimensão do envolvimento da comunidade escolar – professores, pais e supervisores - no Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria de Educação e Esporte – Diretoria de Educação, de Esteio, ainda não evidencia uma metodologia participativa e, principalmente, mobilizada para enfrentar os problemas presentes no cotidiano do município.

Fica evidente que os segmentos<sup>43</sup> envolvidos no programa encontram-se em diferentes dimensões qualitativas de entendimento e envolvimento. Há um entendimento - tanto entre os supervisores quanto entre os professores - de que a qualidade da participação se produzirá por meio da “formação continuada”.

Uma das professoras relata:

*“Nas capacitações, a gente pode encontrar com outros colegas da rede e alinhar projetos maiores com colegas de outras escolas... Todo o ano tem no mínimo três capacitações... Nós indicamos as temáticas que estamos com maiores interesses... Este ano já tivemos duas capacitações com professores que fazem parte da Aymar sobre o Programa Cidade Educadora”* (Lucia, professora da rede municipal escola A, 13/05/2008).

---

<sup>43</sup>Uso o termo “segmentos” fazendo referência aos Supervisores, professores e pais .

Considero positivo o interesse da Secretaria Municipal de Educação e Esporte – Diretoria de Educação de Esteio pela formação dos professores. Durante a entrevista realizada com a Coordenadora do Programa Cidade Educadora, também foi evidenciado o compromisso com tal programa. Todos os professores e supervisores entrevistados, mostraram-se favoráveis aos espaços de formação, onde são realizados encontros por séries.

*“As formações são sistemáticas, participam dos encontros Serviço de Supervisão Escolar e o professor. Há recursos teóricos através de oficinas oferecidas, material com subsídios para estudo, reflexão e aperfeiçoamento do planejamento”* (Ana, Supervisora de rede municipal escola A, 13/05/2008).

A formação dos professores pode ser um espaço de reflexão e discussão que promova a práxis educativa que, na visão de Rossato (apud ZITKOSKI, 2008),

é indissociável do pensamento, da análise e da compreensão do papel da educação na sua globalidade. Está intimamente ligado aos conceitos de dialogicidade, ação, reflexão, autonomia, educação libertadora, docência.[...] A partir do momento em que alguém compreende e toma consciência do seu papel no mundo, sua transformação se torna inevitável e gera, portanto, uma ação para atingir tal fim (p.331).

Esses encontros de formação, organizados pela Secretaria de Educação e Esporte-Diretoria de Educação, podem ser uma boa alternativa para promover a ação reflexiva dos professores e equipes diretivas, mas vejo que ainda há muito a ser feito para que este Programa apresente possibilidades de Esteio desenvolver um Projeto de Cidade Educadora.

São as mobilizações envolvendo a sociedade como um todo, criação de espaços de discussão e de conhecimento para todos os cidadãos, que promovem a construção de um Projeto de Cidade Educadora. Vejo como muito relevante a preocupação da Secretaria de Educação e Esporte – Diretoria de Educação em proporcionar espaços de discussão da prática pedagógica aos professores, no entanto, torna-se uma ação isolada, e sabe-se que num Projeto de Cidade Educadora a relação intersetorial é de grande importância. Segundo Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004),

uma cidade é educadora se oferece generosamente a seus habitantes, se deixa utilizar para seu crescimento e se os ensina a fazer-se sujeitos e cidadãos. Essa nova dimensão do conceito da cidade implica considerar que a educação das crianças, jovens e cidadãos em geral não é somente responsabilidade das instituições tradicionais (estado, família, escola), mas também deve ser assumida pelo município, por associações, instituições culturais, empresas com vontade educadora e por todas as instâncias da sociedade.[...] Os governos locais, como administração mais próxima do cidadão, tem como responsabilidade prioritária o desenvolvimento desses programas no qual se comprometem todas as áreas do município (Saúde,

Serviços Públicos, Promoção Social, Informação Pública, Cultura, Obras Públicas, Economia e Produção etc.) (p.12-14).

Não ficou evidenciado se existe um programa de educação continuada com os pais representantes do Conselho Escolar, pois, conforme a Coordenadora do Programa Cidade Educadora, são eles os responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa. A mãe representante do Conselho Escolar, da escola “A”, quando questionada sobre “*o que entendia do Programa Cidade Educadora e que tipo de trabalho era desenvolvido com os pais pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte*”, fez o seguinte relato:

*“O trabalho do programa não atingiu os pais, puxo assunto com outras mães e não ouço ninguém falando nada...fui em uma palestra na prefeitura onde apresentaram os livros, li a carta da Cidade Educadora, e além de mim e mais alguns, não entenderam nada. A carta foi apresentada em 2007 para todos os pais conselheiros que estavam na reunião, mas não temos como discutir o assunto pois não conhecemos. Como conselheiros, não estamos tendo participação na escola”* (Maria, mãe representando do Conselho Escolar da escola A, 12/05/2008).

Na continuação da entrevista, também questionei “*quantas reuniões houve na Prefeitura este ano?*” e obtive a seguinte resposta:

*“Ano passado duas vezes. Esse ano fui chamada para fazer a escolha do conselheiro geral e só! Nas reuniões não discutimos o Programa Cidade Educadora e nem na escola”* (Maria, mãe representando do Conselho Escolar escola A, 12/05/2008).

A implantação do Programa Cidade Educadora que vem sendo desenvolvido com os segmentos gestores, professores e pais ainda se encontra em diferentes momentos. Fica evidente a grande preocupação da Secretaria de Educação com os gestores e professores, embora tenha sido relatado, em entrevista pela Coordenadora do Programa, que são os conselhos Escolares que avaliam e acompanham este programa junto às escolas.

Acredito que a participação dos pais no processo de implantação deste programa é de fundamental importância pois a

democratização da escola cumpre papel de democratização da sociedade [...] A escola enquanto parte do corpo social tem um papel importante na formação de comportamentos mutantes, na crítica e na superação de práticas autoritárias, desenvolvendo uma cultura de participação, de decisões coletivas, de convivência, com as diferenças (AZEVEDO, GENTIL e SIMON, 2000, p.150-151).

Atualmente, o envolvimento e a participação dos pais no Programa Cidade Educadora ainda não é relevante, pois ficou visível o desconhecimento desse segmento em relação à temática Cidade Educadora. Este fato pode ser considerado preocupante, pois participação e engajamento da comunidade em um Projeto de Cidade Educadora é de fundamental importância. A participação dos conselhos Escolares no Programa pode vir a auxiliar, futuramente, num Projeto de Cidade Educadora, tendo em vista que a interação dos pais desencadeia um espaço de construção e emancipação social para a comunidade. Segundo Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004)

O “treinamento democrático” no âmbito de uma cidade é vital para a formação do futuro cidadão, consciente de seus direitos, responsável pelos seus deveres e sensível aos problemas de todos que são também os deles, na medida em que assim tenha sido educado: por uma sociedade aberta e transformadora (p.97).

Nas observações de Conselhos de Classes participativos<sup>44</sup>, constatei que há pais disponíveis para dedicar algumas horas do seu dia junto a seus filhos e que discutem com os demais pais presentes, professores, supervisor escolar e estudantes, assuntos encaminhados pela Supervisão da escola. Foram muito interessantes as observações nestes espaços, pois permitiram acompanhar a integração de pais, estudantes, supervisão e professor em um momento de discussão e participação social. Verifiquei o quanto os pais, quando solicitados, participam das atividades promovidas pela escola e colaboram, dando sugestões em relação a temáticas que envolvem cidadania, solidariedade, meio ambiente, entre outras.

Zitkoski (2008) referencia o diálogo como condição para homens e mulheres pensarem a vida em sociedade e humanizarem-se:

o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Através disso, o diálogo implica uma práxis social, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora. Essa possibilidade abre caminhos para repensar a vida em sociedade, discutir sobre nosso *ethos cultural*, sobre nossa educação, a linguagem que praticamos e possibilidade de agirmos de outro modo de ser, que transforme o mundo que nos cerca (p.130).

Esses espaços de reflexão e discussão, segundo as supervisoras entrevistadas, fazem parte da rotina escolar sempre ao final dos trimestres. Para elas, cada vez mais os pais têm participado e os momentos de conselho participativo têm causado bons resultados nos processos educativos dos alunos. Acredito que esses espaços podem constituir uma

---

<sup>44</sup> Os Conselhos de classe participativos são coordenados pelas Supervisoras e participam deste momento pais, estudantes e professora da classe, para discutir assuntos sobre o desempenho dos alunos, participação nas atividades da escola, hábitos de estudo e também temáticas como meio ambiente, cidadania, solidariedade. São realizados momentos de estudos a partir de textos e discussão dos mesmos entre pais, alunos e professores, sempre orientados pela Supervisão escolar. Estes espaços são realizados trimestralmente.

experiência de participação para todos e, dessa forma, qualificar o envolvimento dos pais nos espaços escolares. Sobre o valor da experiência nos processos educativos reporto-me a Molina (2004) que diz: “A aposta de Freire nos processos educativos como possibilidade de mudança social está fundada em princípios filosóficos-antropológicos e propõe, pelo exercício da reflexão, encontrar, na natureza humana, o núcleo que sustenta o processo de educação” (p.186).

## 5.5 CAMINHO METODOLÓGICO

### 5.5.1 Apresentado os Interlocutores

Compreender a concepção do termo “cidade educadora”, identificar os princípios do ideário desse Projeto, analisar as estratégias governamentais do Município de Esteio levadas a cabo, a partir de 2002, quando os atuais gestores vinculam o *slogan* “Cidade Educadora” como marca de gestão e, analisar o processo de implantação do Programa Cidade Educadora, nos anos iniciais da Rede de Ensino do Município, exigiu proceder a uma análise do papel que a cidade tem em relação a sua comunidade na contemporaneidade.

Como a maioria das pesquisas acadêmicas, iniciei fazendo uma revisão bibliográfica temática para compreender o que Bernet (1993), resumidamente, afirma: uma cidade será tanto mais educadora quanto mais capacidade tiver de adaptar-se às mudanças sociais e gerar mudanças ela mesma, com a participação efetiva de seus moradores, por meio de experiências processuais coletivas de cunho educativo e na perspectiva emancipatória.

Tive, também, a preocupação de investigar a história da constituição do Município, como forma de evidenciar meu entendimento de que fica mais complexo estudar um fenômeno social se desconsiderarmos o contexto histórico que, em certa medida, o construiu. Nesse sentido, descrevi o contexto histórico e registrei informações que considerei relevantes, a partir do ponto de vista da história política da cidade que elegi como contexto de meu estudo. Essas informações estão no capítulo 3 dessa dissertação.

Os atores colaboradores dessa pesquisa são dois gestores municipais, incluindo a Secretária Municipal de Educação e Esporte, duas Supervisoras Educacionais, dois professores e dois pais presidentes do Conselho Escolar da Rede Municipal de Esteio. A partir da entrevista com a Coordenadora do Programa Cidade Educadora de Esteio, foram escolhidas as escolas que serviriam como base para a pesquisa de campo. Durante entrevista, foi destacado que é o Conselho Escolar que faz o acompanhamento do Programa que vem sendo desenvolvido nas escolas municipais. Por esse motivo, acrescentei, no grupo de interlocutores, dois pais representantes do Conselho Escolar.

As escolas foram indicadas pela Coordenadora do Programa Cidade Educadora a partir da análise da realidade socioeconômica dos estudantes nelas matriculados e o grau de participação e envolvimento destes e de seus pais na vida da escola. Uma está localizada na zona central da cidade e a outra no bairro<sup>45</sup>.

Para Triviños (1997), uma pesquisa exploratória entre outros objetivos, busca “encontrar” elementos que permitam ao pesquisador, um contato criteriosamente planejado com os documentos, pessoas e fenômenos necessários, para encontrar elementos, que ajudem ao pesquisador compreender o que deseja e muitas vezes, segundo o autor, é um tipo de estudo necessário para construir novos e mais interessantes pesquisas.

A pesquisa, de caráter qualitativo, concordando com Minayo (2000), a fim de possibilitar a compreensão do “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis” (p.21-22).

Segundo Bogdan e Biklen (1994) apesar da pesquisa qualitativa ter uma longa e rica tradição, somente foi reconhecida no final dos anos 60 (sessenta). Suas origens estão na Antropologia<sup>46</sup>, na Sociologia de Chicago<sup>47</sup> e na Sociologia da Educação<sup>48</sup> ultrapassando, assim, as fronteiras disciplinares.

---

<sup>45</sup> Nomearei a escola central como A e a escola do bairro como B.

<sup>46</sup> As origens antropológicas da investigação qualitativa em educação estão convincentemente documentadas. Ver particularmente, Roberts(1976)(BOGDAN e BIKLEN,1994,p.24).

<sup>47</sup> A “Escola de Chicago”, rótulo aplicado a um grupo de sociólogos investigadores com funções docentes e discentes no departamento de sociologia da Universidade de Chicago, nos anos vinte e trinta, contribuíram enormemente para o desenvolvimento do método de investigação que designamos por qualitativo (BORDAN e BIKLEN,1994,p.26)

<sup>48</sup> Ainda que a quantificação representasse a tendência dominante no tocante à sociologia da educação (Peters,1937;Snedden,1937) aparecem algumas exceções,particularmente o trabalho de Willard Waller

Até os anos sessenta, a maioria dos investigadores que utilizavam as estratégias de pesquisa pela abordagem qualitativa não estavam diretamente ligados ao campo da educação - eram acadêmicos de outras disciplinas, como, por exemplo, a sociologia e a antropologia. “Nos anos sessenta os próprios investigadores educacionais começaram a manifestar interesse por estas estratégias, ao mesmo tempo em que as agências estatais começaram a subsidiar a investigação que utilizava métodos qualitativos” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.36). Consolidou-se, dessa forma, a pesquisa qualitativa, porém persistindo, até a atualidade, os debates metodológicos entre os investigadores quantitativos e qualitativos.

Essas autoras explicam que na pesquisa qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural; a forma de registro é descritiva; os interesses principais são os processos e não os produtos ou resultados; os dados são analisados na maioria das vezes de forma indutiva e o *significado* é de importância vital. “Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas[...] e estabelecem estratégias e procedimentos que possibilitam considerar as experiências do ponto de vista do informador” (BOGDAN e BIKLEN,1994,p.50-51).

A escolha por uma abordagem qualitativa se deu por acreditar que, segundo Bogdan e Biklen (1994), a “investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado como a idéia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora de nosso objeto de estudo” (p.49).

### **5.5.2 Os Procedimentos e Instrumentos da Pesquisa**

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram três: a observação, a análise de documentos e entrevistas semi-estruturadas, sendo que o principal deles foi a entrevista semi-estruturada. Tais instrumentos encontram-se no final dessa Dissertação (Apêndices A,B,C).

A análise de documentos - além de fornecer as informações iniciais que estruturaram a formação dos outros instrumentos - fundamentou os dados que serviram de base para

---

(WILLOWER; BOYD,1989). Waller obteve o seu mestrado com Ellsworth Faris no Departamento de Sociologia de Chicago, sendo a sua abordagem da sociologia de educação empírica masd ‘antiquantitativa’,baseando-se num contato direto com o mundo social, e preocupado com as relações entre as partes e o todo”(BOGDAN e BIKLEN,1994,p.30)

elaboração das entrevistas semi-estruturadas. Foram analisados os seguintes documentos: Cartilhas de orientações, disponibilizadas pela Editora Aymarã<sup>49</sup>; Programa Cidade Educadora desenvolvido em Esteio; Relatório de Gestão 2007 – Esteio Cidade Educadora; Carta de Princípios da Cidade Educadora; informativos disponibilizados pela Administração Municipal que contêm relatos sobre o Programa Cidade Educadora e Plano de Governo 2005/2008 – Frente Popular de Esteio.

Seguindo as orientações de Triviños (1997), que alertam para a necessidade de que tanto para análise de documentos quanto para as observações e entrevistas semi-estruturadas, deve-se ter um roteiro previamente organizado que leve em consideração os marcos teóricos metodológicos, os objetivos e o problema de pesquisa, elaborei os respectivos roteiros (apêndices A, B, C) seguindo tais orientações.

A observação, para Mello (2005), “é um instrumento de registro, por excelência, possível de ser utilizado no processo de pesquisa ou como instrumento auxiliar a outros meios, como entrevistas semi-estruturadas ou entrevistas de história oral” (p.60). Para Eisner (1998), “o momento da observação é muito importante no processo da pesquisa, pois com esse instrumento pode-se confirmar evidências, buscando complementar o roteiro das próprias análises das entrevistas semi-estruturadas” (p.36).

Observei, privilegiadamente, momentos nos quais ocorrem atividades de avaliação, estruturação e implantação do Programa Cidade Educadora, como por exemplo, momento de Conselhos de Classe<sup>50</sup> participativos, em que pais, estudantes, supervisores escolares e professores, fazem uma análise do processo pedagógico do trimestre transcorrido. Reafirmo que estes espaços já faziam parte do processo pedagógico da escola, mesmo antes do Programa Cidade Educadora estar sendo desenvolvido. Achei pertinente fazer estas observações, para perceber o nível de participação dos pais e responsáveis pelos alunos, visto que as escolas já vêm desenvolvendo este trabalho e cada vez mais procurando mobilizar o maior número de pais. As observações foram realizadas nas escolas A e B, anteriormente descritas.

---

<sup>49</sup> Editora que orienta o Programa Cidade Educadora em Esteio.

<sup>50</sup> Meus filhos estudam na rede municipal de Esteio e trimestralmente sou convidada a participar dos Conselhos de Classe participativo. Durante o período de coleta de dados, nos momentos em que participo como mãe nos Conselhos de classe, usei estes espaços como campo de pesquisa.

TABELA 3 – Observação dos Conselhos de Classe Participativos

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO		
Data	Escola	Série
26/05/08	Escola B	2ª Série
30/05/08	Escola B	3ª Série
02/06/08	Escola A	3ª Série
03/06/08	Escola A	2ª Série

As entrevistas semi-estruturadas tiveram a finalidade, como magistralmente descreve Bogdan e Biklen (1994),

de coletar dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. [...] Nas entrevistas semiestruturadas fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os *vários* sujeitos (p.134-5).

Sendo assim, as entrevistas foram guiadas por questões gerais (Apêndices A,B,C)<sup>51</sup> que ofereceram aos entrevistados a oportunidade de moldar o seu conteúdo, a fim de possibilitar, no momento da análise dos dados, a apreensão e interpretação dos significados de sua linguagem. Como reafirma Triviños (2001), as entrevistas semi-estruturadas são instrumentos privilegiados para coletar informações que em certa medida reafirmam nossas indagações. Entretanto, foi de fundamental importância o roteiro previamente organizado a partir das idéias básicas que emolduram esse tema - problema de interesse investigativo.

Por fim, o processo analítico das informações coletadas serviu de base para a organização dos resultados em categorias. As categorias não estavam definidas *a priori*. Orientei-me pelas considerações de Bogdan e Biklen (1994) para realizar<sup>52</sup> a análise dos dados coletados:

<sup>51</sup> Anexo A – Entrevista semi-estruturada com a Coordenadora do Programa Cidade Educadora de Esteio e Secretária de Educação; Anexo B – Entrevista semi-estruturada com as Equipes Diretivas das Escolas da Rede Municipal de Educação; Anexo C – Entrevista semi-estruturada com as Professoras das Escolas da Rede Municipal de Educação.

<sup>52</sup> Roteiro construído a partir do esquema elaborado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Augusta Salin Gonçalves, intitulado Sugestão de procedimentos de análise de cunho fenomenológico, que teve como referência: <http://spider.ufers.br/discurso> Acesso em: 15 de junho de 2008 e reelaborada pela Mestre Gisele Palma – PPGEDU/UNISINOS, orientanda da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Mari Margarete dos Santos Foster, por ocasião da defesa da Tese intitulada *A Ação Mediadora da Supervisão Escolar e a Ruptura de Práticas Tradicionais – Uma reorganização do Tempo e do Espaço Escolar*“.

a medida que vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem e acontecimentos. o desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos e padrões. Estas palavras ou frases são categorias de codificação (p.221).

Passo a passo, percorri o seguinte caminho metodológico:

1. Leitura de todo o material escrito, com o objetivo de obter uma compreensão geral;
2. Leitura das entrevistas, com a finalidade de identificar unidade de significado relevantes;
3. Transformação das expressões cotidianas dos sujeitos expressando-as na linguagem das teorias. A partir dessa análise, construí categorias<sup>53</sup> que me possibilitaram elaborar uma compreensão do problema investigado.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas conforme cronograma abaixo descrito:

TABELA 4 - Entrevistas Semi - Estruturadas

<i><b>ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS</b></i>		
<i><b>DATA</b></i>	<i><b>ESCOLA</b></i>	<i><b>ENTREVISTADO(A)<sup>54</sup></b></i>
09/05/08	Secretaria de Educação e Esporte – Diretoria de Ensino	“Vera” – Coordenadora do Programa Cidade Educadora
12/05/08	Escola A	“Maria” - Representante do Conselho Escolar
13/05/08	Escola A	“Ana” – Supervisora Pedagógica
13/05/08	Escola A	“Lucia”- Professora
16/05/08	Escola B	“Laura” – Supervisora Pedagógica
16/05/08	Escola B	“Laís”- Professora
19/05/08	Escola B	“Pedro” - Representante do Conselho Escolar
06/06/08	Secretaria de Educação e Esporte	“Paula”- Secretária de Educação

<sup>53</sup> Estas categorias encontram-se descritas no capítulo 5

<sup>54</sup> Uso nomes fictícios para identificar os entrevistados.

6.3 QUADRO SÍNTESE DO MOVIMENTO METODOLÓGICO<sup>55</sup>

O quadro a seguir representa a síntese do movimento metodológico em busca do desvelar da realidade, a fim de responder ao questionamento central dessa Dissertação :

TABELA 5 – Síntese do Movimento Metodológico

PROBLEMA DE PESQUISA	QUESTÕES DE REFERÊNCIA DAS ENTREVISTAS	PROCEDIMENTOS/ INSTRUMENTOS*	CATEGORIAS
<p>“Quais as convergências, os limites e as possibilidades que se evidenciam nas ações que vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Diretoria de Educação de Esteio na realização do programa Cidade Educadora na perspectiva dos gestores, pais e professores municipais, tendo como referência de análise o ideário do Projeto Cidade Educadora, descrito nos textos analisados?”</p>	<p>Concepção do Programa Cidade Educadora:</p> <p>Sustentação Teórica:</p> <p>Proposta do programa nas escolas da rede municipal</p> <p>Perspectivas do programa</p> <p>Concepção do Programa Cidade Educadora:</p> <p>Sustentação Teórica:</p>	<p>Análise dos Documentos</p> <p>Observação</p> <p>Entrevistas Semi-Estruturadas</p>	<p><b>Concepções Dos Envolvidos no Programa Cidade Educadora</b></p> <p>Engajamento</p> <p><i>Dos Envolvidos no Programa Cidade Educadora</i></p>
	<p>Envolvimento das equipes no Programa</p> <p>Resultados percebidos no ano de 2007</p>		<p><b>EIXOS ANALÍTICOS</b></p> <p>Eixo 1- Convergências</p> <p>Eixo 2 – Limites</p> <p>Eixo 3 - Possibilidades</p>

<sup>55</sup> Construído a partir do quadro elaborado pela Mestre Gisele Palma – PPGEDU/UNISINOS, orientanda de Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Mari Margarete dos Santos Foster, por ocasião da defesa da Tese , intitulada *A Ação Mediadora da Supervisão Escolar e a Ruptura de Práticas Tradicionais – Uma reorganização do Tempo e do Espaço Escolar*<sup>6</sup>.

O conceito, as formas e critérios de utilização dos instrumentos estão explicitados no item 6.2 dessa dissertação.

Procurei, enquanto pesquisadora, compreender as concepções e o engajamento dos envolvidos no programa Cidade Educadora, organizando-as em duas categorias. A fim de melhor compreendê-las, organizei o estudo inicialmente sob três Eixos Analíticos que me auxiliaram no desvelar do problema central dessa investigação:

Eixo 1- As convergências evidenciadas no Projeto Cidade Educadora, tendo como referência de análise o ideário do Projeto Cidade Educadora.

Nesse aspecto, pode-se considerar como convergência a ser salientada o fato desse programa ter sido desencadeado pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte – Diretoria de Educação, sabendo-se que um ideário de Cidade Educadora, normalmente, parte de uma Secretaria de Educação. A eficiência dos sistemas educacionais, com sua acuidade, pertinência e relevância das aprendizagens desejadas - sobretudo através da escola, ao promover uma condição de aprendizado em que há entusiasmo nos afazeres, paixão nos desafios, compreensão entre os partícipes e ética nos procedimentos - está construindo a cidadania em sua prática e dando as condições para a formação dos valores humanos fundamentais.

Eixo 2- Os limites evidenciados no Programa Cidade Educadora, tendo como referência de análise o Projeto Cidade Educadora.

No que se refere aos limites, pode-se evidenciar o fato de este programa ter partido de uma intencionalidade da Gestão do Administrativo Municipal e não do interesse da comunidade por parte dos pais representantes dos Conselhos Escolares no Programa Cidade Educadora, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte – Diretoria de Ensino.

Eixo 3 – As possibilidades evidenciadas no Programa Cidade de Educação, tendo como referência de análise o Projeto Cidade Educadora.

Como possibilidade, é possível definir que, se mantida por vontade popular o projeto político de Gestão da cidade, o Programa Cidade Educadora pode ser potencializado, envolvendo e mobilizando cada vez mais as equipes diretivas das escolas, buscando também uma relação intersetorial entre as Secretarias que fazem parte da Administração Municipal,

dando, desta forma, maior visibilidade ao Programa Cidade Educadora que vem sendo desenvolvido, bem como, suas articulações junto às escolas e Conselhos Escolares.

Foi de grande relevância destacar esses três eixos, pois se sabe que o ideário de um Projeto de Cidade Educadora requer tempo e uma grande articulação por parte da Administração local. A educação não é só escolar ou institucionalizada, porque muitas outras formas de organização, ou de se projetar vida humana na sociedade, podem ser construídas, apostando na criatividade humana, na vontade de repensar a nossa existência em sociedade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar as considerações finais dessa Dissertação, após esse período de pesquisa e investigação sobre Esteio, é inevitável lembrar o que eu escutava há quinze anos, quando vim morar nesta cidade. Logo que cheguei a Esteio, escutava os moradores dizerem que esta cidade era “uma cidade dormitório”!

Sem perceber fui me envolvendo neste município e, aos poucos, me apropriando de suas mudanças e transformações. Aqui estou criando meus filhos, fazendo amigos e agora procurando de alguma forma, contribuir para o seu crescimento e desenvolvimento social. Hoje, já não escuto mais dizer que “Esteio é uma cidade dormitório” e sim leio, nos *banners* que divulgam a cidade, a expressão “Esteio – Cidade Educadora”. Ao procurar entender os motivos que levaram a administração municipal a usar esse *slogan*, me deparei com uma temática muito envolvente e fascinante. Essas evidências, que aos poucos fui constatando, me causaram muitos questionamentos, os quais busquei responder através dessa pesquisa.

De tudo o que compõe esse trabalho, posso destacar que, “pensando” em uma Cidade Educadora, essencialmente voltada às pessoas de um determinado território, fica claro que a educação faz parte desse processo e tem um papel muito importante. A escola, enquanto espaço de diálogo e desenvolvimento emancipatório, pode contribuir muito neste contexto. Buscar o desenvolvimento de uma Escola Cidadã que quer desenvolver um trabalho em que pais, alunos, professores e gestores são sujeitos ativos, construtores, agentes cotidianos, atores apaixonados dos processos de educação por ela oferecida, pode ser um movimento que contribui para um Projeto de Cidade Educadora. Em palavras de Azevedo, Gentil e Simon (2000),

a Escola Cidadã é um desafio permanente às “velhas” e às “novas” práticas; seus avanços denunciam superações e inconcretudes, cada passo anuncia o “novo”, desafia o “velho” que, dialeticamente, compõe o processo irreversível da historicidade que o confronto do contraditório produz nas experiências e práticas cotidianas (p.23).

Por ser um processo político e coletivo, uma Escola Cidadã requer tempo e, principalmente, muita mobilização e conscientização por parte dos envolvidos neste momento de transformação.

Ao analisar o Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria de Educação e Esporte - Diretoria de Educação de Esteio, é notória a preocupação deste segmento em oferecer aos professores da rede recursos que auxiliem no desenvolvimento de seu trabalho em sala de aula. Durante entrevista com a Secretária de Educação de Esteio sobre o Programa Cidade Educadora, foi relatado:

*“Pensávamos: que estratégia poderíamos colocar na rede de ensino para desenvolver temáticas que permeiam a vida das pessoas e possam transcender os muros da escola?”* (Paula, Secretaria de Educação, 06/06/2008).

Existe o desejo, por parte dos gestores municipais, de que a educação desenvolvida em Esteio seja de qualidade e promova a emancipação social dos estudantes, mas para que esse ideário ocorra, é preciso tempo para que os processos de transformação e conscientização de efetivem. Usando palavras de Passos (apud ZITKOSKI, 2008)

Para Freire, qualquer tempo vivido precisa a *-presentear-* se com tempo próprio e singular, que se costura na grande ciranda de outros semelhantes, cujas temporalidades precisam ser entretecidas numa comunidade de destino e de lutas coletivas. Refere-se, Freire, freqüentemente, a dar tempo ao tempo, cultivar uma inteligente e inquieta paciência história necessária ao educador para que, ao lado dos educandos, não quebre processos sociais de humanização (p.401).

A mudança desejada pela Administração de Esteio, pode-se dizer, requer tempo de elaboração por parte de todos os envolvidos. Algumas ações, embora ainda dissociadas, já foram realizadas, mas cabe aos gestores das escolas, bem como aos professores da rede municipal, terem consciência dos limites das suas ações políticas no processo de desenvolvimento social desta comunidade.

No decorrer dessa Dissertação, trago um capítulo onde questiono se “Esteio Cidade Educadora” é um projeto de cidade ou um plano de governo. Analisando as ações que vêm sendo realizadas, pode-se dizer que Esteio é ainda apenas um plano de governo. O ideário de Cidade Educadora ainda está em um plano teórico, visto que ainda não ocorre uma articulação entre as demais Secretarias que fazem parte da administração municipal.

Ao longo dessa pesquisa, ficou claro o longo caminho necessário para projetar uma Cidade Educadora em Esteio e o quanto a participação da comunidade torna-se importante nesse processo. Tendo em vistas tais afirmações e o contexto evidenciado no município, onde a participação da comunidade não é relevante no Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte – Diretoria de Educação, reafirma-se a idéia

de que Esteio terá um longo caminho a percorrer até atingir realmente um Projeto de Cidade Educadora.

Uma educação de qualidade pode ser considerada como um fator positivo para o início de um Projeto de Cidade Educadora, mas para que esse ideal se efetive, múltiplos processos de participação e promoção social devem ocorrer. É necessário, ainda, que a administração Municipal de Esteio promova, além de uma proposta de educação de qualidade, oportunidade para a que comunidade interaja e participe cada vez mais dos movimentos que fazem parte da cidade. Sabe-se que os espaços que fazem parte da cidade também são espaços de construções e aprendizagens. Segundo Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004) “o meio urbano apresenta, de fato, um amplo leque de iniciativas educadoras de origem, intencionalidade e responsabilidade diversas. Engloba instituições formais, intervenções não formais com os objetivos pedagógicos preestabelecidos” (p.11). Tomando como base a fundamentação teórica que estrutura Cidade Educadora, as análises feitas nos documentos e as categorias de análise, retomo, neste momento, a indagação qualitativa que fiz ao elaborar meu projeto para essa pesquisa :

*“Quais as convergências, os limites e as possibilidades que se evidenciam nas ações que vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Esteio - Diretoria de Educação, na realização do programa Cidade Educadora, na perspectiva dos gestores, pais e professores, tendo como referência de análise o ideário do Projeto Cidade Educadora, descrito nos textos analisados?”*

Acho importante resgatar tal questionamento no momento em que afirmo a grande preocupação por parte da administração municipal de Esteio em desenvolver uma educação de qualidade. Sim, ficou evidente este sentimento, mas se sabe que uma secretaria, isoladamente, não conseguirá mobilizar uma comunidade em prol de um projeto como o de uma Cidade Educadora.

Nas entrevistas feitas junto aos representantes dos Conselhos Escolares, não constatei uma mobilização e nem uma conscientização desses representantes sobre o papel que eles podem exercer na comunidade.

A conscientização, compreendida como processo de **criticização** das relações consciência-mundo, é condição para assunção do comprometimento humano diante do contexto histórico-social. No processo de conhecimento, o homem ou a mulher tendem a se comprometer com a realidade, sendo esta uma possibilidade que está relacionada à *práxis humana*”(FREITAS apud ZITKOSKI, 2008. p.99).

Ao analisar o ideário do Projeto de Cidade Educadora, observa-se que ainda há muito há ser trabalhado junto aos pais representantes dos Conselhos Escolares, no que diz respeito à participação e mobilização social. Nesse segmento, não vejo convergências a serem destacadas que podem ser ratificadas nas ações da Secretaria de Educação e Esporte- Diretoria de Educação na realização do Programa Cidade Educadora. Em relação aos professores, gestores e estudantes, já se podem observar alguns movimentos que poderiam ser mobilizadores de futuras ações, em prol de um Projeto de Cidade Educadora. Vejo que é necessário um trabalho mais sistemático que promova uma maior mobilização por parte desses segmentos (gestores, professores, pais e alunos). A aplicação de uma “ferramenta”, conforme afirmam os gestores municipais, não garante a promoção da participação dos cidadãos.

A mobilização sendo, ao mesmo tempo, objetivo e condição para o processo de libertação é uma atividade eminentemente político-pedagógica, que ocorre não apenas por meio de pessoas, mas, especialmente, por meio de processos nos quais as pessoas se afirmam como sujeitos (MEDEIROS apud ZITKOSKI, 2008 p.270).

O Programa Cidade Educadora encontra limites no seu desenvolvimento, pois o ideário partiu de uma intencionalidade da administração municipal, e não do desejo e necessidades elencadas na comunidade. Nesse sentido, como relatei no texto dessa dissertação, “Esteio – Cidade Educadora” pode tornar-se apenas um *slogan*, criado por esta gestão administrativa. Conforme sugere o item 19 da Carta das Cidades Educadoras, escrita em novembro de 1990, em Barcelona:

Todos os habitantes da cidade têm o direito a refletir e a participar na construção de programas educativos e a dispor de instrumentos necessários para poder descobrir um projeto educativo na estrutura e no regime de sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que ofereça, nas festas que organize, nas campanhas que prepare, no interesse que manifeste com respeito a eles e na forma com que os escute (Carta das Cidades Educadoras, artigo 19, 1990).

Entre tantos movimentos e intencionalidades, constato que existem possibilidades a serem consideradas neste Programa Cidade Educadora, proposto pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte - Diretoria de Educação. Pode parecer antagônico fazer tal afirmação, frente a tantas argumentações, até então relatadas, mas, na verdade, verifiquei uma intencionalidade por parte dos gestores e professores municipais em realizar um trabalho que busque a participação e o envolvimento da comunidade nos processos da escola. Relatei anteriormente que uma Secretaria, isoladamente, não conseguirá desenvolver um Projeto de Cidade Educadora. Reafirmo tal argumentação, mas não deixo de considerar positivo o propósito de uma administração municipal em buscar, embora com pouca mobilização, a

participação da comunidade. A comunidade precisa ser mais mobilizada e motivada em relação a suas ações enquanto cidadãos participativos e atuantes na sociedade.

A “perspectiva participativa que, por um lado, exige novas formas de organização social, tais como o trabalho em colaboração com seus pares, e por outro, exige dos cidadãos grande implicação e compromisso com sua formação, sua autonomia e sua prática social” (MOLINA, 2004 ,p.12)

É longo o caminho para construir o ideário de Cidade Educadora. Esse estudo convenceu-me, ainda mais, do quanto é estimulante e positivo percorrê-lo, porque, ao fazê-lo de forma democrática, mais segmentos vão incorporando-se, informando, participando e avaliando o movimento local, com projeção a um futuro que se acredita ser muito bom para todos. Assim, é possível mobilizar-se nesse Projeto de Cidade.

Para esta pesquisa, fiz um recorte apenas no Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria de Educação e Esporte- Diretoria de Educação, mas, como relatei, busquei pontos questionáveis e alguns relevantes. Vejo que esta temática “Cidade Educadora”, na forma como está sendo apresentada pela administração de Esteio, abre possibilidades para a continuidade desta investigação ou para outras investigações, pois pode ser explorada e problematizada sob outros aspectos e olhares. Um Projeto de Cidade Educadora é um processo amplo e complexo, e fica a dúvida em relação a quais outros movimentos vêm sendo desenvolvidos pelas demais Secretarias que fazem parte desta Administração.

Além disso, muitas perguntas me acompanham no momento em que finalizo este período de pesquisa: Os Conselhos Escolares, que encontram-se distanciados em relação a esta temática, como agirão no decorrer desse processo de implantação do Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria de Educação e Esporte? Sendo este programa uma intencionalidade administrativa, tendo um Decreto Lei que o respalda, que continuidade terá numa mudança de governo? Que vinculações as demais Secretarias Municipais farão em relação a este Programa Cidade Educadora desenvolvido pela Secretaria Municipal de educação e Esporte - Diretoria de Educação? O ideário de Cidade Educadora, como será trabalhado com a comunidade? Os professores, pais e alunos da rede municipal de Esteio, têm claro a noção de um Projeto de cidade Educadora? A administração Municipal quer realmente desenvolver esse projeto ou quer apenas usar o *slogan*? Enfim, são questões que

talvez mobilizem outros pesquisadores, ao lerem este trabalho, a buscar respostas para uma temática tão instigante e fascinante!

É preciso elaborar políticas públicas que vejam a educação num sentido mais amplo de humanização e de processos socioculturais, buscando, a partir dos municípios, pensar perspectivas educacionais que envolvam todos os setores da sociedade. A temática Cidade Educadora converge para essa perspectiva, ela tem um potencial e um terreno fecundo para que possa reinventar a própria forma de projetar a convivência urbana.

Enfim, esta pesquisa deixa claro ser a Cidade Educadora uma garantia para que os cidadãos se sintam, realmente, parte integrante e ativa do seu Município. Também, que construir ou resgatar valores sociais requer ações permanentes para concretizar o respeito à natureza e ao homem, à diversidade cultural e ética, na expectativa de que nesses espaços se perceba a importância da participação na sociedade, irmanando pessoas/meio ambiente e trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998. 251p.
- AZEVEDO, J. C. de; GENTIL, P.; KRUG, A.; SIMON, C. **Utopia e Democracia na Educação Cidadã**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000
- BERNET, Jaume Trilla. **Otras educaciones**: Animación sociocultural, formación de adultos y ciudad educativa. México: Universidad Pedag. Nacional, 1993. 220p.
- BERNET, Jaume Trilla. La ciudad educadora: de las retóricas a los proyectos. **Cuadernos de Pedagogía**. Barcelona, n. 278, p. 44-50, 1990.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto, 1994. 335p.
- BORJA, Jordi. La ciudad como pedagogía. **Cuadernos de Pedagogia**. Barcelona, n. 278, p.40-43, Mar./1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005. 98p.
- EISNER, Elliot W. **El ojo ilustrado**. Idagación cualitativa y mejora de la práctica educativa. Barcelona: Paodós, 1998.
- FARIA, A. L. G de (org.). **Por uma cultura da infância**: metodologia de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002.
- FAVERO, Osmar; HORTA, José Silvero; FROGOTTO, Gaudêncio. Políticas Educacionais no Brasil: Desafios e Propostas. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n.83, p.5-14, Nov./1992.
- FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania** – Uma Questão para Educação. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira,1993.
- FISCHER, Nilton Bueno. Autonomia pedagógica na Cidade. **Revista Da Escola Cidadã à Cidade Educadora**: a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre, p.25-32, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – Saberes Necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo: Cortez, 1992.87p.
- \_\_\_\_\_. **A educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1999.
- GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (org). **Cidade Educadora**: princípios e experiências. São Paulo: Cortez, 2004. 159p.
- GRANELL, Carmem Gómez; VILA, Ignácio. **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 152p
- LUZ, Miguel. **Ao longo dos trilhos**. Esteio: Jornal Destaque, 2005. 368p.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSNAJDER, Fernando. O planejamento de pesquisa qualitativa. In: MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

MELLO, M. **Pesquisa participante e educação popular: da intenção ao gesto**. Porto Alegre: Isis, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. A participação cidadã nos marcos das políticas de lazer: implicações e protagonismos. O caso do Projeto Centro de Comunidade, na cidade de Porto Alegre. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v.10, n.2 mai/ago, 2004

MOLL, Jaqueline. A Cidade Educadora como possibilidade – apontamentos. **Da Escola Cidadã à Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre**. Porto Alegre, p.22-24, 2002.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papiros, 2004

MOREIRA, José Ricardo. **Educação de qualidade e desenvolvimento para o seu município**. Curitiba: Aymoré, 2006. (Coleção Programa Cidade Educadora).

REDIM, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José; WÜRDIG, Rogério Costa. Políticas públicas para a cidade educadora na perspectiva da infância: interfaces entre o lúdico, a escola e a cidadania. **Educação UNISINOS**, São Leopoldo, v.7, n.13, p.113-132, 2003.

RIOS, Terezinha Azerêdo, Ética e Competência. **CIDADE: Cortez**, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época)

STRECK, Danilo R; REDIM, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (org). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 445p.

TONUCCI, Francesco. **La ciudad de los niños: Um modo nuevo de pensar la ciudad**. Madrid: Fundación Germán Sanchez Ruiperez, 1997.

TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza Rodrigues; CONZATTI, Marli. **Cidade educadora: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Cortez, 2004

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a Pesquisa Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Porto Alegre: Atlas, 1997. 175p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Bases teórico-metodológicas preliminares da pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Porto Alegre: Uniritter, 2001. 151p.

VARÓN, Paloma. Cidade dos Sonhos. **Revista Educarede**, mar. 2004. Disponível em: [http://www.educarede.org.br/educa/index.cfm?pg=revista\\_educarede.especiais&id\\_especial=84](http://www.educarede.org.br/educa/index.cfm?pg=revista_educarede.especiais&id_especial=84)>. Acesso em: 10 mar. 2007.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag (org.). **Cidades educadoras**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997. 197p.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 120p. (Coleção Pensadores & Educação)

\_\_\_\_\_. A Cidade Educadora Fundamentada a partir da Razão Dialógica. **Educação Unisinos**, v.2, p.78-86, 2005.

**OBRAS CONSULTADAS**

ALBERTI, Verena . **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 197p.

CARVALHO, A.D.. Carta de princípios de uma cidade educadora. Disponível em: [HTTP://WWW.APAGINA.PT/ARQUIVO/ARTIGO.ASP?ID=2826](http://www.apagina.pt/arquivo/artigo.asp?id=2826)>ACESSO em:12 de julho de 2008.

PAETZOLD, Ophelia S. B. **Educação e cidadania na perspectiva da cidade educadora: uma proposta para Frederico Westphalen**. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

PALMA, Gisele. **A Ação Mediadora da Supervisão Escolar e a Ruptura de Práticas Tradicionais** – Uma reorganização do Tempo e do Espaço Escolar 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 2007.111p.

ROMANINI, Rosane. **O lúdico nos Espaços e Tempos da Infância: Escola e Cidade - Articulações Educadoras**. 2006. 105f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo,2006.

TOLEDO, Leslie. FLORES, Maria Luiza Rodrigues, CONZATTI, Marli. Da escola Cidadã à Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre. Gráfica do DMAE - uma publicação da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre.2002. 94 p.il

TONUCCI, Francesco. **Com olhos de criança**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 160p.

TONUCCI, Francesco. **Quando as crianças dizem: Agora chega!**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

## DOCUMENTOS ANALISADOS

\_\_\_\_\_. Carta das Cidades Educadoras: Proposta Definitiva. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004. Genova. Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/LojadosSonhos/PDF/Cartadascidadeseducadoras.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação e Esportes. Esteio - Cidade Educadora: Relatório de Gestão. Esteio: SMEE, 2007

ESTEIO (Município). Lei Municipal nº 4.262 de 19 de dezembro de 2006. Dá nova estrutura aos quadros de provimento em comissão, de funções gratificadas, gratificações de serviços, e dá outras providências. In: CAMARA MUNICIPAL. Esteio, 2006. Disponível em: <http://www.camaraesteio.rs.gov.br/downloads>. Acesso em: 21 jul. 2007.

ESTEIO (Município). Decreto nº 3.461, de 22 de janeiro de 2007. Institui campanha de fomento ao comércio local com premiação consistente em desconto no IPTU do município de Esteio. In: CAMARA MUNICIPAL. Esteio, 2007. Disponível em: <http://www.camaraesteio.rs.gov.br/downloads>. Acesso em: 21 jul. 2007.

ESTEIO (Município). Lei Orgânica do Município de Esteio, de 5 de abril de 1990. CAMARA MUNICIPAL. Esteio, 1990. Disponível em: [http://www.esteio.rs.gov.br/home/show\\_page.asp?user=&id\\_CONTEUDO=1077&codID\\_CAT=6&imgCAT=tema\\_serv.jpg&id\\_SERVICO=&ID\\_LINK\\_PAI=1117&categoria=#](http://www.esteio.rs.gov.br/home/show_page.asp?user=&id_CONTEUDO=1077&codID_CAT=6&imgCAT=tema_serv.jpg&id_SERVICO=&ID_LINK_PAI=1117&categoria=#). Acesso em: 13 fev. 2007.

FRENTE POPULAR. **Plano de Governo 2005-2008**. Esteio, 2005. 20p.

**APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista Semi-estruturada com a Coordenadora do  
Programa Cidade Educadora de Esteio**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA: *Cidade Educadora - Um estudo sobre a experiência de Esteio*

Entrevista Semi-Estruturada com a Coordenadora do Programa Cidade Educadora de Esteio

Data:

**Identificação:**

Nome:

Formação Acadêmica:

**Abordagem Temática:**

**Concepção do Programa Cidade Educadora:**

- ❖ Data / época da concepção
- ❖ Data / época do início da implantação
- ❖ Razões da adoção das concepções
- ❖ Identificar os Municípios que já vêm implantando o Projeto da Editora Aymoré e qual a relação entre eles
- ❖ Convergências entre interesses da Editora Aymoré e o Programa Cidade Educadora de Esteio
- ❖ Investimento financeiro do Município na implantação do Projeto da Editora Aymoré
- ❖ Razões e finalidades da implantação

**Sustentação Teórica**

- ❖ Identificar os marcos teóricos que sustentam este programa;

**Proposta do programa nas escolas da rede municipal**

- ❖ Estratégias de implantação do Programa Cidade Educadora

**Perspectivas do programa**

- ❖ Identificar as próximas ações na perspectiva da implantação do Programa.

**APÊNDICE B – Roteiro das Entrevistas Semi-Estruturadas com a Equipe Diretiva das  
Escolas da Rede Municipal de Esteio**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA: *Cidade Educadora - Um estudo sobre a experiência de Esteio*

Entrevista Semi- Estruturada com a Equipe Diretiva das Escolas da Rede Municipal de Esteio

Data:

**Identificação:**

Nome:

Formação Acadêmica:

**Abordagem Temática:**

**Concepção do Programa Cidade Educadora:**

**Significado do Programa Cidade Educadora**

- ❖ Relação de sentido e significado entre o programa e o processo educativo na escola

**Envolvimento das equipes no Programa**

- ❖ Estratégias de divulgação do programa para as equipes diretivas
- ❖ Participação que equipes diretivas tiveram neste programa
- ❖ Participação solicitada às equipes diretivas

**Resultados percebidos no ano de 2007**

- ❖ Repercussões do Programa junto à comunidade escolar
- ❖ Resultados que já podem ser evidenciados. Identificar essas evidências

**Respaldo por parte da administração Municipal**

Identificar os suportes no que tange à formação implantação e avaliação do Programa em nível das Escolas: Recursos Teóricos, materiais de pessoal e financeiros.

**APÊNDICE C – Roteiro das Entrevistas Semi-estruturadas com os Professores da  
Escola da Rede Municipal de Esteio**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA: *Cidade Educadora - Um estudo sobre a experiência de Esteio*

Data:

***Identificação:***

Nome:

Formação Acadêmica:

***Abordagem Temática:***

**Concepção do Programa Cidade Educadora:**

**Significado do Programa Cidade Educadora**

- ❖ Relação de sentido e significado entre o programa e o processo educativo na escola

**Envolvimento das equipes no Programa**

- ❖ Estratégias de divulgação do programa para as equipes diretivas
- ❖ Participação que equipes diretivas tiveram neste programa
- ❖ Participação solicitada às equipes diretivas

**Resultados percebidos no ano de 2007**

- ❖ Repercussões do Programa junto aos Professores e Comunidade Escolar
- ❖ Resultados que já podem ser evidenciados. Identificar essas evidências em nível do corpo docente, dos estudantes, dos funcionários e dos pais.

**Respaldo por parte da administração Municipal**

- ❖ Identificar os suportes disponibilizados para os processos de formação, implantação e avaliação do Programa no que tange às responsabilidades docentes: formação, material didático, recursos financeiros, etc.

**APÊNDICE D - Roteiro da Análise de Documentos**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA: *Cidade Educadora - Um estudo sobre a experiência de Esteio*

Documento Analisado:

Data:

*Aspectos que serão analisados:*

- ❖ Objetivos do documento
- ❖ A quem se destina o documento
- ❖ Tipo de informação (concepções, etc.)
- ❖ Quem elaborou o documento
- ❖ Período de divulgação
- ❖ Espaços e formas de divulgação do documento

DESTACAR LINHAS GERAIS OU ESPECÍFICAS DE CONTEÚDO POLÍTICO  
PEDAGÓGICO

ANEXOS



Estado do Rio Grande do Sul

**LEI MUNICIPAL Nº 4.368 de 22 de junho de 2.007.**

**Autoriza a assinatura de convênio com o Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE).**

**SANDRA BEATRIZ SILVEIRA, Prefeita Municipal de Esteio.**  
**Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, com fundamento no art. 70, inc. V, da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte**

**LEI:**

**ART. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), mediante o preenchimento do formulário de adesão, modelo em anexo, e que faz parte integrante desta lei, bem como o atendimento dos requisitos de ingresso, e o pagamento da cota anual de R\$ 412,78 (quatrocentos e doze reais e setenta e oito centavos), equivalentes a 150 (cento e cinquenta) euros.

**Parágrafo Único** – Os requisitos de ingresso são o preenchimento de todos os quadros do formulário de adesão; ser aderente da Carta de Cidades Educadoras e pagamento da cota correspondente.

**ART. 2º** - As despesas decorrentes desta lei encontrarão cobertura na rubrica 33.9039.00.00.00.00.

**ART. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
**Prefeitura Municipal de Esteio, 22 de junho de 2.007.**

**SANDRA BEATRIZ SILVEIRA**  
**Prefeita Municipal**

**JOSÉ LUIZ DAUDT**  
**Secretário Municipal da Fazenda**

**Registre-se e Publique-se**  
**Data supra.**

**VICTOR HUGO ZAMPETTI BARRIOS**  
**Chefe de Gabinete**



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO**  
 Secretaria Municipal de Educação e Esporte



## CARTA DE ESTEIO CIDADE EDUCADORA

Desde 2005, a administração municipal de Esteio assumiu publicamente sua unificação com os princípios da Carta das Cidades Educadoras, que teve sua elaboração em Barcelona, em novembro de 1990, através das cidades representadas no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, reunindo em um documento os princípios essenciais ao impulso educador da cidade<sup>1</sup>.

Esta carta, denominada ESTEIO CIDADE EDUCADORA, baseia-se portanto na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na convenção nascida da Cimeira Mundial para a Primeira Infância (1990) e na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001).

A decisão de assumir-se nos princípios das Cidades Educadoras toma-se a partir da análise da semelhança de concepção com o qual este governo já implementava os programas e projetos desenvolvidos até então. Ou seja, as razões que nos levam a esta tomada de decisão justificam-se pela perspectiva que já vínhamos trabalhando em investir no potencial humano e na capacidade das pessoas, de maneira que sejam cada vez mais capazes de participar, de expressar-se e de desenvolver suas potencialidades.

Neste sentido, assumimos os seguintes compromissos:

Rua Eng. Henner de Souza Nunes, nº 150, CEP 93260-120  
 Fones: (051) 3473-0011 ou 3473-0601  
 E-mail: educacao.geral@esteio.rs.org.br

DIGA NÃO ÀS DROGAS  
 Lei Municipal n.º 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO**  
Secretaria Municipal de Educação e Esporte

---

### **1 - O Direito a uma Cidade Educadora:**

I- A administração municipal assume o compromisso de investir na educação de todas as pessoas, oportunizando a todos o direito ao ensino público de qualidade para todos, exercendo com eficácia as competências que lhes cabe em matéria de educação. A política educacional deve ter caráter amplo, transversal e inovador compreendendo as modalidades de educação formal e não-formal.

II- A cidade de Esteio promoverá a educação na diversidade, buscando combater todas as formas de discriminação, favorecendo a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade para todos. Buscará implementar projetos que acolham as iniciativas inovadoras da cultura popular, independente de sua origem.

III- A cidade de Esteio desenvolverá ações que possibilitem e estimulem o diálogo entre as gerações.

IV- As políticas municipais de caráter educativo devem ser entendidas no seu contexto mais amplo, inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, de qualidade de vida e da promoção de seus habitantes.

V- A administração municipal buscará informações precisas sobre a realidade e necessidades de seus munícipes, através de estudos e do diálogo permanente, buscando realizar um planejamento adequado de suas ações, considerando o impacto formativo e educador de seus programas e projetos.

---

<sup>1</sup> A Carta foi revista no III Congresso Internacional (Bolonha, 1994) e no de Génova (2004), a fim de adaptar as suas abordagens aos novos desafios e necessidades sociais.



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO**  
Secretaria Municipal de Educação e Esporte

---

## 2 - O Compromisso da Cidade:

I- A cidade de Esteio deverá valorizar seus costumes e origens, resgatando e preservando sua identidade, buscando construir uma imagem positiva.

II- A transformação e o crescimento da cidade de Esteio considerará a harmonia entre as novas necessidades e a conservação de construções e símbolos que constituam referências claras a nosso passado e existência. O planejamento urbano levará em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração de suas aspirações individuais e sociais e agirá contra toda segregação entre gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.

III- O ordenamento do espaço físico urbano atentarão para as necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer, e de uma aproximação maior com a natureza.

IV- Esteio Cidade Educadora fomentará a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. A administração municipal oferecerá a informação e promoverá, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos. Estimulará a participação no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, considerando as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

V- O governo municipal dotará a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os esteienses, prestando uma atenção especial à infância e juventude.

VI- A cidade garantirá a qualidade de vida de todos os esteienses, estabelecendo um equilíbrio com o meio ambiente e o direito a uma



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO**  
Secretaria Municipal de Educação e Esporte

---

convivência sadia, além do direito a moradia, ao trabalho, ao lazer e aos transportes públicos. Promoverá ativamente a educação para a saúde e a participação de todos nas boas práticas de desenvolvimento sustentável.

VII- O governo municipal estabelecerá um processo de reflexão para todas as suas ações, sejam elas programas, projetos e /ou campanhas, buscando garantir o caráter educativo, os valores e a qualidade de vida que oferece, garantindo que estes ajudem os indivíduos a crescer pessoal e coletivamente.

### **3- Ao Serviço Integral das Pessoas**

I- O município avaliará o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de qualquer tipo, e as realidades que as crianças e jovens recebem. Empenhar-se-á por estabelecer um equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia necessária à descoberta. Oferecerá, igualmente, espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os esteienses possam assumir plenamente as inovações que geram.

II- A administração buscará que todas as famílias recebam uma formação que lhes permita ajudar seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo. Neste sentido, promoverá projetos de formação destinados aos educadores em geral e aos indivíduos que intervêm na cidade sem estarem conscientes das funções educadoras. Atentará, igualmente, para que os sujeitos vinculados à segurança e proteção civil ajam em conformidade com esses projetos.

III- A cidade oferecerá a seus habitantes a possibilidade de exercerem sua cidadania, dando-lhes os conselhos necessários à sua orientação pessoal e



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO**  
Secretaria Municipal de Educação e Esporte

---

profissional, tornando possível a sua participação em atividades sociais. No domínio específico das relações escola-trabalho, assinalará a relação estreita que deve estabelecer entre o planejamento educativo e as necessidades do mercado de trabalho.

IV- A cidade deverá estar consciente dos mecanismos de exclusão e marginalização que a afeta e das modalidades que se apresentam, assim como desenvolver políticas de ação afirmativa necessária. Concentrará seus esforços no sentido de encorajar a integração social entre os habitantes dos diferentes bairros, fazendo com que todos sintam com liberdade que Esteio é a sua cidade.

V- Os programas e projetos que tenham por finalidade reduzir desigualdades partirão de uma visão global de pessoa, de um parâmetro configurado de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem. Toda intervenção significativa deverá garantir a coordenação entre as administrações envolvidas com a sociedade civil livre e democraticamente organizada em instituições do chamado terceiro setor, organizações não governamentais e similares, e seus serviços.

VI- A cidade deverá contribuir na formação para a participação dos esteienses nos processos de tomada de decisões, de planejamento e de gestão que a vida associativa exige.

VII- O município garantirá a informação suficiente e compreensível e encorajará seus habitantes a se informarem, oferecendo recursos que estarão ao alcance de todos. Deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicação dirigidas a todas as idades e grupos sociais, a fim de combater novas formas de exclusão.



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO**  
Secretaria Municipal de Educação e Esporte

---

VIII- Esteio Cidade Educadora oferecerá a todos os seus habitantes formações sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pelo que é público, seus programas, seus bens e serviços.

Esteio, 25 de outubro de 2007

---

**Sandra Beatriz Silveira**  
Prefeita Municipal de Esteio

---

**Macaé Evaristo**  
Secretaria Adjunta de Relações  
Internacionais da Associação Internacional  
de Cidades Educadoras - AICE



## Carta das Cidades Educadoras

Proposta Definitiva, novembro de 2004

As cidades representadas no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, que teve lugar em Barcelona, em novembro de 1990, reuniram, na Carta inicial os princípios essenciais ao impulso educador da cidade. Elas partiam do princípio de que o desenvolvimento de seus habitantes não podia ser deixado ao acaso. Esta Carta foi revista no III Congresso Internacional (Bolonha, 1994) e no de Génova (2004), para que suas abordagens fossem adaptadas aos novos desafios e necessidades sociais.

A presente Carta baseia-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

### Preâmbulo

Hoje, mais do que nunca, as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou de outra, a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e versátil, capaz de contrariar os fatores deseducativos.

A cidade educadora tem personalidade própria. Integrada em seu país, é, por consequência, interdependente no território do qual faz parte. É, igualmente, uma cidade que se relaciona com o seu entorno, com outros centros urbanos de sua região e com cidades de outros países. Seu objetivo permanente será o de aprender, partilhar, e, como resultado, enriquecer a vida de seus habitantes.

A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (económica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, a promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e os jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida.

As razões que justificam esta função são de ordem social, económica e política, sobretudo orientadas por um projeto cultural e de formação, eficaz e participativo. Estes

são os grandes desafios do século XXI: primeiro "investir" na educação de cada pessoa, de maneira que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como sua identidade, sua criatividade e responsabilidade. Segundo, promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e sejam respeitadores, capazes de diálogo. Terceiro, conjugar todos os fatores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento.

As cidades educadoras, com suas instituições educativas formais, suas intervenções não formais (de uma intencionalidade educadora para além da educação formal) e informais (não intencionais ou planeadas), deverão colaborar, multilateralmente, tomando realidade a troca de experiências. Com espírito de cooperação, apoiarão mutuamente os projetos de estudo e investimento, seja sob a forma de colaboração direta ou com organismos internacionais.

Atualmente, a humanidade não vive somente uma etapa de mudanças, mas uma verdadeira mudança de etapa. As pessoas devem formar-se para uma adaptação crítica e uma participação ativa face aos desafios e possibilidades que se abrem graças à globalização dos processos económicos e sociais, para que possam intervir, a partir do seu mundo, na complexidade mundial, mantendo a sua autonomia frente a uma informação transbordante e controlada por determina-



International Association of Educating Cities  
 Asociación Internacional de ciudades Educadoras  
 Association Internationale des Villes Éducatrices  
 Associação Internacional de Cidades Educadoras

dos centros de poder econômico e político.

Por outro lado, as crianças e os jovens não são mais protagonistas passivos da vida social e, por consequência, da cidade. A Convenção das Nações Unidas, de 20 de novembro de 1989, que desenvolve e considera constrangedores os princípios da Declaração Universal de 1959, tornou-os cidadãos e cidadãs de pleno direito ao outorgar-lhes direitos civis e políticos. Podem associar-se e participar em função do seu grau de maturidade.

A proteção das crianças e jovens na cidade não consiste somente no privilegiar sua condição; é preciso cada vez mais encontrar o lugar que na realidade lhes cabe, ao lado dos adultos que possuem, como cidadãos, a satisfação que deve presidir a coexistência entre gerações. No início do século XXI, as crianças e os adultos parecem necessitar de uma educação ao longo da vida, de uma formação sempre renovada.

A cidadania global vai-se configurando sem que exista ainda um espaço global democrático, sem que numerosos países tenham atingido uma democracia eficaz, respeitadora de seus verdadeiros padrões sociais e culturais, e sem que as democracias de longa tradição possam sentir-se satisfeitas com a qualidade de seus sistemas. Nesse contexto, as cidades de todos os países devem agir, desde a sua dimensão local, enquanto centros de experimentação e consolidação de uma plena cidadania democrática, e promover, numa coexistência pacífica graças à formação em valores éticos e cívicos, o respeito pela pluralidade dos diferentes modelos possíveis de governo, estimulando mecanismos representativos e participativos de qualidade.

A diversidade é inerente às cidades atuais e pode-se prever que aumentará ainda mais no futuro. Por esta razão, um dos desafios da cidade educadora é o de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade, salvaguardando a colaboração das comunidades que a integram e o direito de todos os seus cidadãos, que se sentirão reconhecidos a partir de sua identidade cultural.

Vivemos num mundo de incertezas que privilegia a procura da segurança, que se exprime muitas vezes como a negação e uma desconfiança mútua. A cidade educadora, consciente deste fato, não procura soluções unilaterais simples, aceita a contradição e propõe processos de conhecimento, diálogo e participação como o caminho adequado à coexistência na e com a incerteza.

Confirma-se o direito a uma cidade educadora, que deve ser considerado como uma extensão efetiva do direito fundamental à educação. Deve produzir-se, então, uma ver-

dadeira fusão da etapa educativa formal com a vida adulta, dos recursos e do potencial de formação da cidade com o normal desenvolvimento do sistema educativo, laboral e social.

O direito a uma cidade educadora deve ser uma garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial.

Essa acentua a responsabilidade dos governos locais no sentido de desenvolver todas as potencialidades educativas que a cidade comporta, incorporando no seu projeto político os princípios da cidade educadora.

## Princípios

### 1 - O Direito a uma Cidade Educadora

1-

■ Todos os cidadãos terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que a cidade lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova, permanentemente, o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá levar em conta todos os grupos, cada um com suas necessidades particulares.

Para o planejamento e governo da cidade, tornar-se-ão as medidas necessárias, tendo por objetivo superar os obstáculos de todos os tipos, incluindo as barreiras físicas que impeçam o exercício do direito à igualdade. Serão responsáveis tanto a administração municipal quanto outras administrações que tenham influência na cidade, e seus habitantes deverão, igualmente, comprometer-se neste empreendimento, não só em nível pessoal, mas também através das diferentes associações a que pertenciam.

2-

■ A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária interna-

## CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS

cional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras quanto as da cultura popular, independentemente de sua origem. Deverá contribuir para a correção das desigualdades que possam surgir da promoção cultural, devendo a critérios exclusivamente mercantis.

3-

■ A cidade educadora deverá estimular o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projetos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projetos deverão ser orientados para a realização de iniciativas e ações cívicas, cujo valor consistirá precisamente no caráter intergeracional e na exploração das respectivas capacidades e valores próprios de cada idade.

4-

■ As políticas municipais de caráter educativo devem ser sempre entendidas no seu contexto mais amplo, inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, da qualidade de vida e da promoção de seus habitantes.

5-

■ Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com caráter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal e não formal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzem na cidade.

O papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarem possíveis e o de avaliar sua eficácia, assim como o de adotar as normas legislativas eficazes em outras administrações, centrais ou regionais.

6-

■ Com o fim de levar a cabo uma atuação adequada, os responsáveis pela política municipal de uma cidade deverão buscar informação precisa sobre a situação e as necessidades de seus habitantes. Com este objetivo, deverão realizar estudos, que manterão atualizados e tornarão públi-

cos, e prever canais abertos (meios de comunicação) permanentes com os indivíduos e os grupos que permitirão a formulação de projetos concretos e de política geral.

Da mesma maneira, o município, face a processos de tomada de decisões em cada um de seus domínios de responsabilidade, deverá ter em conta o seu impacto educador e formativo.

## 2 - O Compromisso da Cidade

7-

■ A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base de um diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização de seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá, assim, oferecer uma imagem positiva sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social.

Ao mesmo tempo, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento de integração e fator de coesão entre as pessoas.

8-

■ A transformação e o crescimento de uma cidade devem ser presididos pela harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planejamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração de suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda segregação entre gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.

O ordenamento do espaço físico urbano deverá atender para as necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer, e de uma aproximação maior com a natureza. A cidade educadora deverá dedicar um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planejamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir uma integração amável e respeitadora das limitações que possam apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível.

9.

■ A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos.

Deverá estimular, ao mesmo tempo, a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

10-

■ O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.

11-

■ A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes. Significa isso um equilíbrio com o meio ambiente, o direito a uma convivência sã, além do direito à moradia, ao trabalho, ao lazer e aos transportes públicos, entre outros. Deverá promover ativamente a educação para a saúde e a participação de todos nas boas práticas de desenvolvimento sustentável.

12-

■ O projeto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza, as campanhas e os projetos de todos os tipos que prepara, deverão ser objeto de reflexão e de participação, graças à utilização dos instrumentos necessários que permitam ajudar os indivíduos a crescer pessoal e coletivamente.

### 3 - Ao Serviço Integral das Pessoas

13-

■ O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo, e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário. Neste caso, deverá empreender, sem

dogmismos, ações com uma explicação e uma interpretação razoáveis. Deverá empenhar-se para o estabelecimento de um equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia necessária à descoberta. Oferecerá, igualmente, espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os habitantes possam assumir plenamente as inovações que aquelas geram.

14-

■ A cidade deverá buscar que todas as famílias recebam uma formação que lhes permita ajudar seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo. Neste mesmo sentido, deverá promover projetos de formação destinados aos educadores em geral e aos indivíduos (particulares ou pessoal pertencente aos serviços públicos) que intervêm na cidade sem estar conscientes das funções educadoras. Atentará, igualmente, para que os corpos de segurança e proteção civil que dependem diretamente do município ajam em conformidade com estes projetos.

15-

■ A cidade deverá oferecer a seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em atividades sociais. No domínio específico das relações escola-trabalho, é preciso assinalar a relação estreita que se deverá estabelecer entre o planeamento educativo e as necessidades do mercado de trabalho.

Para este fim, as cidades deverão definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de atividades educativas de caráter formal e não formal, sempre ao longo da vida.

16-

■ As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam, assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir, com toda a liberdade, que a

## CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS

cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no sentido de encorajar a integração social entre os bairros e seus habitantes, de todas as condições.

17-

■ As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir de uma visão global da pessoa, de um parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem. Toda intervenção significativa deve garantir a coordenação entre as administrações envolvidas e seus serviços. É preciso, igualmente, encorajar a colaboração das administrações com a sociedade civil livre e democraticamente organizada em instituições do chamado terceiro setor, organizações não governamentais e associações similares.

18-

■ A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objetivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação e as idéias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planejamento e gestão que a vida associativa exige.

19-

■ O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar seus habitantes a se informarem. Atenta ao valor que significa selecionar, compreender e tratar a grande quantidade de informação atualmente disponível, a cidade educadora deverá oferecer os recursos que estarão ao alcance de todos. O município deverá identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados.

Ao mesmo tempo, deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicação dirigidos a todas as idades e grupos sociais a fim de combater as novas formas de exclusão.

20-

■ A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objetivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.

\*\*\*\*\*

*Esta Carta exprime o compromisso assumido pelas cidades que a subscuem com todos os valores e princípios que nela se manifestam.*

*Define-se como aberta à sua própria reforma e deverá ser adequada aos aspectos que a rápida evolução social exigirá no futuro.*





Plano de Governo 2005/2008



# Cidade Participativa

## Política Participativa

A Frente Popular tem como compromisso básico manter as portas do governo abertas à participação da comunidade. É a nossa marca: Trabalhar em conjunto com o cidadão, administrando com transparência os bens públicos.

As ações de governo são planejadas e os esforços são coordenados para que não haja desperdício de energias e de recursos públicos (dinheiro do cidadão-contribuinte).

A administração trabalha na perspectiva de conscientizar as pessoas de seu papel na sociedade, buscando a promoção do coletivo, sendo o Orçamento Participativo, os Conselhos Municipais e a Sociedade Civil organizada ou não, instrumentos de mobilização social.

### O que fizemos de 1997 a 2004

- Implantamos o Orçamento Participativo.
- Instituímos 25 Conselhos Municipais e fóruns de capacitação.
- Realizamos audiências públicas periódicas e reuniões mensais com Associações de Bairros.
- Descentralizamos os serviços através da Prefeitura Mais Perto de Você.
- Implantamos a ouvidoria através do 08005410400 e Portal oficial: [www.esteio.rs.gov.br](http://www.esteio.rs.gov.br)
- Elaboramos informativos periódicos das ações do governo.
- Realizamos discussão inter secretarias sobre o Planejamento Estratégico, onde um pré-diagnóstico da cidade foi realizado.

### O que estamos propondo

- Dar continuidade aos processos de participação implementados, avançando permanentemente.
  - Qualificação dos espaços de convívio das pessoas entre si e com Poder Público.
- Aprofundar e efetivar o processo de Planejamento Estratégico da cidade a partir das necessidades apresentadas pela comunidade a ser atendida, construindo a possibilidade da própria comunidade fiscalizar a condução do processo e a efetivação dos serviços.
- Avançar no processo de aproximação da comunidade com a estrutura administrativa pública, de modo itinerante, até os bairros e vilas.

03



## Cidade Participativa **Política Administrativa**

### O que fizemos de 1997 a 2004

- Realinhamos os níveis salariais dos servidores públicos municipais.
- Implantamos a data base ,atendendo reivindicação das categorias, por meio de seu sindicato(SISME).
- Implantamos o Plano de Carreira do Magistério.
- Qualificamos a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, através da realização de concursos públicos e cursos de qualificação profissional.

### O que estamos propondo

- Manutenção de todas as conquistas dos /das Trabalhadores/Trabalhadoras.
- Dar continuidade no processo de qualificação da estrutura e o funcionamento da administração pública,com objetivo de que haja maior agilidade e dinamismo nos serviços, identificando os servidores como sujeitos e autores do processo de mudança.
- Implantação do Plano de Cargos e Salários para todos os funcionários.
- Plano de Saúde para Servidores
- Escola Infantil (Creche) para Filhos de Servidores

# Cidade Solidária e Segura

## Políticas Sociais

A administração da Frente Popular tem como pressuposto básico, a inclusão, a proteção e a seguridade social.

Tais políticas balizam suas ações em diálogo permanente com os Conselhos Municipais afins e as entidades sociais através de Fóruns e Conferências, promovendo a construção coletiva e estabelecendo projetos prioritários.



# Cidade Solidária e Segura

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Implantamos a lei que estabeleceu as políticas de Assistência Social para o município.
- Realizamos cadastramento Único de mais de 10.000 pessoas (ou 3.000 famílias).
- Implementamos a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.
- Apoiamos a organização das entidades para que se constituíssem legalmente.
- Auxiliamos as entidades através de recursos financeiros.
- Instituímos os Conselhos Municipais da Mulher, do Idoso e da Assistência Social.
- Realizamos ações conjuntas entre secretarias, para implementação de políticas sociais.
- Implementamos políticas voltadas às minorias discriminadas social e economicamente.

## O que estamos propondo

- Manutenção de todas as conquistas adquiridas pela sociedade.
- Atualização do Cadastro Único dos beneficiários, com objetivo de dar suporte a todas as ações de governo.
- Qualificação do processo de articulação das políticas do Governo Municipal, integrando todos os trabalhos comunitários, institucionais (públicos e privados), fortalecendo o atendimento pleno, com vistas à inclusão social, através de fóruns permanentes.
- Elaboração de um calendário que fixe as datas dos fóruns permanentes com as entidades.
- Integração com as políticas estaduais e federais.
- Incentivo a criação de centros comunitários, onde houver condições propícias, para atuarem como centros de inclusão social.
- Qualificação do trabalho em rede, envolvendo todos os segmentos, entidades, grupos, ONGs, a partir da interlocução permanente de seminários, palestras, intercâmbio através de visitas etc.



# Qualidade no Ensino

## Políticas Educacionais

Na área da Educação todas as ações estão sustentadas nos princípios da Educação Popular, onde a democratização do acesso, a qualidade do ensino e a gestão democrática dão suporte ao trabalho.

A Frente Popular acredita na Educação como uma prática social intencional, comprometida com a transformação da sociedade, onde os sujeitos possam aprender a partir de seu contexto sócio-cultural e com as suas diferenças.

Sabemos de nosso compromisso com a Educação Pública de qualidade social e para isto nos propomos a avançar nas políticas educacionais que temos implementado.

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Realizamos o I Congresso Constituinte Escolar.
- Implantamos os Conselhos Escolares.
- Alteramos a Lei de Diretores de forma a contemplar a participação paritária dos segmentos da Comunidade Escolar.
- Investimos na autonomia financeira das Escolas através do repasse de recursos (Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola -PMDDE).
- Implantamos o Conselho Municipal de Educação.
- Implantamos as Equipes Diretivas.
- Instituímos, através de Lei o Sistema Municipal de Ensino.
- Em 2003, realizamos O.P da Educação.
- Qualificamos o diálogo com a Rede Municipal de Ensino.
- Implantamos o Projeto Secretária vai à Escola.

## GESTÃO DEMOCRÁTICA

## O que estamos propondo

- Dar continuidade a todas as políticas já implementadas, mantendo projetos que possibilitem o diálogo com a rede municipal de ensino.
- Realização de processo constituinte, para construção do Plano Municipal de Educação.
- Qualificação da atuação dos Conselhos Escolares, através de espaços de formação.
- Qualificação da relação com o Conselho Municipal de Educação.
- Construção de regras para os estabelecimentos que compõem o Sistema Municipal Ensino, de forma a contribuir para a melhoria da Educação em nosso Município.



# Qualidade no Ensino

## O que fizemos de 1997 a 2004

### DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A EDUCAÇÃO

- Implantamos o Ensino Fundamental em 10 Escolas. Hoje são 11 Escolas que possuem de 1ª a 8ª Série e 3 que estão em processo de conclusão do Ensino Fundamental.
- Reformamos e ampliamos a estrutura física das Escolas, como: espaços para esporte e lazer (quadras cobertas em 4 Escolas), adequação da estrutura para pessoas portadoras de deficiência (rampas e sanitários), laboratórios e outros espaços.
- Ampliamos as vagas da Educação Infantil, para crianças de 0 a 6 anos:
- Ampliação de vagas nas duas (2) Escolas Infantis existentes.
- Inauguração da 3ª Escola de Educação Infantil do Município (CAIC).
- Encaminhamento para processo licitatório da 4ª Escola de Educação Infantil no Parque Tamandaré, onde 50% das vagas serão destinadas à filhos de funcionários (as) e 50% para comunidade em geral.
- Implantamos o Ensino Fundamental (1ª a 8ª série) na Educação de Jovens e Adultos, através do projeto CEJA.
- Desenvolvemos programas de alfabetização de adultos através de convênios com entidades.
- Alcançamos 96,4% de alfabetização no município (IBGE 2000).
- Regulamentamos a Escola Especial.
- Estabelecemos políticas de inclusão para pessoas portadoras de deficiência.

## O que estamos propondo

- Implantação do Ensino Fundamental completo em todas as Escolas.
- Aperfeiçoamento constante de toda estrutura física das Escolas, construindo quadras cobertas e outros espaços para esporte e lazer.
- Qualificação dos espaços físicos para que as pessoas portadoras de deficiência tenham acesso à Escola.
- Ampliação dos investimentos em Educação Infantil (Creche e Pré-Escola).
- Democratização do acesso à Pré-Escola.
- Transformação do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos.
- Investimento na alfabetização de todos os esteienses.
- Fortalecimento do processo da cidade educadora.
- Ampliação gradativa do tempo do aluno na Escola, através de políticas de educação, cultura, esporte e lazer.
- Ampliação das políticas para Educação Especial.



# Qualidade no Ensino

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Construímos com a comunidade os Projetos Político Pedagógicos e Regimentos Escolares.
- Investimos em formação permanente, através de Cursos, Seminários, Fóruns, Jornadas, etc...
- Implantamos o Plano de Carreira do Magistério.
- Investimos no Auxílio Universitário aos Professores que cursam Licenciatura Plena, com subsídio de 50%.
- Implantamos o Projeto Almoço na Escola.
- Assumimos todos os espaços da Escola como pedagógicos.
- Implantamos Laboratórios de Aprendizagem.
- Investimos significativamente em informática, através dos Laboratórios de Informática (LABIN) e Laboratórios de Tecnologia Educacional (LATED), com equipamentos e aplicativos especializados.
- Implantamos a Feira de Ciências e Idéias.
- Estabelecemos uma rede viva de trocas entre as Escolas, onde, de maneira autônoma e como agentes, compartilharam suas experiências.

QUALIDADE DE ENSINO

## O que estamos propondo

- Manutenção do assessoramento às Escolas para implementação e qualificação dos Regimentos Escolares e Projetos Político Pedagógico.
- Continuidade no Plano de Carreira do Magistério, promovendo espaços de discussão para seu aperfeiçoamento.
- Investimento no auxílio a cursos de Pós-Graduação aos Professores.
- Qualificação permanente de todos os espaços educativos da Escola, investindo inclusive em informatização.
- Ampliação do Projeto Almoço na Escola e demais investimentos na Merenda Escolar.
- Estabelecimento de parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social para qualificação do jovem trabalhador.
- Implementação do programa de valorização a todos os Trabalhadores em Educação, a partir da criação do FUNDEB.



# Arte e Cultura

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Criamos a Secretaria Municipal de Arte e Cultura;
- Implementamos os espaços da Casa de Cultura Lufredina Araújo Gaya;
- Resgatamos o projeto original da Casa de Cultura, tornando-a centro multiplicador de produção popular de criação cultural;
- Inserimos mais de 12 cursos na casa de Cultura a preços acessíveis;
- Criamos o Grupo Municipal de Teatro;
- Organizamos a forma de utilização da Casa, valorizando o espaço e o colocando a disposição de toda comunidade esteiense, dando uma ênfase especial para as escolas da rede municipal;

## O que estamos propondo

- Dar continuidade às políticas já implementadas.
- Consolidar, ampliar e qualificar tecnicamente todos os espaços da Secretaria de Cultura.
- Incentivar e criar meios e sistemas alternativos de comunicação, como instrumentos de divulgação, mobilização e integração da comunidade.
- Incentivar e qualificar as mais diversas estruturas de participação social, criando oficinas permanentes com professores habilitados, para que capacitem os atuais produtores culturais e criem novos produtores, articulando cultura e educação.



# Arte e Cultura

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Ativamos o cinema da Casa de Cultura a preços populares, incentivando também o Projeto "Escola Vai ao Cinema";
- Criamos os auxílios à entidades, construindo aos poucos, junto à comunidade, a identidade cultural do município;
- Organizamos junto à comunidade esteiense carnavais de grande porte com altos investimentos;
- Incentivamos e auxiliamos a criação da AECE (Associação das Entidades Carnavalescas de Esteio);
- Criamos as edições da Semana Farroupilha de forma centralizada e mais organizada junto às entidades tradicionalistas do município, fomentando o segmento cultural e gerando um evento regional com público cativo;
- Incentivamos e auxiliamos a criação da SETG (Sociedade Esteiense da Tradição Gaúcha);
- Criamos o Conselho Municipal de Cultura para deliberar sobre as políticas culturais da cidade;
- Organizamos o FUNPROARTE, um incentivo extra para a elaboração de projetos nos mais diversos setores culturais, ministrando cursos e dando autonomia ao CMC no que se refere a destinação das verbas ao FUNPROARTE;
- Criamos um Calendário de Eventos para a Cultura no município;
- Incentivamos a Criação da AAPER (Associação de Artistas Plásticos de Esteio e Região) para organizar e difundir o segmento no município;
- Criamos uma agenda de exposições de arte para a Sala de Exposições da Casa de Cultura;
- Consolidamos as comemorações do Dia do Trabalhador;
- Participamos do Dia do Desafio, junto ao SESC, elevando o nome do município externamente;
- Consolidamos as Comemorações referentes a Semana da Consciência Negra;
- Criamos o Troféu Zumbi dos Palmares;
- Qualificamos tecnicamente a Biblioteca Rui Barbosa;
- Implantamos do Núcleo de Pesquisa Histórica.

## O que estamos propondo

- Estimular espaços públicos, como escolas de samba, associações, CTGs e escolas municipais, para que façam atividades que desenvolvam a cultura o ano todo e em toda cidade.
- Consolidar a agenda cultural do município, contemplando todas as manifestações culturais: Tradicionalismo, Carnaval e outros.



# Cidade Trabalhadora

## Desenvolvimento Econômico e Social

O desafio das cidades é viabilizar o desenvolvimento econômico e social. O avanço tecnológico deslocou parte da mão de obra para o setor de serviços, enquanto muitos acabaram excluídos social e economicamente.

A cidade é o principal elo do desenvolvimento local, mas não é quem tem os instrumentos de financiamento e, além disso, não possui capacidade de influir sobre os juros e sobre as políticas nacionais e internacionais. O que pode o poder Público Municipal, em conjunto com a sociedade organizada, é articular os atores para propiciar o desenvolvimento.

### O que fizemos de 1997 a 2004

- Criamos uma estrutura adequada para o desenvolvimento da economia no município;
- Buscamos empresas interessadas em investir no município possibilitando a geração de emprego e renda, como: Standard, SONAE Distribuidora do Brasil S.A. (BIG), CBS, etc;
- Estruturamos a Agência Municipal de Empregos AGEMPE;
- Criamos a Comissão Municipal de Emprego, que gestiona junto ao SINE e fornece vagas de cursos para qualificação de mão de obra;
- Projetamos o município tornando-o co-promotor das maiores feiras de agropecuária da América Latina: a Expoleite e a Expointer, gerando receitas adicionais para o mesmo;
- Destinamos aos artesãos e comerciantes do município espaço

### O que estamos propondo

- Dar continuidade aos programas de geração de emprego e renda, bem como a busca pelo desenvolvimento sustentável do município;
  - Atualizar o cadastro de currículos profissionais e integra-lo ao Cadastro Único;
  - Instituir o Conselho Municipal de Turismo;
  - Qualificar (através de cursos) a mão-de-obra do município, em parceria com as associações;



# Cidade Trabalhadora

## O que fizemos de 1997 a 2004

para comercialização de seus produtos e serviços na Expoleite e na Expointer;

- Construímos a Casa de Esteio no PEEAB;
- Criamos e produzimos a primeira edição do Concurso Rainha da Expointer, divulgando o município nacionalmente;
- Realizamos a 1ª Expoesteio, uma feira de artesanato local, viabilizando a participação de quase oitenta artesãos;
- Criamos um espaço para a Economia Informal (ambulantes) na praça Irmão Egidio Justo;
- Destinamos a Praça do Expedicionário aos artesãos do município;
- Realizamos feiras em diversos pontos da cidade;
- Formatamos parceria com a Incubadora de Empreendimentos Populares e Associativos;
- Estabelecemos parceria com a rede SONAE, o que possibilitou a comercialização de diversos produtos da cidade;
- Criamos o Projeto "Esteio Empreendedor" em parceria com ACISE E SEBRAE, assessorando micro e pequenos empresários;
- Idealizamos e organizamos junto a Câmara de Dirigentes Lojistas CDL a Campanha "Esteio é + Presente Neste Natal", o que resultou no aumento de receita ao município;

## O que estamos propondo

- Estabelecer parcerias para implantar a Agência de Instituição Comunitária de Crédito, com ênfase ao micro-crédito;
- Divulgar, através do Portal Municipal (internet), e por outros meios a infra-estrutura de Esteio, potencializando a economia local.

Plano de Governo 2005/2008



# Cidade Trabalhadora

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Elaboramos o Projeto do PIER (atracadouro de pequeno porte) que está fomentando o transporte fluvial da região junto à Unisinos;
- Realizamos o "Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social" que já está em sua 4ª edição;
- Coordenamos o COMUDE (Consulta Popular do Governo do Estado);
- Elaboramos o Projeto de participação da Prefeitura Municipal no Salão Gaúcho de Turismo a partir do ano de 2003;
- Criamos a Lei Municipal de recuperação de créditos, com isenção de juros e multa nas esferas administrativa e judicial, inclusive de honorários advocatícios, aos devedores até dezembro de 2003;
- Instituímos o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Estabelecemos a Junta Comercial, na sede da Prefeitura, o que facilita a regularização e abertura de empresas;
- Implantamos o Distrito Industrial, no Bairro Novo Esteio.



# Cidade Agradável

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Implantamos o Conselho do Plano Diretor.
- Iniciamos o processo de implantação do Geoprocessamento (mapeamento aéreo da cidade).
- Instituímos políticas para controle e fiscalização das construções irregulares.
- Criamos a legislação para construção dos passeios públicos.
- Estabelecemos regramento e controle do esgotamento cloacal, através da exigência de fossas e filtros.
- Propomos adequações ao Plano Diretor e Código de Obras.
- Criamos lei simplificando as exigências para projetos de construções de residências unifamiliares.
- Criamos o programa de adoção aos canteiros centrais da cidade.
- Realizamos projetos de revitalização das praças.
- Criamos a lei para viabilizar a concessão de habite-se.
- Adequamos a área urbana para viabilizar a acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência.
- Realizamos obras de iluminação, pavimentação e saneamento em diversos pontos da cidade.

## Desenvolvimento Urbano e Ambiental

## O que estamos propondo

- Dar continuidade as ações já implementadas.
- Efetivar a implantação do Geoprocessamento.
- Atualização da legislação do Plano Diretor e do Código de Obras do Município, definindo o uso do solo urbano em função da pequena área territorial e orientando o crescimento vertical que já está em curso em algumas áreas.
- Elaborar o Plano Diretor de Saneamento Básico, reavaliando o sistema de esgotamento cloacal e pluvial.
- Realização de projetos de médio e longo prazo com financiamento do Ministério das Cidades, avançando na construção da cidade auto-sustentável.
- Qualificação dos espaços públicos de esporte e lazer, buscando integrar a comunidade dos arredores para ocupá-los e preservá-los.



# Habitação

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Regularizamos as seguintes áreas: Jardim das Figueiras, Parque Santo Inácio, Vila Ezequiel com fornecimento de escrituras.
- Iniciamos processo de regularização: Vila Pedreira, Vila Natal, Jardim Floresta, Vila Nova, Vila Navegantes e Vila da Paz.
- Concluimos o projeto do loteamento Neuza Goulart Brizola ( Hípica ), com 329 lotes urbanizados e com estação de tratamento de esgoto, os quais foram destinados pelo Conselho Municipal de Habitação à famílias que encontram-se em áreas de risco.
- Instituímos o Conselho Municipal de Habitação e o respectivo fundo.
- Implantamos o Departamento de Assessoria de incentivo às cooperativas. Ex: Cooperativa Mãos Amigas
- Auxiliamos as famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade por

## O que fizemos de 1997 a 2004

- ocorrência de sinistros e / ou condições precárias de habitabilidade, com compra de kits de madeira.
- Implantamos o cadastro de famílias de baixa renda.
- Realizamos o convênio com a FUNASA (obra concluída) para a construção de 74 unidades sanitárias.
- Assinamos convênio com o Ministério das Cidades para construção de 74 casas populares.
- Construímos 15 moradias para relocação de famílias que residem às margens do arroio Sapucaia (próximo aos dutos da REFAP).
- Implantamos o Programa Integrado de Inclusão Social, beneficiando mais de 400 crianças e adolescentes.
- Efetivamos o convênio com o CREA, onde beneficia-se famílias de baixa renda com projetos de plantas populares.

## O que estamos propondo

- Manutenção permanente das políticas voltadas a regularização fundiária, saneamento básico e busca de melhorias habitacionais.
- Captação de recursos junto aos órgãos Estaduais e Federais para diminuição do déficit habitacional.
- Atualização permanente do cadastro existente na Secretaria de Habitação e sua integração com o cadastro único.
- Manutenção da política de assessoramento e apoio ao cooperativismo habitacional.
- Assinatura de convênio com a Caixa Federal para implantação do PAR (Programa de Arrendamento Residencial).



# Meio Ambiente

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Criamos a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com corpo técnico preenchido através de concurso público.
- Implantamos o Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Fundo de Defesa do Meio Ambiente.
- Regularizamos a Usina de Reciclagem para recepção somente de material reciclável e destinação às associações de recicladores, conveniadas com a prefeitura.
- Implantamos a coleta seletiva nos bairros Novo Esteio, Três Portas, Vila Osório, Vila Votorantin e escolas da rede municipal de ensino.
- Reestruturamos o espaço físico da Usina de Reciclagem de lixo.
- Destinamos o lixo doméstico ao aterro sanitário Santa Tecla.
- Priorizamos, em parceria com a Secretaria Municipal de Obras, a coleta de lixo 3 vezes por semana, em todos os pontos da cidade.

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Instituímos o Selo Ecológico destinado às empresas e instituições que implantaram a coleta seletiva de lixo.
- Implantamos a Rede Municipal de Educação Ambiental garantindo horas a professores para a elaboração de projetos de proteção ambiental.
- Implantamos o projeto Monitores Ecológicos, com reconhecimento nacional.
- Instituímos o Prêmio Destaque Ecologia do Ano.
- Criamos os bonecos símbolos da Educação Ambiental.
- Elaboramos o Plano Ambiental Municipal.
- Realizamos campanhas permanentes de conscientização ambiental.
- Elaboramos projetos de recuperação de áreas degradadas e arborização urbana.
- Aprovamos legislação de regramento e proteção de espécies nativas.
- Implantamos o viveiro e estufa de produção de mudas.

## O que estamos propondo

- Dar continuidade às políticas já implementadas.
- Desenvolvimento de políticas públicas de proteção ao meio ambiente, revendo e propondo legislação ambiental que vise também, a recuperação de áreas degradadas e o bem estar da comunidade.
- Ampliação da coleta seletiva de lixo, com destinação às associações para geração de emprego e renda.



# Esporte e Lazer

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Implantamos o Projeto Escolinhas Esportivas, no Ginásio Municipal, nas seguintes modalidades: handebol, voleibol, caminhada orientada, ginástica, capoeira, futsal, iniciação poliesportiva, melhor idade, basquete e judô.
- Descentralizamos o esporte através do Projeto Venha Brincar na Praça.
- Implantamos o Projeto de Colônia de Férias: Esteio Curtindo o Verão.
- Realizamos campeonatos de futsal.
- Retomamos a administração do Ginásio Silvio Batista, na Vila Osório.
- Reformamos a pista de skate, da praça Coração de Maria.
- Disponibilizamos recursos para o Fundo Municipal de Esporte.

## O que estamos propondo

- Continuidade do Projeto de Escolinhas Esportivas, bem como demais Projetos existentes.
- Qualificação do processo de descentralização do esporte em praças e parques.
- Descentralização das atividades esportivas existentes no Ginásio Edgar Piccioni para o Ginásio Silvio Batista e outros espaços existentes.
- Incentivo a prática do skate, através de apoio técnico especializado, promovendo campeonatos.
- Incentivo a criação de outras ligas esportivas, através de assessoramento técnico.

# Segurança Urbana

Considerando que a partir de 2004 foi regulamentada, em nível federal, a possibilidade dos municípios contribuírem positivamente para a solução das causas da criminalidade, em parceria com o Governo Estadual, a Frente Popular propõe:

## O que estamos propondo

- definir uma política de segurança que estabeleça metas integradas entre as esferas de governo, inclusive propondo a criação de um Consórcio Intermunicipal de Segurança;
- criar a Guarda Municipal com a atribuição de assegurar o patrimônio público e auxiliar para prevenir e inibir o crime e a violência, articulando suas ações a programas de inclusão social.



# Saúde

A Frente Popular fez muito mais pela saúde municipal do que o previsto em lei (15%), chegando a investir 22%.

O sistema público de saúde de Esteio deu um grande salto de qualidade nos últimos anos. Graças à política de inversão de prioridades, o município passou a ter uma atuação mais preventiva, reduzindo o surgimento de problemas para a população. Todas as unidades de saúde foram reformuladas e equipadas, novos profissionais foram contratados e o atendimento ampliado.

## O que fizemos de 1997 a 2004

### Programas Desenvolvidos no Município

- Atenção Materna Infantil.
- Serviço de atendimento especializado DST/AIDS.
- Programa de Pneumologia Sanitária.
- Programa de doenças Crônico-Degenerativas.
- Programa de Saúde Mental.
- Programa de Agentes Comunitários de Saúde PACS.
- Programa de Saúde da Família (PSF).
- Vigilância Epidemiológica.
- Programa de Imunizações.
- Vigilância Sanitária.
- Controle de Zoonoses e Vetores.
- Planejamento Familiar.
- Criança Bem Vinda.

### Investimentos na rede básica:

- Construímos Unidades de Saúde: Jardim Planalto, Vila Cruzeiro, Parque Claret (em construção) e Ezequiel.
- Ampliamos a Unidade de Saúde do Novo Esteio.

## O que estamos propondo

- Manutenção e aprimoramento dos serviços prestados na área de Saúde no município.
- Enfatizar a política em favor de ações de cunho coletivo e preventivo, reforçada através da atenção básica (centros de saúde, unidades sanitárias).
- Incentivar e ampliar as equipes de PSF Programa de Saúde da Família, como modelo de organização e atendimento, onde a atenção estará centrada nas pessoas e não na enfermidade. Os problemas devem ser compreendidos e atendidos no contexto da família e da rede social.
- Implantar e implementar programas e projetos voltados para área da saúde, em especial para área de nutrição, em parceria com o governo do Estado e Governo Federal, quando estes forem de relevância para a comunidade local, priorizando o atendimento de idosos, gestantes, nutrízes e crianças desnutridas e/ou em risco nutricional.
- Implantar convênio para atendimento médico e odontológico para os servidores públicos municipais.



# Saúde

## O que fizemos de 1997 a 2004

### Investimentos na rede básica:

- Ampliamos o serviço de atendimento odontológico.
- Instalamos a Farmácia Básica e almoxarifado da rede básica de saúde em nova área.
- Construimos o canil municipal.
- Reformamos a área do cemitério municipal.
- Informatizamos o sistema de controle de estoques da farmácia e almoxarifado, bem como o sistema de informações e gerenciamento da Secretaria Municipal de Saúde (em fase de implantação).
- Implantamos o ambulatório para procedimentos de planejamento familiar.

### Hospital Municipal São Camilo

- Reabrimos o Hospital Municipal São Camilo para atendimento à comunidade
- Instalamos uma marcenaria para produção dos móveis necessários para o Hospital São Camilo.
- Reformamos a Unidade Cirúrgica, todos os quartos e enfermarias clínicas, ala pediátrica (comportando 30 leitos, posto de enfermagem próprio, sala de recreação e solário), o setor de internação, o setor de rádio imagem e a caldeira para redução do consumo de lenha e nova maternidade.
- Instalamos uma rede nova de telefones internos e micro computadores,

## O que estamos propondo

- Manter constante fiscalização, acompanhamento e aprimoramento nas ações estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e para pessoas portadoras de deficiência.
- Priorizar a atenção ao paciente em surto psiquiátrico, com ênfase na reforma psiquiátrica, incentivar o vínculo paciente-profissional nos casos acompanhados pelas equipes das unidades de saúde (US), debater a exclusão social e as estratégias para a eliminação do estigma com o qual este grupo de pacientes se depara.
- Ampliar as ações de programa de planejamento familiar, através de métodos contraceptivos e também esterilização cirúrgica (vasectomia e laqueadura), se for o caso.
- Viabilizar a ampliação nos atendimentos de especialidades qualificando a rede básica de saúde.
- Fomentar ações que busquem a captação de recursos para a manutenção do atendimento do Hospital Municipal São Camilo priorizando o atendimento pelo SUS.
- Viabilizar implantação de equipe multidisciplinar para atendimento e acompanhamento de pacientes pós-hospitalar.
- Viabilizar a implantação de procedimentos cirúrgicos de alta complexidade, tais como: Neurocirurgia e Cirurgia Urológica, entre outros.



# Saúde

## O que fizemos de 1997 a 2004

Hospital Municipal São Camilo

- Instalação de subestação com dois transformadores e gerador com capacidade de 450 KVA, central de GLP e modernização de toda rede de gases do Hospital, estendendo a todos os leitos hospitalares pontos de oxigênio e ar comprimido.
- Construímos área de classificação e depósito do lixo hospitalar, pavilhão administrativo, com 200 m<sup>2</sup> de área útil, para abrigar arquivo central e almoxarifado do hospital.
- Implantação das instalações e aquisição de equipamentos sofisticados para UTI Neonatal, capacitando o hospital a atender gestantes de risco.
- Iniciamos as obras de ampliação do hospital em aproximadamente 3000 m<sup>2</sup>, composto por cinco pavimentos.
- Implantamos a Farmácia de Manipulação do Hospital.
- Habilitamos o Hospital ao Título de Hospital Amigo da Criança.

# Trânsito e Transporte

## O que fizemos de 1997 a 2004

- Implantamos o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte.
- Ampliamos as linhas de transporte coletivo.
- Mantivemos a menor tarifa de transporte coletivo da região metropolitana.
- Realizamos processo licitatório para a contratação de permissionárias para o transporte coletivo de lotações.
- Criamos a legislação que estabelece a gratuidade no transporte coletivo para idosos e pessoas portadoras de deficiência.
- Criamos a lei que estabelece o desconto de 50% para professores e alunos de Escolas da cidade.
- Autorizamos a transferência de permissão de táxis.
- Implantamos a Educação para o Trânsito.
- Contratamos empresa para estudo de viabilidade das alterações no trânsito do centro da cidade e arredores, implementando as alterações propostas, após audiências públicas.
- Implantamos a Guarda Municipal de Trânsito (azuizinhos).
- Qualificamos os abrigos, nas paradas de ônibus.

## O que estamos propondo

- Qualificação do processo de fiscalização para que as políticas públicas de trânsito se efetivem.
- Investimento permanente na educação do trânsito.
- Construção coletiva de regramento para o transporte coletivo, buscando acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência.

## Ficha catalográfica

R696c Rodrigues, Lola Cristina da Luz  
Cidade educadora : um estudo sobre a experiência de Esteio /  
por Lola Cristina da Luz Rodrigues. – 2008.  
100 f. : 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.  
“Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosane Maria Kreuzburg Molina,  
Ciências humanas”.

1. Educação – Esteio (RS). 2. Cidade educadora. 3. Cidadania.  
4. Emancipação. I. Título.

CDU 37(816.5)

Catálogo na Fonte:  
Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556